GAUDIUM SCIENDI

Número 11
JANEIRO 2017

ISSN 2182-7605

SUMÁRIO

EDITORIAL

EDITORIAL
Maria Laura Bettencourt Pires **7**

CADERNO TEMÁTICO SOBRE A SABEDORIA

TEACHINGS OF WISDOM **17**
Ana Maria Monteiro-Ferreira
***Abstract*, Resumo** **31**

***NOSCE TE IPSUM* - REFLEXÕES SOBRE A SABEDORIA** **33**
Maria Laura Bettencourt Pires
***Abstract*, Resumo** **49**

ARTIGOS

***HIPARCO* ATRIBUÍDO A PLATÃO E A NATUREZA DA TIRANIA** **53**
José A. Colen
***Abstract*, Resumo** **81**

NATION, STATE, AND ECONOMY: 'TRUE SCIENCE' AS A FOUNDATION FOR IDEOLOGY..... **83**
Pedro Góis Moreira
***Abstract*, Resumo** **105**

I - FACTORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL E CULTURAL DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO A PESSOAS IDOSAS EM PORTUGAL: ESTUDO NUM MUNICÍPIO RURAL..... **107**
João Gonçalves
***Abstract*, Resumo** **127**

II - FACTORES DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO A PESSOAS IDOSAS EM PORTUGAL: ESTUDO NUM MUNICÍPIO RURAL **129**
João Gonçalves
***Abstract*, Resumo** **141**

HITLER'S ACTION AS ANTICIPATED BY WINSTON CHURCHILL **143**
Américo Pereira
***Abstract*, Resumo** **151**

SUGESTÕES PARA RECENSÃO CRÍTICA **153**

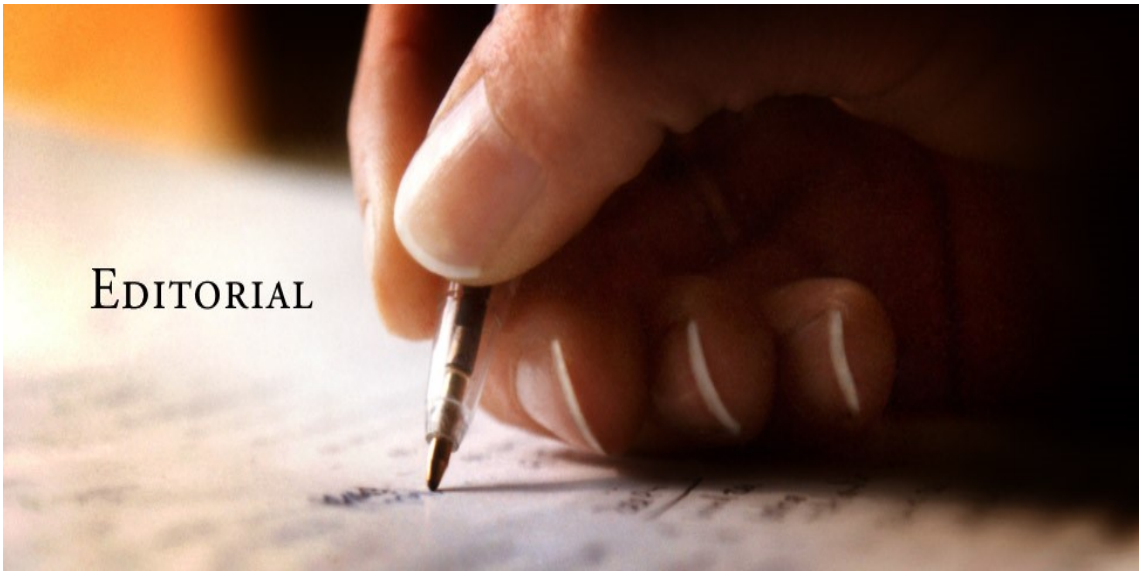
CALL FOR PAPERS/CONVITE À COLABORAÇÃO **159**

INFORMAÇÕES SOBRE *GAUDIUM SCIENDI*

- **Informações** **163**
- **Normas para submissão de artigos** **167**
- **Conselho Editorial** **169**
- **Conselho Consultivo** **171**
- **Conselho de Avaliação** **173**

ABOUT US

- **About us** **177**
- **Rules for publication** **179**
- **Editorial Board** **181**
- **Advisory Board** **183**
- **Blind Peer Review** **185**


Editorial

EDITORIAL

Maria Laura Bettencourt Pires

Livro da Sabedoria

De acordo com a tradição, no final dos anos fazem-se considerações sobre os acontecimentos ocorridos e o trabalho realizado e, dado que este Editorial está a ser escrito quando termina 2016, além de me referir, como me compete na qualidade de Directora da revista, ao conteúdo deste número, irei brevemente aludir ao ambiente problemático em que vivemos e às soluções que têm vindo a ser propostas, especialmente no âmbito da educação.

É inegável, como todos sentimos, que o nosso mundo actual enfrenta múltiplos desafios e sofreu grandes alterações. Sabemos também que, para encararmos os reptos que se nos apresentam, temos de adoptar um modo diferente de pensar que nos habilite a vivermos melhor no futuro. Ao considerarmos o ambiente marcado pelo positivismo com que somos confrontados hoje em dia, ocorrem-nos, inevitavelmente, as palavras de

Jacques Maritain (1882-1973) que falava "da dispersão e da atomização da vida humana"[1]. Ter consciência dos problemas pode ajudar-nos a ultrapassar o positivismo e a dar de novo à inteligência humana toda a sua dimensão, procurando na sabedoria uma renovação filosófica mais profunda[2].

A esse propósito, Maritain defende uma abordagem filosófica da educação de que parecemos carecer ainda mais hoje em dia do que no seu tempo, devido à tão generalizada concepção tecnológica da humanidade, que parece viver sob o regime do lucro e da técnica. Desta cosmovisão resulta uma materialização progressiva da inteligência e do mundo, que se pode considerar que corresponde a uma verdadeira crise cultural e, consequentemente, vai-se tornando óbvio que necessitamos de uma visão dos seres humanos que reactive a sua dimensão espiritual embora mantendo as exigências do intelecto.

Como a educação, tal como já dizia Maritain, é uma arte e corresponde à concepção que se tem do homem, o seu principal objectivo deveria ser dar-lhe uma formação que lhe permitisse realizar-se plenamente[3], coincidindo, portanto, com um processo dinâmico que articula racionalidade e espiritualidade. Em resumo, o fim primordial da educação seria a Sabedoria, que formava os indivíduos e lhes permitia fazerem da sua vida uma obra que lhes proporcionasse "serem homens". Esta concepção de educação de Jacques Maritain corresponde a uma superação da dimensão individual e opõe-se radicalmente à visão instrumental e tecnológica que emergiu no início do século XX e tem vindo a marcar a nossa hiper-modernidade.

Sendo a Sabedoria um estado de espírito e um meio de compreensão e discernimento, é por demais evidente que dela necessitamos perante a evolução do mundo moderno, que implica uma capacidade aumentada de enfrentar o futuro. Basta pensarmos que, em áreas como Medicina, Direito e Educação, nos nossos dias, parece haver mais normas e incentivos que levam as pessoas a procurarem melhorar as suas

---

[1] Jacques Maritain, *L'éducation à la croisée des chemins*, Paris: Éditions LUF Egloff, 1947, p. 84. Nesta obra, publicada pela 1ª vez em 1943, Maritain apresenta os textos das conferências que deu na Universidade de Yale, nos EUA, durante a II Guerra Mundial. Em 1959, houve uma re-edição com o título *Pour une philosophie de l'éducation.*

[2] A propósito da relação entre educação e espiritualidade, vide a Encíclica *Fides et Ratio* do Papa João Paulo II (Setembro 1998) que nos fala de Fé e Razão.

[3] A propósito do trabalho dos professores, já S. Paulo nos ensinou que: "… aquele que planta não é nada e aquele que rega também não é nada: só Deus é que conta, pois é Ele quem faz crescer (1 *Coríntios* 3-7).

actuações baseadas preferencialmente nos estímulos financeiros do que na dimensão moral.

"Wisdom" de Lee Lawrie (1933)[4]

Feitas as considerações iniciais e seguindo a tradição habitual dos Editoriais, irei, seguidamente, referir-me à organização deste 11º número e aos artigos nele incluídos. Começo por chamar a atenção para o facto de que, além das habituais secções dos Artigos, Crónicas, Poesia e Recensões Críticas, se inicia neste número uma nova secção intitulada Caderno Temático, na qual se apresentarão apenas os artigos que tenham o mesmo tópico.

Motivada pelas ideias de Jacques Maritain[5], que queria sublinhar o poder do "filósofo na cidade", creio que as supramencionadas circunstâncias de secularização e desencantamento em que vivemos justificam a escolha de "Sapiência" para tópico do referido Caderno Temático deste número da *Gaudium Sciendi*.

Consequentemente, o primeiro artigo nele apresentado, e cujo tema é a Sabedoria, intitula-se "Teachings of Wisdom" e é da autoria de Ana Monteiro-Ferreira de Eastern Michigan University (EUA), que mais uma vez nos dá o gosto de colaborar na *Gaudium Sciendi*[6], e que, no seu magnífico estilo habitual, nos fala dos grandes filósofos do Egipto antigo, desde Imhotep a Akhenaten, que dedicaram a vida a um processo de

[4] Neste painel no Rockefeller Center, em Nova Iorque, lê-se: "A sabedoria e o conhecimento serão a estabilidade da tua época" Citação do *Livro de Isaías* (33.6).
[5] Em 1914, numa das suas primeiras conferências no Institut Catholique de Paris, Maritain falava de: "…la négation de la vie surnaturelle, l'affaiblissement progressif de la conscience chrétienne, la diminution de la vérité dans les âmes. (...)". Vide *La philosophie dans la cité,* Paris: Ed. Alsatia, 1960.
[6] Vidé *Gaudium Sciendi,* Nº 2, Julho 2012, pp. 92-102; Nº 6, Junho 2014, pp. 174-185; Nº 9, Dezembro 2015, pp. 56-72 e Nº 10, Julho 2016, pp. 17-32.

constante reflexão e interrogação dos problemas que se colocavam aos seres humanos nas suas experiências e interacções com o mundo, a natureza, o cosmos, a vida espiritual e com os outros seres humanos. No ambiente intelectual do Ocidente, sob a orientação clássica grega, este exercício tornou-se uma disciplina, mais importante em si mesmo, na senda de "das Ding an sich" de Kant, do que a busca de sabedoria enquanto expressão das representações colectivas de uma sociedade, dos seus sistemas de pensamento e perspectivas cosmológicas. A autora revela-nos também a anterioridade e o impacto da literatura kemética sobre a sabedoria no desenvolvimento dos valores da humanidade, salientando o seu carácter epistemológico, conteúdo filosófico, e discurso analítico no contexto da disciplina de Africologia.

O segundo artigo incluído no Caderno Temático intitula-se "*Nosce te Ipsum* – Reflexões sobre a Sabedoria" e é da autoria de Maria Laura Bettencourt Pires da Universidade Católica Portuguesa, que disserta sobre Sapiência, uma concepção muito antiga, que tem vindo a ser adaptada em diferentes culturas e atraído grande interesse, tanto no âmbito da filosofia e da religião como da ciência. No contexto do saber filosófico, são feitas referências aos filósofos gregos, do início do século VI a. C., como Pitágoras, Sócrates, Aristóteles e Heraclito. No campo da religião, é mencionado o "Livro da Sabedoria" da *Bíblia Sagrada* e, quanto à distinção entre ciência e sabedoria, evoca-se o grande pensador francês Jacques Maritain. Para enquadrar a temática, a autora reflecte sobre a sua evolução, no Oriente e no Ocidente, procurando enunciar uma definição abrangente de sabedoria e analisar, de uma perspectiva transversal, a complexa tessitura cultural do conceito, assim como a sua natureza, origem e desenvolvimento. Refere-se, igualmente, ao aparato crítico, ao motivo da notoriedade da matéria e à designação de "sábio". Ao verificar que as análises mais recentes seguem um modelo culturalmente inclusivo e procuram decifrar as várias componentes que têm contribuído para a nossa actual perspectiva sobre o assunto, o objectivo do artigo, ao reflectir sobre a história da Sapiência e sobre o seu lugar no mundo contemporâneo - analisando a sua constituição e o motivo da relevância, como supracitado - é contribuir para um debate com base conceptual transversal. A autora procura com as suas reflexões, incentivar os leitores a meditarem sobre os conceitos actuais e as concepções clássicas de Sabedoria, a fim de, de algum modo, coadjuvar para trazer de novo a Sapiência para a sociedade actual, possibilitando assim um entendimento competente e redefinindo melhor a condição humana e as suas vivências. Entre outras justificações, considera que uma análise deste conceito é necessária e benéfica na nossa época em que a sapiência deveria ser vista como

o mais alto ideal a atingir por ser uma virtude que leva os homens à demanda do Bem, da Verdade e do Belo, colaborando assim para o desenvolvimento pessoal e colectivo e constituindo como que um novo paradigma do século XXI.

Na secção "Artigos", que é de tema livre, encontramos o brilhante ensaio intitulado "Nation, State and Economy: 'True Science' as a Foundation for Ideology" da autoria de Pedro Góis Moreira, que é doutorando na Universidade Católica Portuguesa e que aqui nos apresenta um resumo, ligeiramente editado, da tese, que escreveu na Universidade de Oxford e defendeu na Universidade de Leiden com Louvor.

Revelando todo o seu saber sobre ideologia, política, economia e liberalismo, o autor analisa a obra de Ludwig von Mises. Refere-se à designação de Thomas Carlyle de economia como "dismal science" e, a propósito das primeiras obras de Ludwig von Mises, escritas durante a I Guerra Mundial, afirma que as perspectivas tecnocráticas servem muitas vezes de base para cosmovisões ou ideologias. Embora, Mises se interessasse sempre pelos processos económicos, na obra *Nation, State, and Econom*y (1919) a sua escrita passa decididamente a enfatizar o aspecto político e narrativo. O autor demonstra que as tentativas de Mises para basear soluções políticas na epistemologia vão para além de um trabalho científico em economia. Levanta-se, por conseguinte, a questão se a verdadeira ciência pode servir de base a uma ideologia. Quando se analisa o pensamento político de Mises (1907-1919), conclui-se que ele mudou relativamente a este aspecto em reacção à I Guerra Mundial. Mises afirma que o socialismo se baseia em escolhas ideológicas desprovidas de bases científicas sólidas. Contudo, o autor afirma que, no fim, Mises imitou conceptualmente os socialistas que criticava, especialmente na acepção de que ambas as ideologias pretendiam representar a que era "verdadeira", parecendo, aliás, o próprio Mises estar mais ou menos consciente deste facto.

Neste número, tivemos mais uma vez a honra de ter a colaboração de José Colen, que é James Madison Fellow em Princeton University (EUA), Investigador no Centro de Estudos Humanísticos e Membro do Departamento de Teoria Política da Universidade do Minho e Professor Convidado na Universidade Católica Portuguesa e que tem vindo a enriquecer o conteúdo da *Gaudium Sciendi* com as suas traduções inéditas (como a de *Hipias Menor*)[7] e com eruditos artigos[8].

Temos assim o privilégio de neste 11º número da *Gaudium Sciendi* publicar uma

---

[7] Vide "Hipias Menor ou do Falso", *Gaudium Sciendi,* Nº 4, Julho 2013, pp. 139-189.
[8] Vide *Gaudium Sciendi,* Nº 5, Dezembro 2013, pp. 44-53; Nº 7, Janeiro 2015, pp. 55-62 e Nº 8, Julho 2015, pp. 58-72.

versão bilingue de *Hiparco,* um diálogo atribuído a Platão, magistralmente feita pelo Prof. Colen e por Samuel Wigutow, e que é a primeira versão traduzida directamente do Grego para Português. Na sua Introdução, o autor do texto, além de relatar o conteúdo, afirma que, neste famoso diálogo, Sócrates desafia as convenções e indaga sobre a base da ética tradicional, questionando-se sobre o significado do amor do lucro, que, aliás, censura. Relata-nos o Prof. Colen que Hiparco era filho do tirano Pisístrato mas que Sócrates considerava que a sua tirania era benigna e sábia, tentando deste modo educar os seus concidadãos e levando-os a admirarem a sua superior sabedoria. Porém, o louvor de Hiparco era perverso pois a sua suposta rehabilitação reforça no leitor a impressão negativa. O autor no seu artigo considera, por isso, que o conteúdo do diálogo confirma a visão corrente de Sócrates que acabaria por levar, finalmente, à sua condenação por corromper os jovens ao incentivar o desrespeito das tradições morais da cidade.

João Gonçalves, que é professor da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, colabora neste número com dois excelentes artigos. O primeiro intitula-se "I - Factores de Sustentabilidade Social e Cultural das Instituições de Apoio a Pessoas Idosas em Portugal: Estudo Num Município Rural" e tem por base uma notável pesquisa, cujo objectivo era conhecer e sistematizar os factores que condicionam a sustentabilidade social e cultural das instituições de apoio a pessoas idosas e a perspectiva dos seus dirigentes e entidades locais. O autor utilizou uma metodologia mista, tendo aplicado questionários e entrevistado utentes, associados e dirigentes de instituições para pessoas idosas assim como autoridades locais. Determinou, igualmente, os principais factores de sustentabilidade nos domínios social e cultural.

"II - Factores de Sustentabilidade Económica e Financeira das Instituições de Apoio a Pessoas Idosas em Portugal: Estudo num Município Rural" é o título do segundo artigo do Prof. João Gonçalves, que é, igualmente, pleno de interesse. No seu magistral estudo, o autor pretende dar a conhecer e sistematizar os factores que condicionam a sustentabilidade económica e financeira das instituições de apoio a pessoas idosas e o ponto de vista dos seus dirigentes e entidades locais. A metodologia utilizada assentou na aplicação de dois questionários, um a associados de instituições para pessoas idosas, outro a utentes dessas instituições e a entrevistas aos seus dirigentes e autoridades locais. No trabalho desenvolvido, o autor constatou que existe um conjunto alargado de factores de sustentabilidade no domínio económico e financeiro, ressaltando os seguintes: comparticipação financeira do Estado e dos utentes; quotização dos associados; abertura a

outros públicos com maior capacidade financeira; organização e gestão das instituições e prudência no endividamento.

A secção "Artigos" termina com um texto do Prof. Américo Pereira da Universidade Católica Portuguesa que, no seu estilo inconfundível, chama a atenção dos leitores para a importância que a obra de Hitler, intitulada *Mein Kampf,* teve, devido ao facto de, ao lê-la, Winston Churchill ter ficado alertado para aquilo que designou como "os pilares de granito" da política do dirigente nazi. Com efeito, segundo o autor, Churchill através do que leu, ficou a saber, em pormenor, tudo aquilo que o Ditador iria fazer. Deste modo, mesmo antes de ser Primeiro Ministro da Grã Bretanha, Churchill pode começar a contra atacar com sucesso as acções de Hitler. Consequentemente, o autor conclui que *Mein Kampf* se tornou tanto o guia de Hitler como o de Churchill, levando-os, contudo, em direcções opostas.

Na última parte do volume, cuja leitura recomendamos vivamente aos nossos colaboradores, incluímos, em Português e em Inglês, a secção "Informações sobre *Gaudium Sciendi*", em que indicamos as "Normas para Submissão de Artigos" e também referências aos Conselhos Editorial, Consultivo e de Avaliação (*Blind Peer Review*).

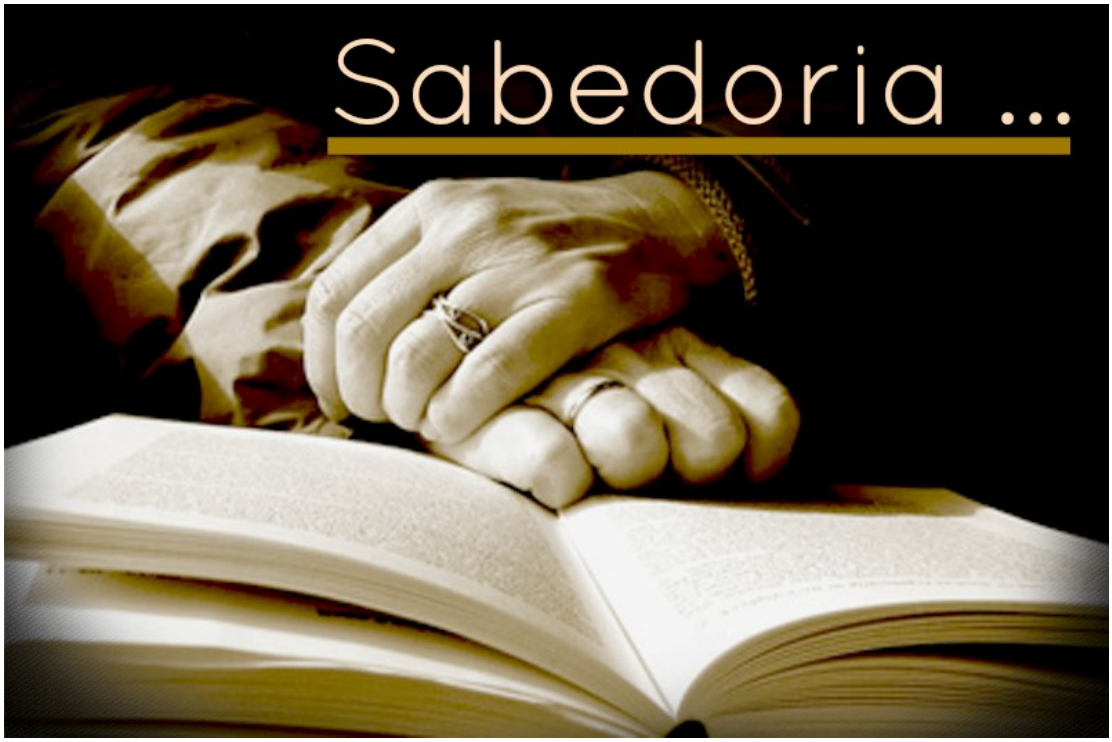
Concluo este Editorial animada por não me sentir isolada nas minhas considerações iniciais e por saber que, apesar das supramencionadas transformações e da complexidade do mundo contemporâneo forçarem a urgência de se discernir a realidade envolvente, há também sinais dos tempos que nos levam a acolher e a ter esperança na necessidade de transcendência e de sentido para a vida que todos sentimos e que nos podem ajudar "a olhar mais além e a viver de maneira diferente".[9]

Maria Laura Bettencourt Pires
(Directora)

Por decisão pessoal, a autora do texto não escreve segundo o projecto do chamado Acordo Ortográfico.

[9] ***Misericordia et Misera – Carta Apostólica do Papa Francisco,* Lisboa: Paulus Editora, 2016, p. 8.**

CADERNO TEMÁTICO



TEACHINGS OF WISDOM

ANA MONTEIRO-FERREIRA
EASTERN MICHIGAN UNIVERSITY

Almost every encyclopedia, dictionary, and philosophy textbook includes, among others, the following definitions of wisdom: knowledge or the result of accumulated philosophic or scientific learning; insight or the ability to apprehend intrinsic qualities and relational dimensions; judgment or the art of making good decisions and the body of knowledge and principles that develop within a specified society or period. Wisdom is also referred to as the teachings of the ancient wise men[1].

We can find teachings of wisdom in every cultural-religious tradition, general and particular sets of instructions, cast in expressions of the highest moral standards, which are called virtues, intended to promote righteous character and behavior for good practices and a ethical happy life.

Philosophy textbooks approach discussions on wisdom from the ancient Greco-Roman tradition, which is considered the philosophical model by default or from the Judeo-Christian religious perspective. Otherwise, it will be necessary to look for particular studies focusing on a specific tradition, religion, or philosophy.

The oldest teachings of wisdom can be found in ancient Egyptian literature, starting with the *Pyramid Texts*, which contain foundational sources for the moral and social development of humankind: the concept and practice of Maat (Karenga, 2006, pp. 41-42).

Although Greeks and Romans owe their scientific and philosophical development to the impressive body of knowledge produced by ancient Egyptians with whom their most notable scholars studied for decades (George James, 1954; Martin Bernal, 1987; Yosef Ben-Jochannan, 1991) consideration to ancient Egyptian teachings is barely visible in

---

* Ana Monteiro-Ferreira is an Associate Professor in the Department of Africology & African American Studies at Eastern Michigan University (USA). She earned her doctorate and master's degree in African American Studies from Temple University, a master's degree in Women Studies from Universidade Aberta, Lisbon (Portugal), and a Graduate Certificate in Women, Migration, Subjectivity and Deconstruction from International Women's University-IFU, University of Hanover (Germany) all building on her academic background in Anglo-American Culture and Literature at University of Coimbra (Portugal). Her work both in Portuguese and English, published in the USA, Portugal, and Brazil for the past 15 years, covers the areas of Afrocentric and Western theoretical and philosophical paradigms; African and African American Literatures; Gender Studies and Black Women Studies; and Cultural Studies. Her most recent publications in the USA include her book *The Demise of the Inhuman: Afrocentricity, Modernism, and Postmodernism* published by SUNY Press in 2014 distinguished by the Diopian Institute for Scholarly Advancement with the 2015 Best Scholarly Book Award.

[1] The most ancient wise men – the *seba* - can be found in Kemet as early as the Old Kingdom period.

Western epistemology. Egypt is mostly perceived through the Western gaze over the exoticism of Oriental mysteries, the result of a European imperial perspective that denies Egypt its place in the African continent, and Nile Valley Civilizations the African matrix of human development, philosophical thought systems, and consequent worldview.

I intend to discuss wisdom from the vantage point of the anteriority of Maat as a moral concept and practice. Maulana Karenga, one of the authoritative scholars of Maatic studies, describes Maat as principle and force "*an interrelated order of rightness* [that] in the course of its development in Kemetic intellectual history evolves from the conception of Maat as a constitutive part of creation itself (…) to the personification of order, rightness, truth, [and] justice" (2006, pp. 7-8). It finds expression in the embodiment of the godly virtues of the pharaoh who, ruling by divine appointment, legitimates the king's right to rule and the creation of the state through his moral practice rooted in ethical ideals.

> **"Ra installed King N**
> **upon the earth of the living**
> **forever and for eternity,**
> **judging people and satisfying the divinities,**
> **realizing Maat and destroying evil."**
> **(Assmann, 1989, p. 58 in Karenga, p. 43).**

The pharaoh is a "doer of Maat", the one who brings and offers Maat; the one who appears and acts like Ra; the one who has the fundamental human responsibility to replace Isfet (evil, chaos) with Maat (order, harmony, good) in order to be "deemed the righteous in heaven and on earth" (PT 1118, Karenga, p. 42).[2]

The *Declarations of Virtues* together with the *Declarations of Innocence* in the *Book of Coming Forth By Day* illustrate the development of the ethical and moral political and social structure of Kemet. There is plenty evidence of the highly ethical grounds demanded of incumbent public servants, both kings, prime ministers and other state officials, anchored in ancient Egypt religious and ontological ideal of the human responsibility towards divine perfection and eternity.

---

[2] PT abbreviation for *Pyramid Texts*.

The poly-semantic concept of Maat grew to embody a religious, ethical, political, and social paradigm. In its complexity, it generated the first philosophical and ideological utterances in human civilization and the creation of a structured philosophical discourse on wisdom in order to produce a happy and righteous life.

The congratulatory texts that first appear in the tombs of the 3rd Dynasty can hardly be considered autobiographical accounts. Drawing on the works of Lichtheim (1989) and Spiegel (1935), Karenga agrees that they represented an ideal portrait of a righteous person blended with some real virtues of the deceased written as an epitaph designed to confer a pathway into afterlife and eternity (Karenga, 2006, p. 44).

Through the studying and interpretation of the *Declarations of Virtues* and *Declarations of Innocence*, Karenga and others have established a crescendo or development in the ramifications of the concept of Maat that started with showing an intrinsic relationship between the king's ethical conduct and practice in his state functions as an extension of the divine. From a list of good deeds of the righteous person in order to achieve eternity to a set of examples of righteous governance to sustain a moral society, Maat as an ethical principle of human responsibility became as much the ideal character of kingship and the function of governance as well as of society. Therefore, the *Declarations* were not only the repository of good deeds neither were they exclusive of the king. They reflected the affairs of the state and service to society conducted according to Maat. Prime ministers, such as Imhotep and other officials like judges and governors, were doers of Maat at the service of the king according to his wishes and in the name of the king: to "do Maat, to do justice as he is commanded, and create a moral community in which both Maat and the people flourish" (Karenga, 2006, p. 45).

Clearly established during the Old Kingdom, the virtues of a righteous person are those of being and doing good, through Maat. This is the human responsibility to the Creator as much as towards an ideal ethical and professional praxis anchored in Kemetic ontological sense of creation. Spirituality and morality are therefore the intertwined foundations of what Dungen (2016) considers the emergence of a structured discourse on wisdom illustrated in the 37 utterances attributed to Ptahhotep (VIth Dynasty).

According to Karenga, in Pepi-ankh-her-ib's autobiography of the 4th Dynasty we can already see a structured organization of four fundamental areas for a human being to be honored and worthy of achieving eternity: the spiritual (before god); the professional/service (for the king); the social (for the people); family obligations (in the

family circle). These are special filial obligation including respect and veneration for the ancestors to which public recognition and social memory are also linked (Karenga, 2006, p. 46).

It must also be noted that autobiographical narratives of the Old Kingdom, as they can be found in the *Declarations*, began to appear even before the word Maat itself was used and extended throughout the 6th Dynasty to the Middle and Late Kingdoms when the use of the word was no longer necessary. Cases in point are the autobiographies of Prime Minister Kagemni and that of governor Hackhuf (Karenga, pp. 50-52).

The explanation, in which several scholars, like Lichtheim, Assmann, Teeter and Karenga, concur, lies in the fact that the moral underlying principle of Maat had already been fully established as an ethical principle of moral conduct and character, of service to the society and the nation (Karenga, p. 52).

In the VIth Dynasty, the tradition of the Sebait (Instructions), namely with the *Sebait of Ptahhotep* (ca. 2200 BCE), was already recognized as the recorded set of teachings for an ideal ethical functioning of society where the concept of Maat had grown in scope and complexity, anchored in and translating the ontological and cosmological dimensions, metaphysical and material, of the ancient Egyptians.

Dungen (2016) and Lichtheim (1975) consider *Sebait of Ptahhotep*, that Dungen translates as *The Maxims of Good Discourse or the Wisdom of Ptahhotep* including his 37 sayings or utterances, to be eventually the most ancient writings on wisdom, because they show a "deliberate cognitive design"[3].

The inscriptions on the walls of Ptahhotep's tomb show that he describes himself as a priest of Maat and his maxims or utterances seek to transmit "*that which endures in the realm of the heart, the abode of consciousness, free will, conscience, thought and speech*" (Dungen, 2016)[4].

Lichtheim (1975, vol 1, p. 62), defines *The Sebait of Ptahhotep* as a "moral" text, which does not "amount to a comprehensive moral code", whose precepts are not "strung together in any local order"[5]. An atomized disciplinary perspective and reductive analysis

[3] Consulted as an e-book, Dungen's work does not provide page numbers in the online version http://www.maat.sofiatopia.org/ptahhotep.htm. Italics in the original.
[4] *Idem*, ib.
[5] Cited by Dungen (2016).

of Western scholarship still frames limited interpretations or the lack of understanding of the complex philosophical dimension of the Sebaits (production of sages – *seba*).

Although both authors endorse the idea that this remarkable text embodies the typical didactical literature as maxims of good discourse grounded in the verbal philosophy and theology of Memphis; that this new category of texts, no longer autobiographical but the product of a community of sages and scribes denotes a line of reasoning, a narrative structure and a set of good examples of Maat, they dare not go beyond the notion that they merely represent a *moral philosophy*[6] (Dungen, 2006, Lichtheim 1997).

The *Sebait* (wise instructions) seek to provide orientations to righteous conduct, rectitude of mind and compassionate and balanced judgment to generate and sustain universal order and harmony in the spiritual, political, social, and personal domains through thought, speech, and action.

These wise instructions radiate from a rationale core of ontological, cosmological considerations with deep anthropological value in the Kemetic conception of the human person. Together, they make the corpus of Kemetic philosophy, not as mere discursive topics but as the expression of an ideal way of living everyday life in an ethical society rooted in Maat. The utterances are examples of how to run a just and righteous society and of attributes to achieve a happy life sustained by the correlated principle of truth. To live in truth is to live in Maat: the philosophical principle that, according to Bilolo[7], is the place of articulation of the ideal of knowledge, love for and aspiration of science; the moral ideal of truth, justice, and righteousness; and the metaphysical ideal of knowing thy-self and the Being.

From both an ontological and anthropological perspective we must consider the place of utterances or wise instructions "in the over-all order of things" (Strombach, 1986) in a metaphysical sense: not only at the material-physical level but also at the spiritual-cosmological level.

As an extension of the divine, humans are endowed with the responsibility to constantly seek to recreate the balance and harmony of creation, drive chaos away (Isfet) and restore order (Maat).

---

[6] Italics in this paragraph are mine.
[7] In Karenga, 2006, p. 6.

In the realm of ancient Egyptian moral metaphysics and ontological foundations that undergird and inform Kemetic ethical thought and practice, the nature of Being and the conception of Being are underlying formulations in terms of worldview that shapes all human affairs and relations to the natural and the metaphysical order.

From the potentiality of Being into the realization of Being, in the path from transcendence to existence, the Creator is the model that humans emulate.

Ancient Egyptian cosmology and cosmogony are translated in the narratives and motifs of creation and the underlying ontological perspective and anthropological model stems from this fundamental notion: the Creator created creation by ordering, balance, and harmonize through mind, will, speech, and action.

Karenga (2006, p. 179) says:

> **Creation is not construction out of nothingness but differentiating and ordering that which exists and making it active.**

Creation is the materialization of a cosmos pregnant of possibilities. Human beings are the personification of the divine order, agents of the perpetual sustainability of creation by constantly healing and repairing the world (*serudj ta*). As such, ancient Egyptian narratives of origin represent the process of creation as the movement from darkness to light, from fluidity into concreteness, from the potentiality into actuality. Water or Nun and the ocean are used as metaphors of endless possibilities and the circle, representing the universe, the expression of the seeds of existence contained in it, of wholeness and perfection.

The creative thought – *Sia* - and the authoritative utterance – *Hu* - of the Creator created existence through Maat, the very embodiment of balance and order.

Foundational concepts such as the primordial waters, the creative thought (*Sia*), the authoritative utterance (*Hu*), and wholeness or the unity of all that exists permeate many traditional African societies. Among the Dogon, the egg represents the universe, and everything within it: the air, the water, the fire, and the earth but also life, biology, energy, and power of becoming, all in perfect order.

Among the Bantu peoples, the authoritative utterance and wholeness are expressed by the power of the spoken word or Nommo, and unity is self-evident through the linguistic radical NTU which translates their holistic concept of the world as it is

incorporated in every morphological category: Muntu (human beings); Kintu (aninals/ojects); Hantu (place and time); and Kuntu (modality/abstract concepts). All that exists must necessarily belong to one of these categories and must be conceived not as substance but as force – energy. Universal force or energy – the point from which creation flows - conceptualized in the unifying principle of NTU.

Also for the Dinka, the same anthropological dimension is carried by the concept of cieng, which translates the human ability and responsibility to embrace harmony as a social practice, to be in harmony with nature and the Creator (Karenga, 2006, p. 215).

The deep spiritual and religious nature of the cosmological conceptualizations of ancient Egyptians is inseparable from the ontological and anthropological dimensions and, as such, ingrained in their ethical and moral values towards creation, all that exists, human beings, society, the environment, the world, and the universe. The divine image of the humans, their societal nature, ability to learn, reason, and pursue perfection, although considered divine attributes, are not in themselves expression of divine condition (see several authors in Karenga, 2006, pp. 217-218).

Being given divine legitimacy to rule over other humans in their human interactions with each other and nature, as an intermediate power between human's ideal of perfection and immortality, should not be considered as bestowed divinity on the king except on a metaphorical sense. Thutmose III is called "the image of Ra on earth" (Karenga, 2006, p. 218) and kings and queens material and physical dimension, even if they are considered sons and daughters of god, is never in question. Actually, philosophical logical analysis of the Wise Instructions also depicts a transformative potential in bringing about human activity, and Assmann defines the pharaoh's role as "the organizer of the land"[8].

Kemetic metaphysical explanations bear a strong emphasis on humanhood in the practical and functional dynamics after creation. It is the sense that, after creating creation – *fait accompli* – the Creator retreated to his pure divine essence leaving humanity in charge of looking after creation.

The metaphysical idea of divinity presides as an ideal of perfection in the contingency of human error and imperfection. Therefore, at the image of the creator, it is

---

[8] **Assmann, http://www.osirisnet.net/dieux/maat/e_maat.htm, retrieved November 15, 2016.**

the king's - and by extension every human being's - responsibility to cater for the well-being of humanity, restore balance and order, prevent or correct chaos: do Maat.

According to Karenga (2006), the divine affiliation was a constant in Kemetic literature from the *Pyramid Texts* to the Late Period. However, it was only with Piankhi (ca. 730-830 BCE) that the notion of the pharaoh's divinity emerged under the description of his birth owing to the spiritual impregnation of the sovereign's mother, a concept to be later foundational in Christian theology.

According to Asante and Abarry (1996), on the other hand, the Heliopolis narrative and the Memphite *Declaration of Deities*, texts which are supposed to date 2500 years before king Shabaka of the Twenty-Fifth dynasty (around 710 BCE) had them recopied, provide historical evidence of the value and power of the spoken word in Ptah's narrative of the origins of the world:

> All things are brought into existence through the spoken word; nothing that exists is without the word being spoken. Ptah, as the god of the Declarations, emerges as the protector, creator, and sustainer not just of Memphis but of all living things. (Asante and Abarry, 1996, p. 12)

There is an African holistic conceptualization of creation, the universe, and all that exists, ontologically, cosmologically, and philosophically that defies the analytical and dichotomized Western worldview.

Studies on major African groups including but not limited to the Dogon, Bantu, Akan, Ga, Dinka, Yoruba, and Igbo[9] also demonstrate that the quest for the divine perfection in a holistic integrated system of existence is the most comprehensive foundation of the African cosmology, a spiritual, philosophical, and epistemological heritage of Nile Valley civilizations.

As far as both Eastern and especially Western civilizations are concerned, the influence of Kemetic cognitive, philosophical, spiritual, theological, and religious values are still very much undermined. Its impact on the Mediterranean world is now clear and,

[9] Several examples and texts can be found in Asante and Abarry (1996). *African Intellectual Heritage*.

although its complex influence and heritage has been studied by numerous scholars[10], it has barely entered western epistemology.

In fact, the overall concept of philosophy prevalent in the Western academy is the one allegedly born in ancient Greece as the highest form of intellectual exercise of the logico-reasoning mind in making sense of the universe and human beings in it, through an analytical and dichotomized perspective.

African philosophy, whose tradition goes further back in time to Old Kingdom and Kemetic Wisdom Literature[11], is depreciated under the ominous designation of Ethnophilosophy, and the complexity of the ancient Egyptian holistic cosmological, spiritual, philosophical, and cognitive logic of complementarity is considered as an underdeveloped project of the pre-logical mind.

Martin Bernal's extensive work, *Black Athena* (1987) demonstrates that Greek philosophy was Kemetic's offspring and George James has unequivocally proven in *Stolen Legacy* (1954) the absolute anteriority of ancient the Egyptian Mystery System. The fundamentals of this complex system had as its most important object the achievement of the greatest good, or the practice of Maat.

The greatest good was the achievement of transcendence, the deification of man and the liberation of the soul through wisdom. The enlightenment of the mind as the person devoted himself to the mastery of the Arts and the Sciences up to the stage of true spiritual consciousness was the path to immortality. This represented forty plus years of integral and complex education of an initiate into the Egyptian Mysteries exemplifying the highest love of knowledge, pursuit of knowledge, systematic and comprehensive treatment of all subjects, the study of morality, existence, and the universe. This is philosophical praxis.

The consistency of integrated production of knowledge in Kemet also contrasts with the Greek tradition of public debate on different and individualized topics. Dungen (2016) contends that:

> **Greek philosophy emerged as a culture of rational debate at the heart of the "polis", the city-state. The conflicts between systems of**

---

[10] A short list must at least include: Asante, M.; Assmann, J.; Ben-Jochannan, Y.; Bernal, M.; James, G.; Dungen, W.; Karenga, M.; Lichtheim, M.; Teeter, E

[11] In fact, Kemetic Wisdom Literature itself is a misnomer that denotes the prevalent idea among Egyptologists that these are not philosophical texts.

> thought were much like political differences: they needed to be solved in public through argument & dialogue, and logic and/or rhetoric were the means to realize this.
>
> This absence of debate and lively discussions [in ancient Egyptian tradition] does not imply the absence of philosophy, i.e. the quest for a *comprehensive understanding* (within the limitations of the given modes of cognition) of the universe and the situation of humanity, as shown by the Maxims of Good Discourse.[12]

This Greek exercise became a discipline in Western scholarship, more important as a thing in itself (Kant's "das Ding an sich") than the pursuit of wisdom, the knowledge and the expression of collective representations of society, systems of thought, and cosmological perspectives.

The highly symbolic and holistic African cosmo vision is hardly a matter of consideration by the linear deconstructive mind of the Western thinker and African philosophy is not to be apprehended through Western hermeneutical value systems.

Kwame Gyekye (1995, p. 211) offers this insightful argument that "a philosophical discourse that critically interacts or communes with African cultural and intellectual experiences, with African mentalities and traditions, will be African".

While he recognizes that African philosophical systems will not be unique, all intellectual activity, reflective of analytical attention to the meaning of Being, of the nature of physical and metaphysical phenomena; causation, ethical human character, society, and destiny comprehended and analyzed by African thinkers on the basis of African cultural and intellectual experience, is African philosophy.

As Africologists we have to question the usurpation of knowledge production by the logic and rationality of the Western paradigm as the philosophical discourse par excellence.

It is fundamental to recover Maat pedagogy, a moral ideal for human perfection, that creates moral wisdom and enables human beings to come together for the purpose of always improve the human condition.

---

[12] Italics in the original.

BIBLIOGRAPHY

ASANTE, M. & Abarry, A. (1996). *African Intellectual Heritage*. Philadelphia: Temple University Press.

ASSMANN, J. (1989). "State and Religion in the New Kingdom". In James P. Allen *et al.* (Eds.) "Religion and Philosophy in Ancient Egypt". *Yale Egyptological Studies* 3. Yale Graduate School. New Haven: Yale University Press, pp. 55-88.

ASSMANN, J., Osirisnet. http://www.osirisnet.net/dieux/maat/e_maat.htm, retrieved November 15, 2016.

BEN-JOCHANNAN, Y. (1991). *African Origins of the Major "Western Religions"*. Baltimore: Black Classic Press.

BERNAL, M. (1987). *Black Athena: The Afro-Asiatic Roots of Classical Culture.* New Brunswick: Rutgers University Press.

GYEKYE, K. (1995). An Essay on African Philosophical Though: The Akan Conceptual Scheme. Philadelphia: Temple University Press.

JAMES, G. M. (1954). *Stolen Legacy.* Trenton: African World Press

DUNGEN W. van den (2016). *The Maxims of Good Discourse_or the Wisdom of Ptahhotep*. E-book http://www.maat.sofiatopia.org/ptahhotep.htm retrieved on November 29, 2016.

KARENGA, M. (2006). *MAAT: The Moral Ideal in Ancient Egypt*. Los Angeles: University of Sankore Press.

LICHTHEIM, M. (1975). *Ancient Egyptian Literature: The Old and Middle Kingdom*. Berkeley: University of California Press.

----------, (1997). *Moral Values in Ancient Egypt*. Fribourg, Switzerland: University Press.

STROMBACH, W. (1986) "Information" in *Epistemological and Ontological Perspective*. In Carl MITCHAM & Alois Huning (Eds.), "Philosophy and Technology II: Information Technology and Computers in Theory". *Boston Studies in the Philosophy of Science*, Volume 90, pp. 75-81.

TEETER, E. (1990). ***The Presentation of Maat: The Iconography and Theology of an Ancient Egyptian Offering Ritual*****. Chicago: University of Chicago Press.**

ABSTRACT

Great philosophers in ancient Egypt from Imhotep to Akhenaten devoted their life to a constant process of reflection and interrogation of the problems posed to human beings and their experiences in their relationships with the world, nature, the cosmos, spiritual life, and human beings themselves. In the West, under the classical Greek orientation, this exercise became a discipline, more important as a thing in itself (Kant's "das Ding an sich") rather than sabayet or wisdom, the expression of collective representations of society, systems of thought, and cosmological perspectives. This paper seeks to unveil the anteriority and impact of Kemetic wisdom literature in the development of humanity by highlighting its epistemological character, philosophical content, and analytical discourse in the context of the Africological disciplinary framework.

RESUMO

Grandes filósofos no Egipto antigo, desde Imhotep a Akhenaten, dedicaram a vida a um processo de constante reflexão e interrogação dos problemas que se colocavam aos seres humanos nas suas experiências e interacções com o mundo, a natureza, o cosmos, a vida espiritual e com os outros seres humanos. No ambiente intelectual ocidental sob a orientação clássica grega, este exercício tornou-se uma disciplina, mais importante em si mesmo (na senda da "das Ding an sich" de Kant) do que a busca de sabedoria enquanto expressão das representações colectivas de uma sociedade, dos seus sistemas de pensamento e perspectivas cosmológicas. O presente artigo tem como finalidade revelar a anterioridade e o impacto da literatura kemética sobre sabedoria no desenvolvimento dos valores da humanidade, salientando o seu carácter epistemológico, conteúdo filosófico, e discurso analítico no contexto da disciplina de Africologia.

NOSCE TE IPSUM

REFLEXÕES SOBRE A SABEDORIA

Maria Laura Bettencourt Pires

Universidade Católica

Para título deste artigo escolhi a frase *Nosce te ipsum*, que corresponde à tradução latina do antigo aforismo grego *γνῶθι σεαυτόν* e significa, como é do acervo comum, "Conhece-te a ti mesmo". Cito-a porque, além de ser bastante famosa, revela a importância do autoconhecimento e antepõe-se assim às considerações sobre o tema da Sapiência que constitui o assunto central do ensaio, como se depreende do seu subtítulo "Reflexões sobre a Sabedoria". Embora não se tenha a certeza absoluta em relação a quem foi autor desta máxima, a sua autoria é frequentemente atribuída ao sábio grego Tales de Mileto. Apesar disso, existem teorias que afirmam que a frase foi dita por Sócrates, Heraclito ou Pitágoras. O aforismo, como pode ver-se na imagem que adorna a página de início, está inscrito na entrada do templo de Delfos, que foi construído em honra de Apolo, o deus grego do sol, da beleza e da harmonia. A máxima completa é: "Conhece-te a ti mesmo e conhecerás os deuses e o universo." e deveria levar os seus leitores a concluírem que o processo de autognose muda a forma como se interage com o mundo e com os outros e abre a possibilidade de se aprender e de ter novos interesses.

Tendo em vista que um dos objectivos da revista *Gaudium Sciendi* é incentivar reflexões esclarecidas sobre tópicos que convocam e provocam a nossa inquietude colectiva, espero que este breve comentário ao tema da Sapiência contribua para iniciar um debate sobre a matéria que, através de um diálogo interdisciplinar, potencialize a

---

* NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA - Maria Laura Bettencourt Pires é Professora Catedrática de Estudos Ingleses e Americanos, Investigadora Sénior do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura e Directora da revista *Gaudium Sciendi* da Sociedade Científica da Universidade Católica. Entre as suas actividades académicas, destacam-se: a docência e a coordenação (cursos de Mestrado, Doutoramento e Pós-Graduação; Secção das Ciências Sociais da Sociedade Científica e Projectos de Investigação). Ensinou também nas Universidades Nova e Aberta. Nos EUA, foi "Gulbenkian Fellow", "John Carter Brown/National Endowment for the Humanities Research Fellow"; "Fulbright Scholar" e "Visiting Researcher" e ensinou nas Universidades de Georgetown, Brown e Fairfield. Além de organizar colóquios internacionais e de proferir várias conferências e palestras em lançamento de livros, publicou: *As Humanidades e as Ciências–Dois Modos de Ver o Mundo* (Co-editora, 2013); *Intellectual Topographies and the Making of Citizenship* (Co-editora, 2011) e como autora, *Intelectuais Públicas Portuguesas - As Musas Inquietantes* (2010), *Ensino Superior: Da Ruptura à Inovação (*2007), *Teorias da Cultura* ([3]2011, [2]2006, [1]2004), *Ensaios-Notas e Reflexões* (2000), *Sociedade e Cultura Norte Americanas* (1996), *William Beckford e Portugal* (1987), *História da Literatura Infantil Portuguesa* (1982), *Portugal Visto pelos Ingleses* (1980), *Walter Scott e o Romantismo Português* (1979), além de vários editoriais, prefácios, ensaios e artigos em volumes de homenagem, revistas, jornais e enciclopédias.

transferência de conceitos de um campo para o outro, concorrendo assim para aquilo que já foi designado como hibridação metodológica.

Outro dos propósitos do meu texto seria que, ao analisar a complexa tessitura cultural do conceito de Sapiência de uma perspectiva transversal, concorresse para tentar, através do supracitado diálogo académico, chegar a um produtivo cruzamento ou ecologia de saberes, referindo igualmente todo o aparato crítico de fulcral importância que o estudo de uma questão tão complexa implica.

Considerando que o tema deste artigo é a Sabedoria, que, em alternância, será também designada como Sapiência, ao longo do texto, irei tentar definir e determinar o modo como poderemos analisar e cultivar esta concepção, tanto em nós próprios como, na qualidade de professores e pais, nos outros. Proponho-me igualmente reflectir sobre a designação de "sábio" pois denomina-se, geralmente, assim aquele que tem conhecimento de matérias que interessam a todos e que sabe pôr a sua erudição em prática.

Ao reflectir sobre o tópico da Sapiência, uma das primeiras questões que, obviamente, se levanta é a definição do conceito assim como o estudo da sua natureza, origem e desenvolvimento. Porém, como se trata de um constructo psicológico muito elusivo, que se pode mesmo classificar como vago, obscuro e difícil de explicar ou de entender, nas últimas décadas, devido à dificuldade intrínseca da temática, têm sido frequentes os debates sobre o significado desta noção, que, desde há muito, está firmemente enraizada na psicologia colectiva.

Neste ensaio, além de tentar definir o conceito e de me debruçar sobre o conhecimento actualmente existente sobre a matéria, irei também questionar-me sobre o motivo da notoriedade do tema e sobre a razão pela qual ele se afigura relevante. Uma das justificações é, sem dúvida, o facto inegável de a investigação até agora realizada – que se baseia num conhecimento alcançado com o apoio de resultados obtidos com instrumentos metodológicos específicos - ser particularmente necessária e benéfica na nossa época em que se reconhece como é essencial saber como fazer as escolhas certas e dar maior inteligibilidade à dinâmica social. Essa necessidade deriva do facto de, na sociedade cada vez mais tecnologizada em que vivemos, se verificar que indivíduos, aparentemente inteligentes e poderosos, tomam decisões erradas por seguirem regras e incentivos estabelecidos por outrem e por não cultivarem, nem aplicarem, a sua sabedoria congénita na vida quotidiana.

A indagação parece especialmente pertinente na nossa época em que há um conhecimento científico e avanços tecnológicos sem paralelo. Contudo, apesar de toda a nossa ciência, não parecemos ter sabedoria em excesso, sendo, por vezes, até evidente exactamente o contrário, visto que, outrora, os filósofos pensavam e reflectiam muito sobre a natureza da Sapiência e a forma como tinha evoluído e falavam também de "sabedoria prática", que consideravam ser o modo correcto de fazer as coisas certas.

Efectivamente, embora, nos nossos dias, a sapiência tenha sido empiricamente analisada e investigada, trata-se de uma concepção muito antiga, que tem vindo a ser adaptada nas diferentes culturas, sendo também considerada no âmbito da teologia. O facto de existir há muito tempo em diferentes partes do mundo torna bastante difícil que uma única definição seja unanimemente aceite.

Segundo alguns dos múltiplos estudiosos da noção de sabedoria, para a sua evolução contribuiu o ambiente de positivismo lógico e de neofuncionalismo - que dominou praticamente todas as pesquisas na primeira metade do século XX - assim como a circunstância de, em muitas sociedades actuais, haver uma perspectiva negativa sobre a ideia de envelhecimento com a qual o conceito de sapiência estava historicamente associado. Como é do domínio comum, este quesito não é retórico e foi completamente alterado, tendo mesmo sido excluído dos contextos específicos das investigações científicas rigorosas.

Ao analisarmos o actual conhecimento sobre o tema, vemos que, nos nossos dias, o estudo da Sabedoria tem atraído muito interesse como um macro campo independente, sobretudo de um ponto de vista prático, e como observação do modo como se pode "fazer aquilo que está certo". Nesta perspectiva, segundo afirmam alguns investigadores[1], o tema terá evoluído do âmbito da filosofia para a neurociência. O seu estudo corresponde a um apelo racional, e até urgente, para se desenvolver e promover o tipo de sabedoria prática já referenciada e que pode ser considerada como uma qualidade humana essencial e que, gradualmente, foi sendo eliminada das nossas vidas. A posse dessa sapiência irá dar-nos coragem para confiarmos no próprio discernimento, cultivando e aplicando, deste modo, a nossa sabedoria inata.

---

[1] **Refiro-me, entre outros, aos autores das mais recentes publicações, que cito nas Referências Bibliográficas, tais como: Susan McNeal Velasquez (*Beyond Intellect: Journey into Wisdom of your Intuitive Mind,* 2007) e Nicholas Maxwell (*From Knowledge to Wisdom: A Revolution for Science and the Humanities*, 2007).**

Estas podem ser algumas das respostas a perguntas como "O que é a Sabedoria?" ou "Porque estudar a Sapiência?". Através da nossa análise do tema, vemos que - desde o tempo dos antigos filósofos gregos, como Aristóteles[2], até hoje - são inúmeros os indivíduos que procuram a sabedoria tanto nas suas vidas profissionais como nas opções pessoais, queixando-se da falta de abordagem humana nos questionamentos relativos ao modo como se deve viver e interagir com os outros.

Uma reflexão esclarecida sobre o tópico parece, por isso, ser necessária e relevante por vivermos numa época confusa e violenta e num mundo complexo e em mudança constante e acelerada pelos avanços tecnológicos e a propósito do qual há já uma jeremiada da crise. Contribuir para um debate com base conceptual transversal, que incite à meditação sobre os nossos conceitos actuais e sobre as concepções clássicas de sabedoria, poderia contribuir para trazer de novo a Sapiência para a nossa sociedade, possibilitando um entendimento competente e redefinindo melhor a nossa condição humana e as nossas vivências.

Alguns estudiosos defendem já, por isso, a aplicação de uma futura teoria da Sapiência que se viesse a tornar na grande narrativa central da Humanidade, na qual a sabedoria seria vista como o mais alto ideal a atingir e que iria contribuir para o nosso desenvolvimento pessoal e colectivo, constituindo como que um novo paradigma do século XXI. Confirma-se, pois, que necessitamos de nos debruçarmos sobre *Prajña*, a palavra usada em Sânscrito para Sapiência, e de reflectir sobre aquilo que se pode considerar como uma combinação de qualidades cognitivas e afectivas da personalidade dos indivíduos. Com esse objectivo, teremos de reflectir sobre a história da Sapiência e sobre o seu lugar no nosso mundo contemporâneo, analisando a sua constituição, o motivo da sua relevância e o modo como se pode desenvolver, tal como supracitado. O domínio da Sabedoria permite-nos tornar conhecidas as verdades universais sobre o mundo e dispor de "sabedoria prática" possibilita aos "sábios" e às organizações actuarem, em qualquer capacidade, sobre as verdades abrangentes acerca da estrutura e da função das sociedades.

Se, com esse propósito, analisarmos as diferentes culturas, que - em todo o mundo e ao longo do tempo - têm avaliado e apreciado esta noção e, através das suas literaturas, têm procurado contribuir para o seu desenvolvimento, verificamos que se trata de um

---

[2] Aristóteles afirmava que conhecer-se a si próprio era o início de toda a sabedoria.

modo de pensar positivo, que implica a realização de acções que concorram para o bem-estar de toda a humanidade e que sejam baseadas em vários princípios, tais como: Tolerância, Verdade, Conhecimento, Justiça, Igualdade, Amor, Respeito e Perdão estabelecidos através da crença no processo de evolução da natureza humana para a paz e a prosperidade.

Para se enunciar uma definição abrangente de sabedoria é conveniente compreender as teorias implícitas ou subentendidas, que os indivíduos mantêm como parte da sua experiência diária e que correspondem ao modo de pensar da maioria das pessoas. Trata-se de noções comummente admitidas e que representam o conhecimento adquirido a partir de experiências, vivências e observações do mundo. O significado do conceito de Sapiência deriva dessas noções do senso comum, que se caracteriza por proficiência empírica acumulada ao longo da vida e passada de geração em geração. Trata-se de um modo genérico e espontâneo de assimilar informações e perícias úteis no quotidiano. Esse senso comum – que é uma maestria assistemática e não possui uma organização prévia nem se baseia na investigação - é uma herança cultural, que tem a função de orientar a sobrevivência humana nos mais variados aspectos e que está associado ao conhecimento irreflectido enquanto o senso crítico se fundamenta na reflexão e na pesquisa e analisa com inteligência as informações obtidas a fim de se tentar chegar a uma conclusão.

Ao reflectir sobre o assunto, verifica-se que a humanidade se interessa pela compreensão da Sabedoria desde seus primórdios. Já no Antigo Egipto a sapiência era citada em documentos que datam de 3.000 a. C. e os Gregos acreditavam que ela seria uma dádiva que os deuses concediam aos filósofos, para com ela poderem contemplar a verdade e consideravam que a deusa da sabedoria era Atena, sendo esta divindade também a detentora da verdade e da justiça e a protectora da cultura[3].

Sendo o nosso tema um dos objectivos do saber filosófico, vemos que, neste âmbito, a Sabedoria é considerada como a virtude que leva os homens à demanda do Bem, da Verdade e do Belo. A este propósito, basta evocar o facto de que filosofia (do Grego *φιλοσοφία*) - que significa literalmente "amor (*filo*) da sapiência *(sofia*)" e implica o estudo de problemas fundamentais relativos a temas como Existência, Conhecimento, Valores, Razão, Espírito e Linguagem - pode ser considerada um sinónimo de sabedoria, ou de erudição. Nesse sentido, podemos afirmar que todas as culturas têm uma tradição filosófica e lembrar que

[3] Entre os Romanos, a equivalente a Atena era Minerva, a deusa das artes, comércio, magia, medicina, poesia, sabedoria e tecelagem.

a filosofia ocidental data dos filósofos gregos, que viveram na Antiga Grécia, no início do século VI a. C..

Pitágoras (570–495 a. C.), a quem tradicionalmente se atribui a primeira utilização do termo, distinguiu-se dos outros "sábios" por se considerar apenas um mero apaixonado da sabedoria. Por sua vez, Sócrates (470–399 a.C.)[4] insistia que não tinha sapiência mas que a procurava. A famosa expressão "Conhece-te a ti mesmo", que estava gravada no pórtico do templo de Apolo, o patrono grego da sabedoria, como supramencionado, passou a ser o lema do filósofo. Essa consciência da própria ignorância pode considerar-se como o início da filosofia e Sócrates inquiria sobre a definição daquilo que viria a ser uma ideia e um valor e investigava a verdadeira essência do conceito.

Para Aristóteles, sabedoria era uma capacidade afirmativa e não uma aptidão com um foco limitado. Era uma competência abrangente da forma como viver e actuar do modo característico e distintivo da vida humana, tal como relativamente a tomar decisões e fazer escolhas ou ao modo de estatuir acções emotivas. Aristóteles apelidava este tipo de sabedoria como "prática" e designava-a com a palavra grega *Phronesis.* No Livro 6 de *Ética a Nicómaco*, Aristóteles distingue entre dois tipos de virtudes intelectuais, que são, por vezes, traduzidas como Sabedoria e que o filósofo designa como: *Sophia* e *Phronesis.* A primeira, que correspondia a "sabedoria teórica", é uma combinação de *Nous*, a capacidade de discernir a realidade, e de *Episteme*, um tipo de conhecimento, que é construído logicamente e pode ser ensinado, equivalendo ocasionalmente a ciência. *Sophia* implicaria raciocinar acerca de verdades universais e *Phronesis* combinava a capacidade de pensar racionalmente com um tipo de conhecimento e requer a competência de considerar logicamente acções que têm os efeitos desejados.

Aristóteles afirma que *Phronesis* não é apenas uma técnica (*techne*), pois envolve não só a capacidade de decidir qual o modo de agir para atingir um determinado fim, mas também a habilidade de reflectir e determinar objectivos, que sejam consistentes com a pretensão de viver bem de um modo geral. Chama também a atenção para o facto de que, embora *Sophia* seja mais elevada e mais importante do que *Phronesis*, a indagação mais proeminente da sabedoria e da felicidade requer ambas, porque a *Phronesis* facilita a

[4] Sócrates iniciou a sua busca pela sabedoria, que manteve durante toda a vida, por o Oráculo de Delphi, o sacerdote, cuja profecia provinha dos deuses, lhe ter dito que ele era o homem mais sábio de Atenas. Considerou que o Oráculo devia estar enganado pois, embora ele ansiasse por Sapiência, sabia que não a tinha.

Sophia, associando também o filósofo *Phronesis* com competência política. De acordo com a teoria de Aristóteles, *Phronesis* é um dos três tipos de apelo ao carácter (*Ethos*). Os outros dois são invocações, respectivamente, de *Arete* (virtude) e de *Eunoia* (boa mente). Para se alcançar a *Phronesis*, é necessário ter usufruído de experiência e a esse propósito, escreve:

> "...embora os jovens possam ser peritos em geometria e matemática e em outros ramos semelhantes do conhecimento [*sophoi*], nós não consideramos que um jovem possa ter Prudência [*phronimos*]. Isto deriva do facto de a Prudência [*Phronesis*] incluir o conhecimento de realidades específicas, e tal deriva da experiência, que um jovem não possui, porque a experiência é o fruto dos anos." [5]

Phronesis está relacionada com pormenores, porque tem a ver com a forma como se actua em situações especiais. Podem aprender-se as regras da acção, mas aplicá-las no mundo real, em situações imprevisíveis, requer experiência do mundo. Aristóteles considera que ter *Phronesis* é tão necessário como suficiente para se ser virtuoso, porém, porque *Phronesis* é prática, não é possível ser-se "fronético" e "acrático", i. e., as pessoas prudentes não podem agir contra a sua sapiência ou prudência.

Já Sócrates considerava também que *Phronesis* era equivalente a ser virtuoso e, consequentemente, quando alguém pensava com *Phronesis*, tinha virtude. Por conseguinte, toda a virtude era uma forma de *Phronesis*. Ser bom era ser uma pessoa inteligente ou racional com pensamentos intelectuais e lógicos. Era igualmente a *Phronesis* que nos permitia termos força moral ou ética. No Diálogo *Menon* de Platão, Sócrates explica como a *Phronesis*, uma qualidade semelhante à compreensão moral, é o atributo mais importante para se aprender, embora não possa ser ensinado e se obtenha sobretudo através do desenvolvimento da compreensão da nossa própria identidade.

Similarmente Heraclito (535--475 a. C.), o pensador do "tudo flui", que sintetizou a ideia de que o mundo estava em movimento perpétuo, aponta para a prudência, *Phronesis*, como sendo a mais alta virtude. É o caso do fragmento 12[6], com a famosa

---

[5] *Ética a Nicómaco de Aristóteles*, Tradução portuguesa de António de Castro Caeiro. Lisboa: Quetzal Editores, 2004.

[6] Hermann Diels, *Os Fragmentos dos Pré-Socráticos*, p. 91. Tradução de *Die Fragmente der Vorsokratiker*, Walther Kranz, Berlim: Weidmannsche Verlagsbuch Handlung, [8]1956.

imagem na qual, o filósofo, comparando o que existe à corrente de um rio, afirma que não se pode penetrar duas vezes no mesmo curso de água. Esta imagem foi usada por Heraclito para sublinhar a absoluta continuidade da mudança em cada um dos entes pois tudo está em perpétuo devir. Ninguém pode ingressar duas vezes no mesmo rio, pois, quando nele se entra novamente, não se encontram as mesmas águas e o nosso próprio ser já se modificou. Assim, tudo é regido pela dialéctica e pela tensão e alternância dos opostos. Portanto, a realidade é sempre fruto da mudança, ou seja, do combate entre os contrários.

De outra perspectiva, se considerarmos o tema da Sabedoria no âmbito da religião, vemos que há, como é evidente, uma longa tradição de se reflectir sobre a sapiência em termos de humildade. Como podemos ler na *Bíblia Sagrada* no "Livro dos Provérbios" (Pr. 11.2): "Depois da soberba, vem a desonra, mas a sabedoria está com os humildes."[7] Para os pensadores crentes toda a sabedoria emana da vontade de Deus e apenas se pode ser sábio de acordo com a determinação divina. A arrogância e o orgulho levam-nos a querer substituir o arbítrio celeste pela mera sabedoria humana, tal como Adão e Eva fizeram. Por seu lado, a humildade – mesmo a epistémica e cognitiva - é inegavelmente boa. É uma virtude "negativa", que nos transmite aquilo que não devemos fazer enquanto a sabedoria é "positiva", pois diz-nos como viver, como nos comportarmos e como reagirmos.

A sabedoria é, além disso, uma das características mais mencionadas a respeito de Deus, que é denominado omnisciente por saber ou conhecer todas as coisas, e, tal como lemos na *Bíblia*: "Como é profunda a riqueza, a sabedoria e a ciência de Deus! Como são insondáveis as suas decisões e impenetráveis os seus caminhos! (Romanos 11:33)[8]. Na Bíblia também é mencionada a sabedoria do Rei Salomão, filho de David, que foi o monarca mais próspero de Israel, sendo também considerado o homem mais sábio do Antigo Testamento e um dos mais eruditos de toda a Sagrada Escritura, onde nos é dito que: "Deus concedeu a Salomão sabedoria e inteligência extraordinária e uma mente aberta como as areias do mar. A sabedoria de Salomão era maior do que a de todos os homens do Oriente e do que toda a sabedoria do Egipto[9]. (1 Reis 5: 9-10). Em toda a Bíblia, e não apenas no *Livro da Sabedoria* (ou *Sabedoria de Salomão*), que é um

[7] *Bíblia Sagrada*, Edição Pastoral, Lisboa: Paulus, 2009, p. 922.
[8] *Idem*, p. 1638.
[9] *Idem*, p. 422.

dos maiores livros deuterocanónicos da Bíblia, se fala de Sabedoria e do sentido da vida[10]. Podemos, pois, falar de Sapiência teológica ao serviço da palavra de Deus.

De outro ponto de vista, no âmbito do saber científico, há que distinguir entre Ciência e Sabedoria e analisar o tipo de conhecimento designado como Ciência, que é muitas vezes considerado como uma aptidão sistemática, pois é organizada a partir de um conjunto de teorias, estudos e observações coerentes e que comunicam entre si. O conhecimento científico é a base da ciência e quase todas as suas preposições, teorias e hipóteses são, em princípio, comprovadas através de uma série de experiências e análises. Durante muito tempo, neste campo de acção, a pesquisa intelectual circunscreveu-se ao conhecimento da causa formal e dos conceitos e definições lógicas. Põe-se, portanto, a questão de se determinar se a Sabedoria é diferente da Ciência e, desde há muito, que as múltiplas investigações intelectuais focam o conhecimento da motivação evidente dessa diferença.

Segundo alguns estudiosos do referido tema da ciência e da sabedoria, pode considerar-se que Sapiência significa, literalmente, conhecer as palavras e os comportamentos correspondentes à verdade e que se alcança, e se obtém consciência daquilo que é verdadeiro, através dos meios científicos e do bom senso. Por outro lado, afirma-se que é a ciência que permite compreender e descobrir a verdade assim como o saber e a erudição. Os exegetas religiosos têm diversas interpretações a este propósito. Uns pensam que o termo significa profecia, outros relacionam-no com ciência, enquanto alguns o consideram, sobretudo, como um meio para atingir a verdade da mensagem de Deus.

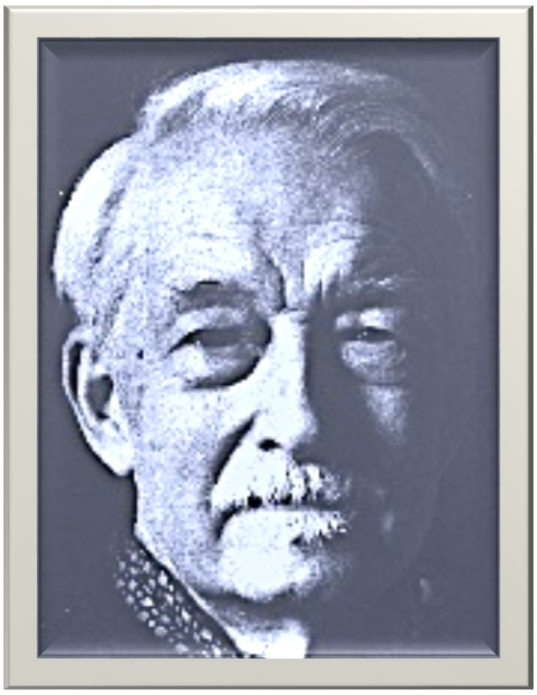
Como é do acervo comum, a palavra "ciência" é usada repetidamente em diversos contextos e com múltiplos significados, tais como, entre outros, saber, exprimir, esclarecer, apresentar provas e argumentos. Ao inquirirmos o uso do termo e dos seus derivados, podemos mesmo deduzir que todos os seres vivos são dotados de ciência.

Devido ao actual ambiente positivista em que vivemos, é fundamental distinguir entre ciência e sabedoria pois o saber científico, ao pretender ser sapiência, acaba por concorrer para a suprimir e desde há muito que procurou reduzir a investigação intelectual ao conhecimento das causas e das definições lógicas, contribuindo assim para o triunfalismo da ciência e dando apenas valor aos pensamentos de tipo científico e desprezando as afirmações próprias da sabedoria filosófica.

---

[10] *Idem*, pp. 970-988.

Ao reflectirmos sobre a distinção entre ciência e sabedoria, temos de evocar o grande pensador francês Jacques Maritain (1882–1973), cujas ideias sobre filosofia da ciência e epistemologia, que expôs, entre outras, nas suas famosas obras *Science et Sagesse Suivi d´Éclaircissements sur la Philosophie Morale* (1935) e *Distinguer pour Unir ou les Degrés du Savoir* (1932), continuam actuais e profundas. Maritain criticava exacerbadamente as descrições racionalistas e empíricas do conhecimento, que então eram as predominantes, e afirmava que o saber científico se distinguia do filosófico por terem métodos e objectos de estudo muito diferentes.



Jacques Maritain

Ao ler a obra de Jacques Maritain, verifica-se que - embora tenha sofrido influências de Bergson e de Santo Agostinho - ele se distingue sobretudo por ter sido um dos principais divulgadores do Tomismo no século XX, sendo um notável e influente intérprete do pensamento de S. Tomás de Aquino tanto na Europa como nos Estados Unidos, onde ensinou nas mais prestigiadas universidades. A filosofia e a epistemologia defendidas por Maritain são claramente uma reacção ao pensamento materialista e racionalista herdado do positivismo do século XIX e, tal como ele próprio afirma, dão "prioridade ao espiritual".

Após este breve comentário ao tema da Sapiência no âmbito da filosofia, da religião e da ciência, para o enquadrar, iremos debruçar-nos sobre a sua evolução, ao longo do tempo, no Oriente e no Ocidente. Apesar da sua origem e história, a conceptualização actual e a pesquisa empírica sobre Sabedoria foram principalmente realizadas no Ocidente e os relatos provenientes do Leste foram, quase sempre, ignorados ao longo do tempo. Contudo, a fim de termos uma definição equilibrada do conceito do ponto de vista cultural, é evidente que temos de rever tanto as interpretações ocidentais como as orientais, focando os estudos, teorias e relatos históricos que têm vindo a ser realizados ao longo de séculos.

As análises mais recentes seguem um modelo culturalmente inclusivo e procuram decifrar as várias componentes que têm contribuído para a nossa actual perspectiva sobre a matéria. Com esse objectivo, para além de examinar os antigos textos ocidentais, temos de investigar também as raízes históricas do conceito que se encontram no Oriente. Esta pesquisa irá levar-nos a exumar textos de literatura antigos, ignorados ou esquecidos, que concorrem para a nossa compreensão do modo como a ideia foi tratada nessa parte do mundo.

Teremos, além disso, de reflectir sobre o seu significado e raízes históricas tradicionais do Oeste, que se encontram nas antigas literaturas egípcia, bíblica e grega e que tanto influenciaram o pensamento ocidental. Neste âmbito, é justo referir que, mais recentemente, a tradição influente e dominante foi a anglo-americana com o positivismo lógico e o neofuncionalismo[11], tal como já acima mencionado. Ao referirmo-nos a "tradição ocidental" estamos, portanto, a mencionar a ligação entre os textos antigos e o legado anglo-americano.

Relativamente às interpretações orientais de Sapiência, muitos analistas focam sobretudo o antigo texto védico[12], já que a tradição oriental é muito vasta e consiste em

---

[11] O funcionalismo (do Latim *fungere*, "desempenhar") é um ramo da antropologia e das ciências sociais que procura explicar aspectos da sociedade em termos de funções e considera que cada instituição exerce uma actividade específica, significando o seu mau funcionamento um descontrole da própria sociedade. Segundo a famosa interpretação de Émile Durkheim, o facto social é exterior, pois existe antes do próprio indivíduo, e coercivo, visto que a sociedade se impõe, sem o consentimento prévio do sujeito.

[12] Na Índia, o termo védico referia-se aos Vedas, os textos mais antigos da civilização indo-ariana, que foram escritos em Sânscrito, durante o período igualmente designado como védico, e nos quais se divulgava a filosofia religiosa designada como Vedanta. Hoje em dia, a cultura védica é transmitida também através da prática de yoga, da meditação e de mantras, as palavras que, no hinduísmo e no budismo, deviam ser repetidas para ajudarem a concentração durante a meditação.

várias e diversas doutrinas que incluem os ensinamentos do hinduísmo, do budismo, do confucionismo e do taoísmo. Verifica-se também que as diferenças entre as tradições do Ocidente e do Oriente são fundamentais e devem ser consideradas como contributos de relevo para uma discussão sobre o tema da Sabedoria, dando o mote para um debate produtivo em que se cruzam saberes e se indaga das potencialidades de um entendimento esclarecido do conceito, compaginando a possibilidade de leituras diferentes ou antagónicas que se afigurem iluminadoras da discussão em curso.

Com esse objectivo, a fim de podermos estabelecer uma definição de Sabedoria que seja culturalmente equilibrada, temos de rever tanto as interpretações ocidentais como as orientais e de focar sobretudo os estudos multiétnicos de teorias implícitas e de relatos históricos de Sapiência, provenientes de ambas as tradições, porque estas análises nos auxiliam a decifrar as componentes psicológicas da definição do termo. Por conseguinte, a ideia de que as diferenças entre ambas as heranças culturais são fundamentais afigura-se como iluminadora da discussão e o facto de estas não serem mutuamente exclusivas – já que alguns aspectos dos sistemas orientais concordam com certas doutrinas do Oeste – não impede que excluam as de outras civilizações influentes, como a dos Índios americanos e as das culturas africanas, como sucedeu anteriormente.

Considerando as reflexões precedentemente feitas, podemos concluir que, no nosso tempo, é necessário discernimento face às ameaças que atordoam o mundo e perante os apelos para se criar uma visão unitária do universo. Verifica-se também que há um novo olhar sobre a ciência moderna que, na sua forma mais técnica, é cada vez mais contestada e que uma corrente de secularização marca fortemente a sociedade actual, na qual a vertente religiosa reaparece sob múltiplas formas, tais como espiritualidades orientais, e que, em alternância, se procura a referida harmonia cósmica e a ordem que a ciência poderia contribuir para estabelecer e a religião para garantir.

Ao concluir estas considerações sobre sabedoria, a fim de justificar a escolha do título, podemos evocar o famoso filósofo chinês Lao-Tze (c. 604-c. 521 a. C.), que ficou conhecido como "sábio" e foi o fundador da religião taoista, e que afirmava que "Quem conhece a sua ignorância revela a mais profunda sapiência. Quem ignora a sua ignorância vive na mais profunda ilusão."

Relativamente à definição do termo, depois das análises efectuadas, conclui-se que a sabedoria está relacionada com a experiência e a maturidade, que vai sendo adquirida ao longo da vida, e que não é um talento ou habilidade natural nem um

conhecimento técnico. Sabemos, igualmente, que este conceito evoluiu desde 1990 devido aos múltiplos estudos realizados sobre as formas variadas da inteligência, tema que extravasa o âmbito deste artigo.

Ao procurar ainda justificações para as considerações acima feitas, podemos recorrer a citações famosas relacionadas com o tema como a de Shakespeare, em *As You Like It:* "The fool doth think he is wise, but the wise man knows himself to be a fool." ou a de Aristóteles: "O ignorante afirma, o sábio duvida, o sensato reflecte.".

Para finalizar, podemos argumentar que, em suma, a sapiência é o ideal mais elevado que podemos procurar alcançar tanto no nosso desenvolvimento pessoal como no colectivo e que deve ser o meio mais eficaz para atingirmos a Felicidade, o objectivo central da Educação e a luz que deve iluminar a nossa evolução futura.

Mathias Stomer, *Jovem a Ler à Luz da Vela* (1650)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Walter Truett, *The Next Enlightenment: Integrating East and West in a New Vision of Human Evolution,* London: St. Martin's Press, 2003.

MACDONALD, Copthorne, *Toward Wisdom – Finding our Way to Inner Peace Love and Happiness*, Ontario: Dundurn Press, 1993.

MARITAIN, Jacques, *Science et Sagesse Suivi d´Éclaircissements sur la Philosophie Morale,* Paris: Labergerie, 1935.

----------, *Distinguer pour Unir ou les Degrés du Savoir*, Paris: Desclee de Brouwer, 1946.

----------, "Science et Sagesse" in *Revue de Metaphysique et de Morale* 44 (1), 1935, pp. 4-6.

MAXWELL, Nicholas, *From Knowledge to Wisdom: A Revolution for Science and the Humanities,* Pentire Press, [2]2007.

PERDUE, L. G., *Wisdom & Creation: The Theology of Wisdom Literature*, Nashville: Abingdon, 1994.

STERNBERG, Robert J. (Ed.), *Wisdom: Its Nature, Origins, and Development,* Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

STERNBERG, Robert J. & Jennifer Jordan (Eds.), *A Handbook of Wisdom Psychological Perspectives,* New York: Cambridge University Press, 2005.

TAKAHASHI, M. (2000). "Toward a culturally inclusive understanding of wisdom: Historical roots in the East and West". *International Journal of Aging and Human Development*, 2000, 51(3), pp. 217-230.

TAKAHASHI, M., & BORDIA, P.(2000). "The Concept of Wisdom: A Cross-Cultural Comparison". *International Journal of Psychology*, 2000, 35 (1), pp. 1-9.

VASCARI, A., "Il Concepto della Sapienza nell' Antico Testamento" in *Gregorianum*, 1 (1920), pp. 218-251.

VELASQUEZ, Susan McNeal, *Beyond Intellect: Journey into Wisdom of your Intuitive Mind*, Laguna Beach, CA: Row Your Boat Press, 2007.

RESUMO

O tema deste artigo é a Sapiência, uma concepção muito antiga, que tem vindo a ser adaptada em diferentes culturas e atraído grande interesse, tanto como no âmbito da filosofia e da religião como da ciência. No contexto do saber filosófico, são feitas referências aos filósofos gregos, do início do século VI a. C., como Pitágoras, Sócrates, Aristóteles e Heraclito. No campo da religião, basta pensarmos no "Livro da Sabedoria" da *Bíblia Sagrada* e, quanto à distinção entre ciência e sabedoria, evocamos o grande pensador francês Jacques Maritain. Para enquadrar a temática, reflectimos sobre a sua evolução, no Oriente e no Ocidente, procurando enunciar uma definição abrangente de sabedoria e analisar, de uma perspectiva transversal, a complexa tessitura cultural do conceito, assim como a sua natureza, origem e desenvolvimento. Refere-se, igualmente, o aparato crítico, o motivo da notoriedade da matéria e a designação de "sábio". Ao verificar que as análises mais recentes seguem um modelo culturalmente inclusivo e procuram decifrar as várias componentes que têm contribuído para a nossa actual perspectiva sobre o assunto, o meu objectivo, ao reflectir sobre a história da Sapiência e sobre o seu lugar no mundo contemporâneo - analisando a sua constituição e motivo da relevância - é contribuir para um debate com base conceptual transversal. Espero, com estas breves reflexões, incentivar os leitores a meditarem sobre os conceitos actuais e as concepções clássicas de Sabedoria, a fim de, de algum modo, coadjuvar para trazer de novo a Sapiência para a sociedade actual, possibilitando assim um entendimento competente e redefinindo melhor a condição humana e as nossas vivências. Entre outras justificações, considero que uma análise deste conceito é necessária e benéfica na nossa época em que a sapiência deveria ser vista como o mais alto ideal a atingir por ser uma virtude que leva os homens à demanda do Bem, da Verdade e do Belo, colaborando assim para o desenvolvimento pessoal e colectivo e constituindo como que um novo paradigma do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE

Sapiência, Filosofia, Ciência, Sabedoria

ABSTRACT

The topic of this article is the concept of wisdom, which is very ancient and has been adapted in different cultures, thus attracting much interest in the fields of philosophy, religion and science. In the philosophical context, I mention the Greek philosophers, from the 6th century BCE, such as Pythagoras, Socrates, Aristotle and Heraclitus. As regards religion, we only have to consider the "Book of Wisdom" in the *Bible* and, concerning the distinction between science and wisdom, I recall the great French thinker Jacques Maritain. To put the subject in a frame of reference, I reflect about its evolution, both in the East and the West, thus trying to enunciate a comprehensive definition of wisdom and to analyze the complex cultural contexture of the concept, as well as its nature, origin and development from a transversal perspective. Mentions are also made to the reviewing display, to the notoriety of theme and to the designation of "wise man". Considering that the most recent analyses follow a culturally inclusive model and try to decipher the various components that have contributed to our present perspective on the subject, my aim in this essay - as I reflect on the history of wisdom and about its place in the world nowadays and analyze its constitution and the motif of its relevance – is to contribute to a debate, which has an intersecting conceptual basis. I hope that my considerations will motivate the readers to reflect both on the present concepts and on the

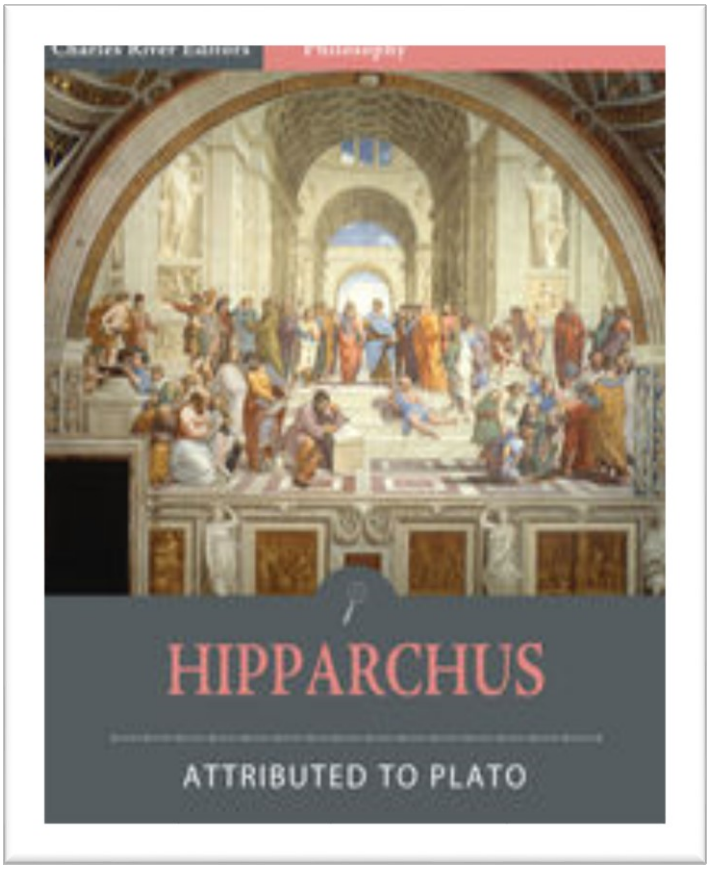
classical notions of wisdom, so that with my reflections I may somewhat help to bring wisdom back to our society, thus implementing a knowledgeable understanding of the idea and redefining our human condition and our experience of life. Among other justifications, I think that an analysis of the concept is both necessary and beneficial in our times when wisdom should be seen as the highest ideal to be attained - as it is a virtue that leads men to pursuit what is Good, True and Beautiful - thus contributing to our personal and collective development and constituting what can be seen as a new paradigm of the 21th century.

KEY-WORDS

Wisdom, Philosophy, Science, Knowledge

Por decisão pessoal, a autora do texto não escreve segundo o projecto do chamado Acordo Ortográfico.

ARTIGOS



HIPARCO ATRIBUÍDO A PLATÃO

E A NATUREZA DA TIRANIA

JOSÉ A. COLEN

Universidade do Minho

Hiparco é um dos poucos diálogos atribuídos a Platão que não tem data dramática: não sabemos em que momento da história de Atenas, nem em que local se desenrola. Os únicos outros casos são: *Minos*, *Rivais* e *Filebo*.[1] Sabemos apenas que decorre durante a vida de Sócrates e vemo-lo dedicado a examinar as opiniões dos seus concidadãos. Em todos estes textos, os seus interlocutores parecem jovens atenienses de boas famílias. A falta de detalhes na encenação histórica levou alguns estudiosos a questionar a sua autoria,[2] mas em vez de nos determos em problemas provavelmente insolúveis, parece preferível limitar-nos a examinar a razão porque a Academia juntou este – e os outros textos análogos – ao corpus platónico. Dentre estes textos, o Hiparco apresenta especial analogia com o Minos, pois são os únicos diálogos que começam abruptamente com a usual pergunta socrática: "o que é … X?". No Minos Sócrates pergunta ao companheiro: "o que é [para nós] a lei?". No *Hiparco* pergunta "o que é o amor do lucro, quem são os apaixonados pelo lucro".[3] Além disso, ambos os textos aparecem no corpus encabeçados por nomes de antigos tiranos, o que não parece coincidência. À primeira vista, porém, a explicação é simples: como em ambos os textos os interlocutores de Sócrates permanecem anónimos e a maioria dos outros diálogos recebe como título o nome do principal interlocutor de Sócrates, na impossibilidade de fazer o mesmo, Minos e Hiparco foram intitulados com recurso ao nome de um personagem ilustre que é referido na conversa. Existe, todavia, uma ligação temática entre as questões tratadas na conversa e a tirania.[4]

A tirania na época arcaica não tinha ainda a conotação negativa posterior, mas esta é já clara nos séculos de Sófocles e Platão. A tirania aparece em *A República* associada à paixão: a paixão é um tirano poderoso, o mais forte dos desejos vis (*Rep*. 403 a; 439d); o Tirano não hesita perante a lei (*Rep*. 344 a). A

NOTA BIOGRÁFICA - José Colen é doutorado em Ciência Política, académico convidado na Universidade de Princeton (EUA) e investigador associado ao CEH da Universidade do Minho (Braga). Este trabalho foi preparado num semestre na Universidade de Navarra (Espanha). Samuel Wigutow é doutorando em The Catholic University of America (Washington DC). A revisão esteve a cargo de Pedro Góis Moreira doutorando na Universidade Católica Portuguesa.). Os autores beneficiaram de bolsas da Fundação da Ciência e Tecnologia para a realização deste trabalho.

[1] Zuckert 2009, p. 25.
[2] Souilhé in *Platon* 1930, um ponto da situação recente em Dillon 2012.
[3] Davis 2006, 547 e ss. nota que são três e não só uma pergunta. Ver também Davis 2011.
[4] Bruell, 1999.

paixão do tirano aprisiona num mundo de ambiciosos sonhos desregrados ou sem lei (*Rep*. 576b). Enfim, o tirano está acima da lei e é eros encarnado.

Por outro lado, paradoxalmente, eros caracteriza o apaixonado do saber ou filósofo. (*Rep*. 485 a-b; 490b). Os muitos desejos do tirano apresentam-se por contraste com o verdadeiro ou filosófico eros (490c). Sócrates apresenta-se ele mesmo como um perito em amor eroticos (*Banquete*, 1777d-e; *Téages*, 128b; Lísis 204c).

A relação entre a temática da conversa e a tirania é a seguinte: ambos os diálogos com nomes de tiranos encenam o modo como Sócrates desafia as convenções e busca a base da ética tradicional e, em certo momento, apresentam uma versão revisionista de figuras famosas da história de Atenas. Em *Hiparco* Sócrates conversa com um companheiro ateniense que defende que o amor do lucro[5] merece censura; questiona o jovem, forçando-o a rever os seus princípios e, finalmente, deixa-o perplexo. A referência a Hiparco surge como por acaso no meio do diálogo. Hiparco era filho do tirano Pisístrato, mas Sócrates defende que a tirania de Hiparco era na verdade benigna e sábia; que este tentou educar os seus concidadãos levando-os a admirar a sua superior sabedoria. O longo louvor de Hiparco é, todavia, venenoso: a suposta reabilitação reforça no leitor a impressão negativa. Apesar disso, ao ver como são questionados os princípios mais enraizados, ninguém se surpreende de que Sócrates tenha sido condenado por corromper os jovens ao incentivar o desrespeito das tradições morais da cidade. Os textos transmitem, portanto, a visão "popular" de Sócrates, que levaria finalmente à sua condenação.

Em *Hiparco*, com efeito, Sócrates tenta convencer um jovem "moralista" – talvez ultrajado por algum logro sofrido – de que os apaixonados pelo lucro podem não ser tão desprezíveis como se diz vulgarmente: se o lucro é um "ganho" e ganhar é bom, talvez afinal o amante do lucro (e mesmo o tirano sem escrúpulos) seja afinal como todos os homens, uma pessoa que busca o seu bem. O diálogo joga ambiguamente com as palavras "lucro" e "benefício" para apresentar um problema ético clássico: quando se fala do amor do lucro pensamos em dinheiro ou no que este pode comprar. Este é o sentido comum da expressão grega. O interlocutor de Sócrates supõe que amor do lucro ou do dinheiro é elevado como fim em si mesmo e colocado acima de tudo, sem restrições, ou seja, desrespeitando a contenção e os limites que definem as pessoas decentes. Mas a dificuldade do jovem companheiro em defender a sua opinião

---

[5] *Philokerdes,* a palavra grega é rara fora do contexto platónico. Davis 2006, 548, nota 3, elenca as referências conhecidas: além de menções isoladas de Flávio Josefo e poucos mais, a palavra aparece apenas em Aristófanes, *Pluto* e em três obras de Xenofonte. Mesmo em Platão, além das referências no Hiparco (225al, 225a2,225a7, 225b2, 225b4, 225b8, 225c2, 226d2, 226d6, 226d8, 226e2, 226el0, 227bl, 227b3, 227c7, 227c8, 227dl, 232c5, 232c7) a palavra reaparece só na *República* (581a7, 581c4, 582a9, 582b3, 582b7, 582d8, 582el, 583al0, 586d5), e uma única vez nas Leis (649d5). Davis toma uma posição diferente e prefere uma tradução simbólica e menos literal contra Bloom 1987. Mas o jogo de palavras cómico perde o sentido se a palavra não for tomada no sentido literal. Na tradução usámos sistematicamente o sentido literal, como aliás Liddell e Scott sugerem.

contra a argumentação de Sócrates é esta: as pessoas decentes devem abster-se de buscar a qualquer custo coisas que são em si mesmo boas. Ninguém deseja o que não é bom para si, o que é benéfico, pelo que ao renunciar a elas sofrem com essa restrição e por conseguinte intimamente pensam no dano sofrido com renúncia a esses bens.

A conversa volta-se assim para o facto de todas as pessoas decentes amarem o bem como o entendem e, de um modo que parece irrefutável, Sócrates deixa ao seu jovem interlocutor três alternativas exclusivas: ou nenhum homem tem amor ao lucro, ou todos têm, ou só alguns. A ambiguidade verbal nunca é esclarecida. A argumentação de Sócrates nunca aparece como um inquérito ético, mas como um problema lógico. O diálogo tem cinco secções, bem demarcadas: na primeira tentativa de responder à questão o que é o lucro ou quem são os amantes do lucro, Sócrates leva o jovem à conclusão de que ninguém ama o lucro (225 a-226c); na segunda tenta levá-lo à conclusão de que, uma vez que todos amam o que consideram bem, todos são amantes do lucro (2226d-228 a). Na resposta à perplexidade aporia ou que resulta da conjugação destas duas secções, Sócrates acusa o seu interlocutor de logro—logro análogo ao dos negociantes que fazem lucro convertendo o que não tem valor em ganho—o que provoca idêntica acusação do seu interlocutor. A essa acusação, Sócrates responde com a terceira secção, a longa digressão sobre Hiparco de que o diálogo retira o título (228-229d). No fim desse encómio de Hiparco, Sócrates busca continuar o argumento oferecendo-se para deixar o companheiro recuar em várias das premissas que levaram à aporia. O companheiro opta por recuar na afirmação de que o lucro é sempre bom, mas Sócrates volta a contra-argumentar (229d-232 a) e, por fim, na secção final (232 a-232c), Sócrates faz uma recapitulação e conclui - num ataque *ad hominem* - que se todos são amantes do lucro, também o é o jovem ateniense com quem fala. A Academia pós-platónica pode ter conservado o diálogo como exemplo típico do inquérito que levaria à injusta condenação de Sócrates, enfim, como um monumento a Sócrates.[6]

Tal explicação não parece dar conta de todo o conteúdo do diálogo. Vamos limitar-nos no restante desta nota introdutória somente a focar a história da tirania de Hiparco,[7] tal como aparece no diálogo. Quando o companheiro responde que é Sócrates que o engana, manipulando os seus argumentos, Sócrates mostra-se escandalizado numa linguagem que sugere sacrilégio: tal sacrilégio consiste em não obedecer a um deus ou homem sábio, que é afinal Hiparco. Sócrates embarca numa rehabilitação de um dos mais vilipendiados personagens da história de Atenas, apresentado como alguém que sempre amou o "lucro", como o entendia. Sócrates visa mostrar que para entender o que faz correr os amantes do lucro é necessário ter em conta que o lucro lhes aparece como o bem para si. Para isso serve-se do expediente de

---

[6] Nails and Thesleff 2003, bem como Brisson especulam sobre o papel da Academia na conservação dos escritos platónicos.
[7] Fornara 1968 é ainda o melhor ponto da situação.

mostrar o tirano como um bom e sábio homem (228b), que ao contrário do que afirma Tucídides seria o filho mais velho de Pisístrato.[8] Descreve, pois, a bondade do tirano, que chama rapsodos para recitar regularmente Homero em Atenas, se torna patrono dos poetas Anacreonte e Simónides, em suma, tentar mostrar que o benigno tirano não busca mais que tornar tudo amável e bom. Busca como Kalos te k'agathos — homem nobre e bom — educar os seus concidadãos, ainda que confessadamente para facilitar o seu governo. Mais: espalha a sua generosidade pelo campo, inscrevendo aforismos de seu metro na base das estátuas de Hermes que existiam nas estradas que levam a Atenas. O tirano quer reformar o mundo e chama aos atenienses os "seus" cidadãos (228e). Sócrates reabilita-o, portanto, mas o Hiparco reabilitado é um tirano e, no fim de contas, um tonto (anoétos) que (cfr. 228d-229b) escreve vulgaridades para obter a imortalidade ("Este é o memorial de Hiparco"): "caminha pensando em coisas justas", "não enganes o amigo", substituindo-as aos famosos ditos atribuídos ao deus de Delfos — "conhece-te a ti mesmo" e "nada em excesso".

Hiparco não consegue a imortalidade: Sócrates junta logo a história do seu assassinato. Na versão corrente, Hiparco é um tirano que despreza a irmã de Harmódio, e o seu apaixonado e mentor Aristogíton, mata-o num ato de tiranicídio celebrado na memória da democracia ateniense. Tucídides já tinha apresentada uma versão revista da história relatada por Heródoto[9] afirmando que é Hípias (e não Hiparco) o filho mais velho de Pisístrato e o verdadeiro tirano — acrescentando maliciosamente que Harmódio teria recusado duas vezes os seus avanços eróticos (Tucídides 6.2.4.3). Platão altera no diálogo mais uma vez a história do assassinato que Tucídides já alterara.

O Sócrates do diálogo platónico, porém, não fala como Tucídides da húbris da conquista siciliana, nem refere que Alcibíades é suspeito de mutilar os Hermes nas estradas de Atenas depois do ataque à Sicília (Tucídides, 6.27). Hiparco morre sem glória porque rapta um dos protegidos de Harmódio — cujo nome Sócrates não recorda — e o seu mentor Aristogíton assassina o tirano. O rapaz era nobre e bem-nascido, mas depois de estar com Hiparco, tão impressionado com a sabedoria deste, abandona o seu convívio. Mas o verdadeiro motivo do tiranicídio é a inveja de Hiparco, não a reputação da irmã, nem o amor do jovem. A paixão de Hiparco é politizada: quer ser amado por todos, ser a medida do bem, mas acaba vítima do solipsismo que está na natureza da própria tirania. É uma história de ambição, amor erótico e inveja.

Dada a celebridade das narrativas populares, demonstrada na estatuária,[10] que a seu modo Heródoto e Tucídides relatam ou corrigem, sem nenhum traço da sóbria racionalização política que

[8] Tucídides 6.2.4.3 e 6.27.
[9] Herodutus, vol 1.20 e 6.54-59.
[10] Monoson 2000, pp. 43-46.

Aristóteles atribui ao evento,[11] o leitor deste diálogo não pode deixar de suprimir um sorriso. Resta dizer que humor, às vezes quase aristofânico, é uma das características definidoras dos diálogos platónicos: no início do Cármides (153c) quando um jovem rapaz entra no quarto, belo, meio nu, e se aproxima, todos fazem por lhe dar lugar no banco onde estão sentados, empurrando-se entre si, de tal modo que um daqueles que estão nos extremos cai no chão. No Teeteto (171d) quando Sócrates convoca o falecido Protágoras (171d), o morto emerge da terra, mas só até ao pescoço e a conversa prossegue com esta cabeça sobressaindo do chão. Os exemplos multiplicam-se facilmente. Vlastos sublinhou que a ironia de que Sócrates é acusado não tinha o significado actual, sendo o antigo sentido algo como dissimulação e propondo a noção de "ironia complexa". Mas Platão está certamente entre os responsáveis por esta transformação no sentido da palavra: os diálogos estão percorridos pelo género de humor que muitas vezes se chama irónico. Segundo Roochnik, o humor platónico visa mostrar que a filosofia é precária e parcial[12]: os assuntos humanos não são demasiado sérios (*Leis* 803b). A filosofia de Sócrates tem certa analogia com a comédia. Certo é que, com humor, o texto atribuído a Platão apresenta um penetrante retrato da tirania, cuja natureza se define pelo desejo e pela ilusão que os tiranos têm de ser amados pelos "seus" cidadãos — facilmente reconhecível na linha do Livro IX de *A República* — o que parece motivo de sobejo para a sua inclusão no *corpus* platónico.

Referências:

ARISTÓTELES (1970). *Constitution of Athens and Related Texts*, New York: Hafner Press.

BLOOM, Allan (1987). "On the Hipparchus," in: Pangle, Thomas (Ed), *The Roots of Political Philosophy*, Ithaca: Cornell.

BRUELL, Christopher. (1999). *On the Socratic Education: An Introduction to the Shorter Platonic Dialogues*, Lanham: Rowman and Littlefield.

DAVIS, Michael (2011). *The Soul of the Greeks. An inquiry*. Chicago: The University of Chicago Press.

DAVIS, Michael (2006). "Making Something from Nothing: On Plato's 'Hipparchus,'" *The Review of Politics*, Vol. 68, No. 4 (Fall), pp. 547-563.

DILLON, John (2012), "Dubia and Spuria", in Press, Gerald *et alii* (Ed.). *The Continuum Companion to Plato*, London - New York, pp. 49-50.

FORNARA, Charles W. (1968). "The 'Tradition' about the Murder of Hipparchus," *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte,* Vol. 17, No. 4 (Oct.), pp. 400-424.

[11] Ver as notas de Newman 2010 à *Política* de Aristótles e a edição da *Constituição de Atenas*.
[12] Roochnik 2012, pp. 108-109.

HERODOTUS (2008). *The Histories*, Oxford: Oxford University Press.

LIDDELL, Henry e Scott, Robert (1843). *A Greek-English Lexicon*, Oxford: Oxford University Press.

NAILS, Debra and Thesleff, Holger (2003). "Early academic editing: Plato's Laws" in: Smauel Scolnicov and Luc Brisson (ed). *Plato's Laws: From Theory to Practice*, SouthBend: St Augustin Press, pp. 14-29.

NEWMAN, W. L. (2010). *The Politics of Aristotle*. Cambridge: Cambridge University Press.

MONOSON, S. Sara (2000). "The Allure of Harmodius and Aristogeiton," *in*: Hubbard Thomas K. (Ed.), *Greek Love Reconsidered*, New York: W. Hamilton Press.

ROOCHNIK, David (2012). "Humour" *in*: Gerald Press, *The Continuum Companion to Plato*, London - New York, pp. 108-109.

PLATON (1930). *Oeuvres complètes* (Ed. Joseph Souilhé). Paris: Les Belles Lettres, 1930.

TUCIDIDES (1988). *Historiae,* Oxford: Oxford Classical Texts.

ZUCKERT, Catherine H. (2009). *Plato's Philosophers: The Coherence of the Dialogues*, Chicago: The University of Chicago Press.

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o projecto do chamado Acordo Ortográfico.

Ἵππαρχος ἢ φιλοκερδής, ἠθικός[13]

[225a] Σωκράτης - τί γὰρ τὸ φιλοκερδές; τί ποτέ ἐστιν, καὶ τίνες οἱ φιλοκερδεῖς;

Ἑταῖρος - ἐμοὶ μὲν δοκοῦσιν οἳ ἂν κερδαίνειν ἀξιῶσιν ἀπὸ τῶν μηδενὸς ἀξίων.

Σωκράτης - πότερον οὖν σοι δοκοῦσιν γιγνώσκοντες ὅτι οὐδενός ἐστιν ἄξια, ἢ ἀγνοοῦντες; εἰ γὰρ ἀγνοοῦντες, ἀνοήτους λέγεις τοὺς φιλοκερδεῖς.

Ἑταῖρος - ἀλλ' οὐκ ἀνοήτους λέγω, ἀλλὰ πανούργους καὶ [225b] πονηροὺς καὶ ἥττους τοῦ κέρδους, γιγνώσκοντας ὅτι οὐδενὸς ἄξιά ἐστιν ἀφ' ὧν τολμῶσι κερδαίνειν, ὅμως τολμᾶν φιλοκερδεῖν δι' ἀναισχυντίαν.

Σωκράτης - ἆρ' οὖν τοιόνδε λέγεις τὸν φιλοκερδῆ, οἷον ἐὰν φυτεύων γεωργὸς ἀνὴρ καὶ γιγνώσκων ὅτι οὐδενὸς ἄξιον τὸ φυτόν, ἀξιοῖ ἀπὸ τούτου ἐκτραφέντος κερδαίνειν; ἆρα τοιοῦτον αὐτὸν λέγεις;

Ἑταῖρος - ἀπὸ παντὸς ὅ γε φιλοκερδής, ὦ Σώκρατες, οἴεται δεῖν κερδαίνειν.

Σωκράτης - μή μοι οὕτως εἰκῇ, ὥσπερ τι ἠδικημένος ὑπό τινος, [225c] ἀλλὰ προσέχων ἐμοὶ τὸν νοῦν ἀπόκριναι, ὥσπερ ἂν εἰ ἐξ ἀρχῆς πάλιν ἠρώτων· οὐχὶ ὁμολογεῖς τὸν φιλοκερδῆ ἐπιστήμονα εἶναι περὶ τῆς ἀξίας τούτου ὅθεν κερδαίνειν ἀξιοῖ;

Ἑταῖρος - ἔγωγε.

Σωκράτης - τίς οὖν ἐπιστήμων περὶ φυτῶν τῆς ἀξίας, ἐν ὁποίᾳ ἄξια φυτευθῆναι καὶ ὥρᾳ καὶ χώρᾳ; ἵνα τι καὶ ἡμεῖς τῶν σοφῶν ῥημάτων ἐμβάλωμεν, ὧν οἱ δεξιοὶ περὶ τὰς δίκας καλλιεποῦνται.

[225d] Ἑταῖρος - ἐγὼ μὲν οἶμαι γεωργόν.

Σωκράτης - τὸ οὖν ἀξιοῦν κερδαίνειν ἄλλο τι λέγεις ἢ οἴεσθαι δεῖν κερδαίνειν;

Ἑταῖρος - τοῦτο λέγω.

Σωκράτης - μὴ τοίνυν με ἐπιχείρει ἐξαπατᾶν, ἄνδρα πρεσβύτερον [226a] ἤδη οὕτω νέος ὤν, ἀποκρινόμενος ὥσπερ νυνδὴ ἃ οὐδ' αὐτὸς οἴει, ἀλλ' ὡς ἀληθῶς εἰπέ· ἆρ' ἔστιν ὅντινα οἴει γεωργικὸν ἄνδρα γιγνόμενον, καὶ γιγνώσκοντα ὅτι οὐδενὸς ἄξιον φυτεύει τὸ φυτόν, οἴεσθαι ἀπὸ τούτου κερδαίνειν;

---

[13] **Texto do grego utilizado é a versão clássica: Platão, *Platonis Opera*, John Burnet (Ed.), Oxford: Oxford University Press, 1903.**

Ἑταῖρος - μὰ Δί’ οὐκ ἔγωγε.

Σωκράτης - τί δέ; ἱππικὸν ἄνδρα γιγνώσκοντα ὅτι οὐδενὸς ἄξια σιτία τῷ ἵππῳ παρέχει, ἀγνοεῖν αὐτὸν οἴει ὅτι τὸν ἵππον διαφθείρει;

Ἑταῖρος - οὐκ ἔγωγε.

[226b] Σωκράτης - οὐκ ἄρα οἴεταί γε ἀπὸ τούτων κερδαίνειν τῶν σιτίων τῶν μηδενὸς ἀξίων.

Ἑταῖρος - οὐχί.

Σωκράτης - τί δέ; κυβερνήτην μηδενὸς ἄξια ἱστία καὶ πηδάλια τῇ νηὶ παρεσκευασμένον ἀγνοεῖν οἴει ὅτι ζημιωθήσεται καὶ κινδυνεύσει καὶ αὐτὸς ἀπολέσθαι καὶ τὴν ναῦν ἀπολέσαι καὶ ἃ ἂν ἄγῃ πάντα;

Ἑταῖρος - οὐκ ἔγωγε.

Σωκράτης - οὐκ ἄρα οἴεταί γε κερδαίνειν ἀπὸ τῶν σκευῶν τῶν [226c] μηδενὸς ἀξίων.

Ἑταῖρος - οὐ γάρ.

Σωκράτης - ἀλλὰ στρατηγὸς γιγνώσκων ὅτι ἡ στρατιὰ αὐτῷ οὐδενὸς ἄξια ὅπλα ἔχει, οἴεται ἀπὸ τούτων κερδαίνειν καὶ ἀξιοῖ κερδαίνειν;

[226d] Ἑταῖρος - οὐδαμῶς.

Σωκράτης - ἀλλ’ αὐλητὴς αὐλοὺς οὐδενὸς ἀξίους ἔχων ἢ κιθαριστὴς λύραν ἢ τοξότης τόξον ἢ ἄλλος ὁστισοῦν συλλήβδην τῶν δημιουργῶν ἢ τῶν ἄλλων τῶν ἐμφρόνων ἀνδρῶν μηδενὸς ἄξια ὄργανα ἢ ἄλλην παρασκευὴν ἡντιναοῦν ἔχων ἀπὸ τούτων οἴεται κερδαίνειν;

Ἑταῖρος - οὔκουν φαίνεταί γε.

Σωκράτης - τίνας οὖν ποτε λέγεις τοὺς φιλοκερδεῖς; οὐ γάρ που τούτους γε οὓς διεληλύθαμεν, <ἀλλ’> οἵτινες γιγνώσκοντες τὰ οὐδενὸς ἄξια ἀπὸ τούτων οἴονται δεῖν κερδαίνειν· ἀλλ’ οὕτω μέν, ὦ θαυμάσιε, ὡς σὺ λέγεις, οὐκ ἔστ’ ἀνθρώπων οὐδεὶς φιλοκερδής.

Ἑταῖρος - ἀλλ’ ἐγώ, ὦ Σώκρατες, βούλομαι λέγειν τούτους φιλοκερδεῖς εἶναι, οἳ ἑκάστοτε ὑπὸ ἀπληστίας καὶ πάνυ [226e] σμικρὰ καὶ ὀλίγου ἄξια καὶ οὐδενὸς γλίχονται ὑπερφυῶς καὶ φιλοκερδοῦσιν.

Σωκράτης - οὐ δήπου, ὦ βέλτιστε, γιγνώσκοντες ὅτι οὐδενὸς ἄξιά ἐστιν· τοῦτο μὲν γὰρ ἤδη ἡμᾶς αὐτοὺς τῷ λόγῳ ἐξηλέγξαμεν ὅτι ἀδύνατον.

Ἑταῖρος - ἔμοιγε δοκεῖ.

Σωκράτης - οὐκοῦν εἰ μὴ γιγνώσκοντες, δῆλον ὅτι ἀγνοοῦντες, οἰόμενοι δὲ τὰ οὐδενὸς ἄξια πολλοῦ ἄξια εἶναι.

Ἑταῖρος - φαίνεται.

Σωκράτης - ἄλλο τι οὖν οἵ γε φιλοκερδεῖς φιλοῦσι τὸ κέρδος;

Ἑταῖρος - ναί.

Σωκράτης - κέρδος δὲ λέγεις ἐναντίον τῇ ζημίᾳ;

[227a] Ἑταῖρος - ἔγωγε.

Σωκράτης - ἔστιν οὖν ὅτῳ ἀγαθόν ἐστι ζημιοῦσθαι;

Ἑταῖρος - οὐδενί.

Σωκράτης - ἀλλὰ κακόν;

Ἑταῖρος - ναί.

Σωκράτης - βλάπτονται ὑπὸ τῆς ζημίας ἄρα ἄνθρωποι.

Ἑταῖρος - βλάπτονται.

Σωκράτης - κακὸν ἄρα ἡ ζημία.

Ἑταῖρος - ναί.

Σωκράτης - ἐναντίον δὲ τῇ ζημίᾳ τὸ κέρδος.

Ἑταῖρος - ἐναντίον.

Σωκράτης - ἀγαθὸν ἄρα τὸ κέρδος.

Ἑταῖρος - ναί.

[227b] Σωκράτης - τοὺς οὖν τὸ ἀγαθὸν φιλοῦντας φιλοκερδεῖς καλεῖς.

Ἑταῖρος - ἔοικεν.

Σωκράτης - οὐ μανικούς γε, ὦ ἑταῖρε, λέγεις τοὺς φιλοκερδεῖς. ἀλλὰ σὺ αὐτὸς πότερον φιλεῖς ὃ ἂν ἀγαθὸν ᾖ, ἢ οὐ φιλεῖς;

Ἑταῖρος - ἔγωγε.

Σωκράτης - ἔστι δέ τι ἀγαθόν, ὃ οὐ φιλεῖς, ἀλλὰ κακόν;

Ἑταῖρος - μὰ Δί' οὐκ ἔγωγε.

Σωκράτης - ἀλλὰ πάντα τὰ ἀγαθὰ ἴσως φιλεῖς.

Ἑταῖρος - ναί.

Σωκράτης - ἐροῦ δὴ καὶ ἐμὲ εἰ οὐ καὶ ἐγώ· ὁμολογήσω γὰρ καὶ [227c] ἐγώ σοι φιλεῖν τἀγαθά. ἀλλὰ πρὸς ἐμοὶ καὶ σοὶ οἱ ἄλλοι ἄνθρωποι ἅπαντες οὐ δοκοῦσί σοι τἀγαθὰ φιλεῖν, τὰ δὲ κακὰ μισεῖν;

Ἑταῖρος - ἔμοιγε φαίνεται.

Σωκράτης - τὸ δὲ κέρδος ἀγαθὸν ὡμολογήσαμεν;

Ἑταῖρος - ναί.

Σωκράτης - πάντες αὖ φιλοκερδεῖς φαίνονται τοῦτον τὸν τρόπον· ὃν δὲ τὸ πρότερον ἐλέγομεν, οὐδεὶς ἦν φιλοκερδής. ποτέρῳ οὖν ἄν τις τῷ λόγῳ χρώμενος οὐκ ἂν ἐξαμαρτάνοι;

Ἑταῖρος - εἴ τις, ὦ Σώκρατες οἶμαι ὀρθῶς λαμβάνοι τὸν [227d] φιλοκερδῆ. ὀρθῶς δ' ἐστὶ τοῦτον ἡγεῖσθαι φιλοκερδῆ, ὃς ἂν σπουδάζῃ ἐπὶ τούτοις καὶ ἀξιοῖ κερδαίνειν ἀπ' αὐτῶν, ἀφ' ὧν οἱ χρηστοὶ οὐ τολμῶσι κερδαίνειν.

Σωκράτης - ἀλλ' ὁρᾷς, ὦ γλυκύτατε, τὸ κερδαίνειν ἄρτι ὡμολογήσαμεν εἶναι ὠφελεῖσθαι.

Ἑταῖρος - τί οὖν δὴ τοῦτο;

Σωκράτης - ὅτι καὶ τόδε αὐτῷ προσωμολογήσαμεν, βούλεσθαι τὰ ἀγαθὰ πάντας καὶ ἀεί.

Ἑταῖρος - ναί.

Σωκράτης - οὐκοῦν καὶ οἱ ἀγαθοὶ πάντα τὰ κέρδη βούλονται ἔχειν, εἴπερ ἀγαθά γέ ἐστιν.

[227e] Ἑταῖρος - οὐκ ἀφ' ὧν γε μέλλουσιν, ὦ Σώκρατες, βλαβήσεσθαι τῶν κερδῶν.

Σωκράτης - βλαβήσεσθαι δὲ λέγεις ζημιώσεσθαι ἢ ἄλλο τι;

Ἑταῖρος - οὔκ, ἀλλὰ ζημιώσεσθαι λέγω.

Σωκράτης - ὑπὸ τοῦ κέρδους οὖν ζημιοῦνται ἢ ὑπὸ τῆς ζημίας ἄνθρωποι;

Ἑταῖρος - ὑπὸ ἀμφοτέρων· καὶ γὰρ ὑπὸ τῆς ζημίας ζημιοῦνται καὶ ὑπὸ τοῦ κέρδους τοῦ πονηροῦ.

Σωκράτης - ἦ δοκεῖ οὖν τί σοι χρηστὸν καὶ ἀγαθὸν πρᾶγμα πονηρὸν εἶναι;

Ἑταῖρος - οὐκ ἔμοιγε.

[228a] Σωκράτης - οὐκοῦν ὡμολογήσαμεν ὀλίγον πρότερον τὸ κέρδος τῇ ζημίᾳ κακῷ ὄντι ἐναντίον εἶναι;

Ἑταῖρος - φημί.

Σωκράτης - ἐναντίον δὲ ὂν κακῷ ἀγαθὸν εἶναι;

Ἑταῖρος - ὡμολογήσαμεν γάρ.

Σωκράτης - ὁρᾷς οὖν, ἐπιχειρεῖς με ἐξαπατᾶν, ἐπίτηδες ἐναντία λέγων οἷς ἄρτι ὡμολογήσαμεν.

Ἑταῖρος - οὐ μὰ Δία, ὦ Σώκρατες, ἀλλὰ τοὐναντίον σύ με ἐξαπατᾷς καὶ οὐκ οἶδα ὅπῃ ἐν τοῖς λόγοις ἄνω καὶ κάτω στρέφεις.

[228b] Σωκράτης - εὐφήμει· οὐ μεντἂν καλῶς ποιοίην οὐ πειθόμενος ἀνδρὶ ἀγαθῷ καὶ σοφῷ.

Ἑταῖρος - τίνι τούτῳ; καὶ τί μάλιστα;

Σωκράτης - πολίτῃ μὲν ἐμῷ τε καὶ σῷ, Πεισιστράτου δὲ ὑεῖ τοῦ ἐκ Φιλαϊδῶν, Ἱππάρχῳ, ὃς τῶν Πεισιστράτου παίδων ἦν πρεσβύτατος καὶ σοφώτατος, ὃς ἄλλα τε πολλὰ καὶ καλὰ ἔργα σοφίας ἀπεδείξατο, καὶ τὰ Ὁμήρου ἔπη πρῶτος ἐκόμισεν εἰς τὴν γῆν ταυτηνί, καὶ ἠνάγκασε τοὺς ῥαψῳδοὺς Παναθηναίοις ἐξ ὑπολήψεως ἐφεξῆς αὐτὰ διιέναι, ὥσπερ νῦν ἔτι

[228c] οἵδε ποιοῦσιν, καὶ ἐπ' Ἀνακρέοντα τὸν Τήιον πεντηκόντορον στείλας ἐκόμισεν εἰς τὴν πόλιν, Σιμωνίδην δὲ τὸν Κεῖον ἀεὶ περὶ αὐτὸν εἶχεν, μεγάλοις μισθοῖς καὶ δώροις πείθων· ταῦτα δ' ἐποίει βουλόμενος παιδεύειν τοὺς πολίτας, ἵν' ὡς βελτίστων ὄντων αὐτῶν ἄρχοι, οὐκ οἰόμενος δεῖν οὐδενὶ σοφίας φθονεῖν, ἅτε ὢν καλός τε κἀγαθός. ἐπειδὴ δὲ αὐτῷ οἱ περὶ τὸ ἄστυ τῶν πολιτῶν πεπαιδευμένοι ἦσαν καὶ [228d] ἐθαύμαζον αὐτὸν ἐπὶ σοφίᾳ, ἐπιβουλεύων αὖ τοὺς ἐν τοῖς ἀγροῖς παιδεῦσαι ἔστησεν αὐτοῖς Ἑρμᾶς κατὰ τὰς ὁδοὺς ἐν μέσῳ τοῦ ἄστεος καὶ τῶν δήμων ἑκάστων, κἄπειτα τῆς σοφίας τῆς αὐτοῦ, ἥν τ' ἔμαθεν καὶ ἣν αὐτὸς ἐξηῦρεν, ἐκλεξάμενος ἃ ἡγεῖτο σοφώτατα εἶναι, ταῦτα αὐτὸς ἐντείνας εἰς ἐλεγεῖον αὐτοῦ ποιήματα καὶ ἐπιδείγματα τῆς σοφίας ἐπέγραψεν, [228e] ἵνα πρῶτον μὲν τὰ ἐν Δελφοῖς γράμματα τὰ σοφὰ ταῦτα μὴ θαυμάζοιεν οἱ πολῖται αὐτοῦ, τό τε γνῶθι σαυτόν καὶ τὸ μηδὲν ἄγαν καὶ τἆλλα τὰ τοιαῦτα, ἀλλὰ τὰ Ἱππάρχου ῥήματα μᾶλλον σοφὰ ἡγοῖντο, ἔπειτα παριόντες ἄνω καὶ κάτω καὶ ἀναγιγνώσκοντες καὶ γεῦμα λαμβάνοντες αὐτοῦ τῆς σοφίας φοιτῷεν ἐκ τῶν ἀγρῶν καὶ ἐπὶ τὰ λοιπὰ παιδευθησόμενοι. ἐστὸν δὲ δύο τὠπιγράμματε· ἐν μὲν τοῖς [229a] ἐπ' ἀριστερὰ τοῦ Ἑρμοῦ ἑκάστου ἐπιγέγραπται λέγων ὁ Ἑρμῆς ὅτι ἐν μέσῳ τοῦ ἄστεος καὶ τοῦ δήμου ἕστηκεν, ἐν δὲ τοῖς ἐπὶ δεξιά— μνῆμα τόδ' Ἱππάρχου· στεῖχε δίκαια φρονῶν φησίν.

ἔστι δὲ τῶν ποιημάτων καὶ ἄλλα ἐν ἄλλοις Ἑρμαῖς πολλὰ καὶ καλὰ ἐπιγεγραμμένα· ἔστι δὲ δὴ καὶ τοῦτο ἐπὶ τῇ Στειριακῇ ὁδῷ, ἐν ᾧ λέγει— [229b] μνῆμα τόδ' Ἱππάρχου· μὴ φίλον ἐξαπάτα.

ἐγὼ οὖν σὲ ἐμοὶ ὄντα φίλον οὐ δήπου τολμῴην ἂν ἐξαπατᾶν καὶ ἐκείνῳ τοιούτῳ ὄντι ἀπιστεῖν, οὗ καὶ ἀποθανόντος τρία ἔτη ἐτυραννεύθησαν Ἀθηναῖοι ὑπὸ τοῦ ἀδελφοῦ αὐτοῦ Ἱππίου, καὶ πάντων ἂν τῶν παλαιῶν ἤκουσας ὅτι ταῦτα μόνον τὰ ἔτη τυραννὶς ἐγένετο ἐν Ἀθήναις, τὸν δ' ἄλλον χρόνον ἐγγύς τι ἔζων Ἀθηναῖοι ὥσπερ ἐπὶ Κρόνου βασιλεύοντος.

λέγεται δὲ ὑπὸ τῶν χαριεστέρων ἀνθρώπων καὶ ὁ θάνατος αὐτοῦ [229c] γενέσθαι οὐ δι' ἃ οἱ πολλοὶ ᾠήθησαν, διὰ τὴν τῆς ἀδελφῆς ἀτιμίαν τῆς κανηφορίας—ἐπεὶ τοῦτό γε εὔηθες—ἀλλὰ τὸν μὲν Ἁρμόδιον γεγονέναι παιδικὰ τοῦ Ἀριστογείτονος καὶ πεπαιδεῦσθαι ὑπ' ἐκείνου, μέγα δ' ἐφρόνει ἄρα καὶ ὁ Ἀριστογείτων ἐπὶ τῷ παιδεῦσαι ἄνθρωπον, καὶ ἀνταγωνιστὴν ἡγεῖτο εἶναι τὸν Ἱππαρχον. ἐν ἐκείνῳ δὲ τῷ χρόνῳ αὐτὸν τὸν [229d] Ἁρμόδιον τυγχάνειν ἐρῶντά τινος τῶν νέων τε καὶ καλῶν καὶ γενναίων τῶν τότε—καὶ λέγουσι τοὔνομα αὐτοῦ, ἐγὼ δὲ οὐ μέμνημαι—τὸν οὖν νεανίσκον τοῦτον τέως μὲν θαυμάζειν τόν τε Ἁρμόδιον καὶ τὸν Ἀριστογείτονα ὡς σοφούς, ἔπειτα συγγενόμενον τῷ Ἱππάρχῳ καταφρονῆσαι ἐκείνων, καὶ τοὺς περιαλγήσαντας ταύτῃ τῇ ἀτιμίᾳ οὕτως ἀποκτεῖναι τὸν Ἱππαρχον.

Ἑταῖρος - κινδυνεύεις τοίνυν, ὦ Σώκρατες, ἢ οὐ φίλον με ἡγεῖσθαι ἤ, εἰ ἡγῇ φίλον, οὐ πείθεσθαι Ἱππάρχῳ· ἐγὼ γὰρ [229e] ὅπως οὐ σὺ ἐμὲ ἐξαπατᾷς—οὐκ οἶδ' ὅντινα μέντοι τρόπον— ἐν τοῖς λόγοις, οὐ δύναμαι πεισθῆναι.

Σωκράτης - ἀλλὰ μὴν καὶ ὥσπερ πεττεύων ἐθέλω σοι ἐν τοῖς λόγοις ἀναθέσθαι ὅτι βούλει τῶν εἰρημένων, ἵνα μὴ οἴῃ ἐξαπατᾶσθαι. πότερον γὰρ τοῦτό σοι ἀναθῶμαι, ὡς οὐχὶ τῶν ἀγαθῶν πάντες ἐπιθυμοῦσιν ἄνθρωποι;

Ἑταῖρος - μή μοί γε.

Σωκράτης - ἀλλ' ὡς τὸ ζημιοῦσθαι καὶ ἡ ζημία οὐ κακόν;

Ἑταῖρος - μή μοί γε.

Σωκράτης - ἀλλ' ὡς οὐ τῇ ζημίᾳ καὶ τῷ ζημιοῦσθαι τὸ κέρδος καὶ τὸ κερδαίνειν ἐναντίον;

[230a] Ἑταῖρος - μηδὲ τοῦτο.

Σωκράτης - ἀλλ' ὡς ἐναντίον ὂν τῷ κακῷ οὐκ ἀγαθόν ἐστι τὸ κερδαίνειν;

Ἑταῖρος - οὔτι πᾶν γε· τουτί μοι ἀνάθου.

Σωκράτης - δοκεῖ ἄρα σοι, ὡς ἔοικε, τοῦ κέρδους τὸ μέν τι ἀγαθὸν εἶναι, τὸ δέ τι κακόν.

Ἑταῖρος - ἔμοιγε.

Σωκράτης - ἀνατίθεμαι τοίνυν σοὶ τοῦτο· ἔστω γὰρ δὴ κέρδος τι ἀγαθὸν καὶ ἕτερον κέρδος τι κακόν. κέρδος δέ γε οὐδὲν μᾶλλόν ἐστιν αὐτῶν τὸ ἀγαθὸν ἢ τὸ κακόν· ἦ γάρ;

Ἑταῖρος - πῶς με ἐρωτᾷς;

Σωκράτης - ἐγὼ φράσω. σιτίον ἐστίν τι ἀγαθόν τε καὶ κακόν;

[230b] Ἑταῖρος - ναί.

Σωκράτης - ἆρ' οὖν μᾶλλόν τι αὐτῶν ἐστι τὸ ἕτερον τοῦ ἑτέρου σιτίον, ἢ ὁμοίως τοῦτό γε, σιτία, ἐστὸν ἀμφότερα καὶ ταύτῃ γε οὐδὲν διαφέρει τὸ ἕτερον τοῦ ἑτέρου, κατὰ τὸ σιτίον εἶναι, ἀλλὰ ᾗ τὸ μὲν αὐτῶν ἀγαθόν, τὸ δὲ κακόν;

Ἑταῖρος - ναί.

Σωκράτης - οὐκοῦν καὶ ποτὸν καὶ τἆλλα πάντα, ὅσα τῶν ὄντων ταὐτὰ ὄντα τὰ μὲν πέπονθεν ἀγαθὰ εἶναι, τὰ δὲ κακά, οὐδὲν ἐκείνῃ γε διαφέρει τὸ ἕτερον τοῦ ἑτέρου, ᾗ τὸ [230c] - αὐτό ἐστιν; ὥσπερ ἄνθρωπος δήπου ὁ μὲν χρηστός ἐστιν, ὁ δὲ πονηρός.

Ἑταῖρος - ναί.

Σωκράτης - ἀλλ' ἄνθρωπός γε οἶμαι οὐδέτερος οὐδετέρου οὔτε μᾶλλον οὔτε ἧττόν ἐστιν, οὔτε ὁ χρηστὸς τοῦ πονηροῦ οὔτε ὁ πονηρὸς τοῦ χρηστοῦ.

Ἑταῖρος - ἀληθῆ λέγεις.

Σωκράτης - οὐκοῦν οὕτω καὶ περὶ τοῦ κέρδους διανοώμεθα, ὡς κέρδος γε ὁμοίως ἐστὶ καὶ τὸ πονηρὸν καὶ τὸ χρηστόν;

Ἑταῖρος - ἀνάγκη.

Σωκράτης - οὐδὲν ἄρα μᾶλλον κερδαίνει ὁ τὸ χρηστὸν κέρδος ἔχων ἢ τὸ πονηρόν· οὔκουν μᾶλλόν γε κέρδος φαίνεται [230d] οὐδέτερον ὄν, ὡς ὁμολογοῦμεν.

Ἑταῖρος - ναί.

Σωκράτης - οὐδετέρῳ γὰρ αὐτῶν οὔτε τὸ μᾶλλον οὔτε τὸ ἧττον πρόσεστιν.

Ἑταῖρος - οὐ γὰρ δή.

Σωκράτης - τῷ δὴ τοιούτῳ πράγματι πῶς ἄν τις μᾶλλον ἢ ἧττον ὁτιοῦν ἂν ποιοῖ ἢ πάσχοι, ᾧ μηδέτερον τούτων προσείη;

Ἑταῖρος - ἀδύνατον.

Σωκράτης - ἐπειδὴ τοίνυν κέρδη μὲν ὁμοίως ἐστὶν ἀμφότερα καὶ κερδαλέα, τουτὶ δὴ δεῖ ἡμᾶς ἐπισκέψασθαι, διὰ τί ποτε ἀμφότερα αὐτὰ κέρδος καλεῖς, τί ταὐτὸν ἐν ἀμφοτέροις ὁρῶν; [230e] ὥσπερ ἂν εἰ ἃ σύ με ἠρώτας τὰ νυνδή, διὰ τί ποτε καὶ τὸ ἀγαθὸν σιτίον καὶ τὸ κακὸν σιτίον ὁμοίως ἀμφότερα σιτία καλῶ, εἶπον ἄν σοι διότι ἀμφότερα ξηρὰ τροφὴ σώματός ἐστιν, διὰ τοῦτο ἔγωγε· τοῦτο γὰρ εἶναι σιτίον κἂν σύ που ἡμῖν ὁμολογοῖς. ἦ γάρ;

Ἑταῖρος - ἔγωγε.

Σωκράτης - καὶ περὶ ποτοῦ οὖν ὁ αὐτὸς ἂν τρόπος εἴη τῆς ἀποκρίσεως, ὅτι τῇ τοῦ σώματος ὑγρᾷ τροφῇ, ἐάντε χρηστὴ [231a] ἐάντε πονηρὰ ᾖ, τοῦτο τὸ ὄνομά ἐστι, ποτόν· καὶ τοῖς ἄλλοις ὡσαύτως. πειρῶ οὖν καὶ σὺ ἐμὲ μιμεῖσθαι οὕτως ἀποκρινόμενον. τὸ χρηστὸν κέρδος καὶ τὸ πονηρὸν κέρδος κέρδος φῂς ἀμφότερον εἶναι τί τὸ αὐτὸ ἐν αὐτοῖς ὁρῶν, ὅτι δὴ καὶ τοῦτο κέρδος ἐστίν; εἰ δ' αὖ μὴ αὐτὸς ἔχεις ἀποκρίνασθαι, ἀλλ' ἐμοῦ λέγοντος σκόπει· ἆρα κέρδος λέγεις πᾶν κτῆμα ὃ ἄν τις κτήσηται ἢ μηδὲν ἀναλώσας, ἢ ἔλαττον ἀναλώσας πλέον λάβῃ;

[231b] Ἑταῖρος - ἔμοιγε δοκῶ τοῦτο καλεῖν κέρδος.

Σωκράτης - ἆρα καὶ τὰ τοιάδε λέγεις, ἐάν τις ἑστιαθείς, μηδὲν ἀναλώσας ἀλλ' εὐωχηθείς, νόσον κτήσηται;

Ἑταῖρος - μὰ Δί' οὐκ ἔγωγε.

Σωκράτης - Ὑγίειαν δὲ κτησάμενος ἀπὸ ἑστιάσεως κέρδος ἂν κτήσαιτο ἢ ζημίαν;

Ἑταῖρος - κέρδος.

Σωκράτης - οὐκ ἄρα τοῦτό γέ ἐστι κέρδος, τὸ ὁτιοῦν κτῆμα κτήσασθαι.

Ἑταῖρος - οὐ μέντοι.

Σωκράτης - πότερον οὔκ, ἐὰν κακόν; ἢ οὐδ' ἂν ἀγαθὸν ὁτιοῦν κτήσηται, οὐ κέρδος κτήσεται;

Ἑταῖρος - φαίνεται, ἐάν γε ἀγαθόν.

[231c] Σωκράτης - ἐὰν δὲ κακόν, οὐ ζημίαν κτήσεται;

Ἑταῖρος - ἔμοιγε δοκεῖ.

Σωκράτης - ὁρᾷς οὖν ὡς πάλιν αὖ περιτρέχεις εἰς τὸ αὐτό; τὸ μὲν κέρδος ἀγαθὸν φαίνεται, ἡ δὲ ζημία κακόν.

Ἑταῖρος - ἀπορῶ ἔγωγε ὅτι εἴπω.

Σωκράτης - οὐκ ἀδίκως γε σὺ ἀπορῶν. ἔτι γὰρ καὶ τόδε ἀπόκριναι· ἐάν τις ἔλαττον ἀναλώσας πλέον κτήσηται, φῂς κέρδος εἶναι;

Ἑταῖρος - οὔτι κακόν γε λέγω, ἀλλ' ἐὰν χρυσίον ἢ ἀργύριον ἔλαττον ἀναλώσας πλέον λάβῃ.

[231d] Σωκράτης - καὶ ἐγὼ μέλλω τοῦτο ἐρήσεσθαι. φέρε γάρ, ἐάν τις χρυσίου σταθμὸν ἥμισυν ἀναλώσας διπλάσιον λάβῃ ἀργυρίου, κέρδος ἢ ζημίαν εἴληφεν;

Ἑταῖρος - ζημίαν δήπου, ὦ Σώκρατες· ἀντὶ δωδεκαστασίου γὰρ διστάσιον αὐτῷ καθίσταται τὸ χρυσίον.

Σωκράτης - καὶ μὴν πλέον γ' εἴληφεν· ἢ οὐ πλέον ἐστὶ τὸ διπλάσιον τοῦ ἡμίσεος;

Ἑταῖρος - οὔτι τῇ ἀξίᾳ γε ἀργύριον χρυσίου.

Σωκράτης - δεῖ ἄρα, ὡς ἔοικε, τῷ κέρδει τοῦτο προσεῖναι, τὴν ἀξίαν. νῦν γοῦν τὸ μὲν ἀργύριον πλέον ὂν τοῦ χρυσίου οὐ φῂς ἄξιον εἶναι, τὸ δὲ χρυσίον ἔλαττον ὂν ἄξιον φῂς εἶναι.

[231e] Ἑταῖρος - σφόδρα· ἔχει γὰρ οὕτως.

Σωκράτης - τὸ μὲν ἄξιον ἄρα κερδαλέον ἐστίν, ἐάντε σμικρὸν ᾖ ἐάντε μέγα, τὸ δὲ ἀνάξιον ἀκερδές.

Ἑταῖρος - ναί.

Σωκράτης - τὸ δὲ ἄξιον λέγεις ἄξιον εἶναι ἄλλο τι ἢ κεκτῆσθαι;

Ἑταῖρος - ναί, κεκτῆσθαι.

Σωκράτης - τὸ δὲ ἄξιον αὖ λέγεις κεκτῆσθαι τὸ ἀνωφελὲς ἢ τὸ ὠφέλιμον;

Ἑταῖρος - τὸ ὠφέλιμον δήπου.

[232a] Σωκράτης - οὐκοῦν τὸ ὠφέλιμον ἀγαθόν ἐστιν;

Ἑταῖρος - ναί.

Σωκράτης - οὐκοῦν, ὦ ἀνδρειότατε πάντων, οὐ τὸ κερδαλέον ἀγαθὸν αὖ πάλιν τρίτον ἢ τέταρτον ἥκει ἡμῖν ὁμολογούμενον;

Ἑταῖρος - ἔοικεν.

Σωκράτης - μνημονεύεις οὖν ὅθεν ἡμῖν οὗτος ὁ λόγος γέγονεν;

Ἑταῖρος - οἶμαί γε.

Σωκράτης - εἰ δὲ μή, ἐγώ σε ὑπομνήσω. ἡμφεσβήτησάς μοι τοὺς ἀγαθοὺς μὴ πάντα τὰ κέρδη βούλεσθαι κερδαίνειν, ἀλλὰ τῶν κερδῶν τἀγαθά, τὰ δὲ πονηρὰ μή.

Ἑταῖρος - ναίχι.

[232b] Σωκράτης - οὐκοῦν νῦν πάντα τὰ κέρδη ὁ λόγος ἡμᾶς ἠνάγκακε καὶ σμικρὰ καὶ μεγάλα ὁμολογεῖν ἀγαθὰ εἶναι;

Ἑταῖρος - ἠνάγκακε γάρ, ὦ Σώκρατες, μᾶλλον ἐμέ γε ἢ πέπεικεν.

Σωκράτης - ἀλλ' ἴσως μετὰ τοῦτο καὶ πείσειεν ἄν· νῦν δ' οὖν, εἴτε πέπεισαι εἴτε ὁπωσδὴ ἔχεις, σύμφῃς γοῦν ἡμῖν πάντα τὰ κέρδη ἀγαθὰ εἶναι, καὶ σμικρὰ καὶ μεγάλα.

Ἑταῖρος - ὁμολογῶ γὰρ οὖν.

Σωκράτης - τοὺς δὲ χρηστοὺς ἀνθρώπους βούλεσθαι τἀγαθὰ ὁμολογεῖς ἅπαντα ἅπαντας· ἢ οὔ;

Ἑταῖρος - ὁμολογῶ.

[232c] Σωκράτης - ἀλλὰ μὲν δὴ τούς γε πονηροὺς αὐτὸς εἶπες ὅτι καὶ σμικρὰ καὶ μεγάλα κέρδη φιλοῦσιν.

Ἑταῖρος - εἶπον.

Σωκράτης - οὐκοῦν κατὰ τὸν σὸν λόγον πάντες ἄνθρωποι φιλοκερδεῖς ἂν εἶεν, καὶ οἱ χρηστοὶ καὶ οἱ πονηροί.

Ἑταῖρος - φαίνεται.

Σωκράτης - οὐκ ἄρα ὀρθῶς ὀνειδίζει, εἴ τίς τῳ ὀνειδίζει φιλοκερδεῖ εἶναι· τυγχάνει γὰρ καὶ ὁ ταῦτα ὀνειδίζων αὐτὸς τοιοῦτος ὤν.

HIPARCO – TRADUÇÃO PORTUGUESA*

[225a] Sócrates - E o que é o amor do lucro? O que será, e quem são os amantes do lucro?

Companheiro - Na minha opinião, são aqueles que pensam que vale a pena tirar proveito de coisas sem valor.

Sócrates - Na tua opinião, eles sabem que essas coisas não têm valor, ou não o sabem? Porque se não sabem, então queres dizer que os amantes do lucro são tolos.

Companheiro - Não, não quero dizer que eles são tolos, mas canalhas [225b] que perversamente se entregam ao lucro, porque sabem que as coisas das quais ousam obter proveitos são sem valor, e, no entanto, eles atrevessem-se a amar o lucro sem vergonha alguma.

Sócrates - Então agora, queres designar como amante do lucro um homem que é como, por exemplo, um agricultor que planta algo que sabe ser uma erva sem valor, e que acha apropriado obter lucro dela, uma vez que cresceu? Será que este é a espécie de homem de que estás a falar?

Companheiro - O amante do lucro em si, Sócrates, acha que deve obter lucro de tudo.

Sócrates - Se faz favor, não fales de forma tão descuidada, como se tivesses sido lesado por alguém, [225c] mas dá-me a tua atenção e responde exatamente como o terias feito se eu começado a fazer as minhas perguntas novamente. Não admites que o amante do lucro tem conhecimento do valor da coisa da qual pensa obter lucro?

Companheiro - Admito.

Sócrates - Então, quem é que tem conhecimento do valor das plantas, e do tipo de estação e solo em que vale a pena serem plantadas - se podemos também lançar uma daquelas tiradas astuciosas[14] que os oradores espertos usam para embelezar os seus discursos nos tribunais?

[225d] Companheiro – Pela minha parte, diria que é um agricultor.

Sócrates - E por "pensar que vale a pena obter lucro" queres dizer outra coisa que não "pensar que se deveria obter um lucro"?

Companheiro - Quero dizer isso.

Sócrates - Então não me tentes enganar, eu que agora uma pessoa bastante idosa, [226a] e tu tão jovem, ao dares, como fizeste agora, uma resposta que nem sequer corresponde ao teu próprio pensamento; mas diz-me com verdade: supões que qualquer homem que toma a agricultura e que sabia que estava a

---

[14] "Frase astuciosa" é ὥρᾳ καὶ χώρᾳ, uma figura estilística típica da retórica ensinada por Górgias e os seus seguidores, de acordo com W. R. M. Lamb em nota ao texto de *Hiparco* da versão Loeb.

plantar era uma plantar sem valor, poderia pensar em obter lucro dela?

Companheiro – Pela minha palavra, não penso.

Sócrates - Ou imagina ainda, um cavaleiro que sabe que está a fornecer alimentos sem valor ao o seu cavalo; supões que ignora que está a destruir o seu cavalo?

Companheiro - Não.

[226b] Sócrates -Então, não pensa em obter lucro destes alimentos sem valor.

Companheiro - Não.

Sócrates - Ou imagina ainda, um navegador que forneceu o seu navio com mastros e cordas inúteis; achas que ignora que vai sofrer com isso, e vai estar em risco de se perder e de perder o navio e toda a sua carga?

Companheiro - Acho que não.

Sócrates - Então, não pensa em obter lucro com este [226c] equipamento sem valor?

Companheiro - Não.

Sócrates - Mas será que um general que sabe que o seu exército tem armas inúteis pensa em obter lucro, ou pensa que vale a pena ter lucro à sua custa?

Companheiro - De maneira nenhuma.

Sócrates - Ou será que um flautista que tem flautas sem valor, ou um harpista com a lira, um arqueiro com um arco ou, em suma, qualquer outra pessoa entre os artesãos ordinários ou homens sensatos em geral, com qualquer espécie de utensílio ou equipamento desprovido de valor, pensa em ter lucro com ele?

[226d] Companheiro - Ao que tudo indica, não.

Sócrates - Então quem poderão ser, os teus amantes do lucro? Pois presumo que não são as pessoas que sucessivamente mencionámos, mas pessoas que conhecem as coisas sem valor que têm, e, no entanto, pensam que devem lucrar com elas. Mas, nesse caso, pelo que me dizes, excelentíssimo senhor, nenhum homem vivo é um amante do lucro.

Companheiro - Bem, Sócrates, gostaria de designar como amantes do lucro aqueles que, com ganância insaciável, desejam excessivamente coisas que são bastante [226e] mesquinhas e de pouco ou nenhum valor, e, portanto, em cada caso amam o lucro.

Sócrates - Sem saber, é claro, meu excelente companheiro, que as coisas são inúteis; pois já nos convencemos com o nosso argumento de que tal é impossível.

Companheiro - Concordo.

Sócrates - E se, não o sabendo, é evidente que são disso ignorantes, mas acham que essas coisas inúteis

valem muito.

Companheiro - Aparentemente.

Sócrates - Agora, com certeza os amantes do lucro devem amar o lucro?

Companheiro - Sim.

Sócrates - E por lucro queres dizer o oposto de prejuízo?

[227a] Companheiro -Quero.

Sócrates - E é uma coisa boa para alguma pessoa sofrer perda?

Companheiro- Para ninguém é coisa boa.

Sócrates - Não é antes um mal?

Companheiro - Sim.

Sócrates - Então, os seres humanos são prejudicados pela perda.

Companheiro - São prejudicados.

Sócrates - Então, a perda é um mal.

Companheiro - Sim.

Sócrates - E o lucro é o oposto da perda.

Companheiro - É o oposto.

Sócrates – Mas então o lucro é um bem.

Companheiro - Sim.

[227b] Sócrates - Consequentemente, são aqueles que amam o bem que chamas de amantes do lucro.

Companheiro - Assim parece.

Sócrates - Pelo menos não há nada de louco, meu amigo, em relação aos amantes do lucro tal como os descreves. Mas diz-me, será que tu próprio amas, ou não amas, tudo o que é bom?

Companheiro - Amo.

Sócrates - E existe alguma coisa que ames que não seja boa, ou amas alguma coisa má?

Companheiro – Pela minha palavra, nada.

Sócrates - Na verdade, suponho que todas as coisas que amas são boas.

Companheiro - Sim.

Sócrates - Bem, agora, pergunta-me se não sou igualmente assim: porque devo concordar [227c] contigo que, pela minha parte, eu amo coisas boas. Mas, para além de tu e de mim, não achas que todo o resto da

humanidade ama as coisas boas, e odeia as coisas más?

Companheiro - A mim parece-me que sim.

Sócrates - E nós admitimos que o lucro é bom?

Companheiro - Sim.

Sócrates - Nesta nova demonstração, toda gente parece ser um amante do lucro; ao passo que, na nossa forma anterior de discussão, ninguém era um amante do lucro. Então, em qual dos dois argumentos devemos confiar a fim de evitar erro?

Companheiro - O que tem que ser feito, penso eu, Sócrates, é conhecer bem o amante do lucro. [227d] A visão certa do amante do lucro é a daquele que se preocupa com, e acha por bem obter lucro de coisas das quais os homens honestos não se atrevem a obter lucro.

Sócrates - Mas vês, meu caro senhor, nós acabámos de admitir que obter lucro é ser beneficiado.

Companheiro - Bem, e daí?

Sócrates - Há outro ponto que admitimos para além deste –que todos os homens desejam sempre coisas boas.

Companheiro - Sim.

Sócrates - Então, os homens de bem, do mesmo modo, desejam obter todos os lucros, se estes são coisas boas.

[227e] Companheiro - Não os lucros que podem provocar danos, Sócrates.

Sócrates - Por "provocar dano" será que queres dizer "sofrer perda", ou outra coisa?

Companheiro - Não, quero realmente dizer "sofrer perda".

Sócrates - Bem, será que os homens sofrem perdas do lucro ou da perda?

Companheiro- De ambos; pois sofrem a perda das perdas e dos lucros perversos.

Sócrates - E será que consideras que qualquer coisa útil e boa é perversa?

Companheiro - Não.

[228a] Sócrates - E admitimos há pouco que o lucro é o oposto de perda, que é um mal.

Companheiro - Concordo.

Sócrates - E que, sendo o oposto de um mal, é bom?

Companheiro - Isto foi o que reconhecemos.

Sócrates - Então vês, estás-me a tentar enganar, pois tu deliberadamente contradizes aquilo em que concordámos agora mesmo.

Companheiro - Não, por minha honra, Sócrates; pelo contrário, tu é que me estás a tentar enganar, ao distorceres desta maneira e ao conduzir-me á perplexidade pela maneira como falas.

[228b] Sócrates - Vá, vá! Porquê, se seria de certeza errado da minha parte não obedecer a uma pessoa boa e sábia.

Companheiro - Quem é? E a que te estás a referir agora?

Sócrates - Quero dizer, o teu e o meu concidadão Hiparco, o filho de Pisístrato dos Filíades, que era o mais velho e o mais sábio dos filhos de Pisístrato e, entre as nobres[15] provas de sabedoria que ele mostrou, primeiro trouxe os poemas de Homero a este nosso país e obrigou os rapsodos nas Pan-Ateneias a recitá-los por turnos, um homem atrás do outro, como ainda o fazem agora.

[228c] Ele despachou também uma galera de cinquenta remos para Anacreonte de Teos, e trouxe-o para a nossa cidade. Sempre teve consigo Simónides de Ceos, que manteve graças a grandes honorários e presentes. Fez tudo isto partindo de um desejo de educar os cidadãos, a fim de que pudesse ter súbditos da mais elevada excelência; pois pensava que não era reto invejar a sabedoria de ninguém, tão nobre e bom era. E quando o seu povo da cidade foi educado e [228d] o admirava pela sua sabedoria, prosseguiu ainda no desígnio de educar os (homens) do campo, com o estabelecimento de figuras de Hermes ao longo das estradas, não só no meio da cidade como em todos os distritos; e, de seguida, selecionando a partir do seu próprio tesouro de sabedoria, tanto o que aprendeu dos outros como o que descobriu por si mesmo, aquelas coisas que considerou as mais sábias, tornou-as em forma elegíaca e inscreveu-as nas figuras como versos seus e testemunhos de sua sabedoria, [228E] para que, em primeiro lugar, o seu povo deixasse de admirar as sábias inscrições Délficas como "Conhece te a ti mesmo" e "Nada em excesso", e outros provérbios deste tipo, mas antes considerasse sábias as declarações de Hiparco; e em segundo lugar, passando para cima e para baixo e lendo as suas palavras e adquirindo o gosto pela sua sabedoria, viessem do campo para a conclusão da sua educação. Há duas de tais inscrições: [229a] no lado esquerdo de cada Hermes há um verso em que o deus diz que se encontra no meio da cidade ou da localidade, enquanto que do lado direito diz: "O memorial de Hiparco: anda sempre com intenção justa".

Há muitas outras nobres[16] inscrições dos seus poemas noutras figuras de Hermes, e em particular, na estrada de Steiria, em que ele diz: [229b] "O memorial de Hiparco: não enganes um amigo."

Consequentemente nunca deveria ousar, estou certo, enganar-te, pois és meu amigo, ou desobedeceria ao grande Hiparco, após cuja morte os atenienses ficaram três anos sob o domínio despótico de seu irmão Hípias, e podes ter ouvido alguém mais velho dizer que foi apenas nesses anos que houve tirania em

---

[15] A palavra *kala* designa tanto a nobreza como a beleza (física e moral) segundo Henry Liddell e Robert Scott, *A Greek-English Lexicon*, Oxford: Oxford University Press, 1843. Dado jogo com a ambiguidade de sentidos indicamos a expressão grega quando usada.

[16] Em grego, *kala*.

Atenas, e que em todos os outros tempos os atenienses viveram muito como no reinado de Cronos.

E as pessoas mais sofisticadas dizem que a morte de Hiparco [229c] se deveu, não pela causa suposta pela maioria - a desonra da irmã do assassino, impedida de levar a cesta,[17] que é um motivo tonto - mas porque Harmódio se tinha tornado o favorito de Aristogíton e tinha sido educado por ele. Assim Aristogíton também se orgulhava de educar as pessoas e considerava Hiparco como um rival perigoso. E naquele tempo, diz-se, [229d] aconteceu que Harmódio estava apaixonado por um dos jovens formosos e bem-nascidos de então; eles dizem o seu nome, mas não me lembro. Bem, por um tempo este jovem admirou Harmódio e Aristogíton como homens sábios, mas, depois, quando se associou a Hiparco, passou a desprezá-los, e estavam tão dominados pela dor desta desonra que assassinaram Hiparco.

Companheiro - Parece, então, Sócrates, ou que não me consideras como teu amigo ou que, se o fazes, não obedeces a Hiparco. Pois [229e] não me estás a enganar com as tuas palavras - embora não te consigo dizer como o consegues – que vão além do que posso acreditar.

Sócrates - Bem, agora, como se estivéssemos a jogar xadrez, estou disposto a deixar-te revogar, como quiseres, qualquer coisa que tenhas dito ao longo desta discussão, a fim de que não penses que estás a ser enganado. Diz-me então, devo revogar a tua afirmação de que todos os homens desejam coisas boas?

Companheiro - Não, obrigado.

Sócrates - Bem, que sofrer perda, ou a perda, é um mal?

Companheiro - Não, obrigado.

Sócrates - Bem, que lucro, ou obter lucro, é o oposto de perda, ou é sofrer perdas?

[230a] Companheiro - Também não.

Sócrates - Bem, que obter lucro, como o oposto do mal, é um bem?

Companheiro - Nada disso te peço que revogues por mim.

Sócrates - Tu achas então, parece, que algum lucro é bom, e algum mau.

Companheiro - Acho.

Sócrates - Bem, então, eu revogo isso; vamos então assumir que algum lucro é bom, e outro lucro é mau. Mas o de tipo bom não é um lucro maior do que o de tipo mau, pois não?

Companheiro - O que queres dizer com essa pergunta?

Sócrates - Vou explicar. Será que ambos bem e mal existem?

[230b] Companheiro - Sim.

Sócrates - E será que um é mais alimento do que o outro, ou será que ambos são de forma semelhante a

---

[17] **Era uma honra, levar uma cesta com as ofertas na procissão Pan-Atenaica que subia até à Acrópole.**

mesma coisa, alimento, e a este respeito será que um não difere do outro, em ser-se alimento, mas apenas no facto de um ser bom e o outro mal?

Companheiro - Sim.

Sócrates - E assim, com a bebida e todas as outras classes de coisas que existem, quando algumas coisas em qualquer classe vêm a ser boas, e outras más, uma coisa não difere da outra nesse aspeto quando [230c] são o mesmo? Por exemplo, um homem, suponho, é bom[18] e outro pervertido.

Companheiro - Sim.

Sócrates - Mas nenhum deles, eu concebo, é mais ou menos homem do que o outro - nem o bom[19] mais que o pervertido, nem o pervertido mais que o bom.

Companheiro - O que dizes é verdade.

Sócrates - Consequentemente, devemos considerar do mesmo modo o lucro também, que tanto o tipo mau e o tipo bom são semelhantemente lucros?

Companheiro - Necessariamente.

Sócrates - Então, quem tem bom lucro não é mais um ganhador do que aquele que tem lucro perverso: nenhum dos dois tipos é considerado mais ganhador, [230d] como acordámos.

Companheiro - Sim.

Sócrates - Pois nenhum deles tem adição de mais ou menos.

Companheiro - Não, de facto.

Sócrates - E como é que se poderia fazer ou sofrer qualquer coisa mais ou menos com uma coisa desse tipo, não tendo nenhuma destas adições?

Companheiro - Impossível.

Sócrates - Uma vez que, portanto, ambos são lucros e negócios lucrativos, temos agora de considerar o que é que te leva a chamar a ambos "lucro": o que é que tu vês que é igual em ambos? [230e]. Supõem que me fosses pedir, nos casos que eu dei agora mesmo, o que é que me leva a chamar tanto o bom alimento como o alimento mau o igualmente alimento: eu deveria dizer – neste caso—que ambos são um sustento seco do corpo. É isso, tenho a certeza que concordas, que é o alimento, ou não concordas?

Companheiro - Concordo.

Sócrates - E sobre beber a resposta seria nas mesmas linhas - o sustento húmido do corpo, seja ele saudável [231a] ou pernicioso, tem o nome de bebida; e é da mesma forma com o resto. Tenta, portanto,

---

[18] A palavra *chrestos* designa o homem bom ou útil, isto é, prestável segundo o dicionário de Henry Liddell e Robert Scott, *op. cit*. Indicamos em nota o uso da palavra.
[19] Em grego: *chrestos*.

do teu lado, imitar o meu método de responder. Quando dizes que bom[20] lucro e lucro perverso são ambos lucros, o que é que tu vês neles como semelhante, julgando que isso é a realidade do lucro? E se, novamente, se tu próprio és incapaz de responder, deixa-me colocar-te isto em consideração: que descrevas como lucro todas as aquisições que alguém fez, ou com nenhuma despesa ou como um lucro acima da sua despesa.

[231b] Companheiro - Eu acredito que é o que eu chamo lucro.

Sócrates - E incluis o caso em que, depois de desfrutar de um banquete com muito bom ambiente e sem qualquer despesa, alguém adquire uma doença?

Companheiro – Pela minha palavra, não.

Sócrates - E se alguém adquiriu saúde ao assistir a um banquete, esse adquire lucro ou perda?

Companheiro - Lucro.

Sócrates - Por isso o lucro não é apenas adquirir qualquer posse.

Companheiro - Não, de facto.

Sócrates - Queres dizer, não se é mau? Ou não caso se adquiria algum lucro mesmo que se adquira algo de bom?

Companheiro - Aparentemente adquirir-se-á, se for bom.

[231c] Sócrates - E se for mau, não se adquirirá perda?

Companheiro - Eu acho que sim.

Sócrates - Vês, então, como estas a correr de volta novamente para o mesmo ponto anterior? Lucro é considerado ser bom, e perda mau.

Companheiro - Pela minha parte, eu não sei o que dizer.

Sócrates - E não sem boa razão, senhor. Agora responde a esta questão adicional: dizes que se alguém adquire mais do que a quantia que gastou, é lucro?

Companheiro - Não quero dizer, quando é mau, mas se alguém fica com mais ouro ou prata do que gastou.

[231d] Sócrates - Agora, vou somente interrogar-te sobre isso. Diz-me, se alguém gastar meia libra de ouro e recebe o dobro de peso em prata, ele obteve um lucro ou uma perda?

Companheiro - Perda, presumo, Sócrates, pois o ouro dessa pessoa é reduzido ao dobro, em vez de doze vezes, do valor de prata.

---

[20] ***Idem*: *chreston*.**

Sócrates - Mas vês, ele ficou com mais; ou será o dobro não mais de metade?

Companheiro - Não em valor, sendo que um é prata e o outro ouro.

Sócrates - Então o lucro, ao que parece, deve ter esta adição de valor. Pelo menos, tu agora dizes que a prata, embora mais do que o ouro, não vale tanto, e que o ouro, embora menos, é de igual valor.

[231e] Companheiro - Seguramente, pois esse é o caso.

Sócrates - Então, o valor é o que produz lucro, seja ele pequeno ou grande, e o inestimável não produz nenhum lucro.

Companheiro - Sim.

Sócrates - E por valioso, queres dizer, simplesmente, valioso de se possuir?

Companheiro - Sim, de se possuir.

Sócrates - E, novamente, através do quê é que é valioso para possuir, queres dizer do lucrativo ou do não lucrativo?

Companheiro - O lucrativo, presumo.

[232a] Sócrates - E o lucrativo é bom?

Companheiro - Sim.

Sócrates - E então, mais valente dos homens, será que não temos aqui mais uma vez, pela terceira ou quarta vez, a admissão de que o que produz lucro é bom?

Companheiro - Assim parece.

Sócrates - Então, será que te lembras o ponto a partir do qual esta nossa discussão surgiu?

Companheiro - Acho que me lembro.

Sócrates - No caso de não te lembrares, eu vou lembrar-te. Tu mantiveste contra mim que os homens bons não desejam fazer todos os tipos de lucro, mas apenas os lucros que são bons, e não aqueles que são pervertidos.

Companheiro - Sim.

[232b] Sócrates - E agora o argumento nos obrigou a reconhecer que todos os lucros, pequenos e grandes, são bons?

Companheiro - Sim, ele tem-me pelo menos forçado, Sócrates, mais do que convencer.

Sócrates - Bem, mais tarde talvez ele poderá também te persuadir. Agora, no entanto, que estejas convencido ou qualquer que seja a tua emoção, tu concordas pelo menos comigo de que todos os lucros são bons, tanto os pequenos como os grandes.

Companheiro - Sim, eu admito-o.

Sócrates - E tu admites que os homens bons[21] desejam todos coisas boas, não admites?

Companheiro - Admito.

[232c] Sócrates - Mas, sabes, tu próprio afirmaste que homens perversos amam tanto os pequenos como os grandes lucros.

Companheiro - Afirmei.

Sócrates - E assim, pelo teu relato, todos os homens serão amantes do lucro, sejam eles virtuosos ou perversos.

Companheiro - Aparentemente.

Sócrates - Por isso, não é recto reprovar qualquer pessoa por ser um amante do lucro: pois quem faz essa reprovação é ele próprio um deles.

[21] ***Idem*, *chrestous*.**

RESUMO

Hiparco é um diálogo atribuído a Platão que começa abruptamente com uma das habituais questões socráticas: "O que é o amor do lucro?". Mostra o modo como Sócrates desafia as convenções e busca a base da ética tradicional. No Hiparco, Sócrates conversa com um companheiro ateniense que defende que o amor do lucro merece censura; questiona o jovem, forçando-o a rever os seus princípios e finalmente deixa-o perplexo. A referência a Hiparco surge como por acaso no meio do diálogo. Hiparco era filho do tirano Pisístrato, mas Sócrates defende que a tirania de Hiparco era na verdade benigna e sábia, que este mais não fez que tentar educar os seus concidadãos, levando-os a admirar a sua superior sabedoria. O longo louvor de Hiparco é venenoso: a suposta reabilitação reforça no leitor a impressão negativa, mas ninguém se surpreende de que Sócrates tenha sido condenado por corromper os jovens incentivando o desrespeito das tradições morais da cidade. Os textos transmitem, portanto, a visão "popular" de Sócrates que levaria, finalmente, à sua condenação.

PALAVRAS-CHAVE

***Hiparco*, Platão, amor do lucro, tirania, Sócrates.**

ABSTRACT

***Hipparchus* is a Platonic dialogue that begins abruptly with the question: "what is the love of profit, who are the profiteers?". It shows how Socrates defies conventions and seeks the root of Greek traditional ethics. Socrates dialogues with a fellow Athenian who believes that the love of profit deserves censure; he questions the young, forcing him to review his own principles and, finally, leaves him perplexed. The reference to Hipparchus comes as a detour in the dialogue. Hipparchus was the son of tyrant Pisistratus, but Socrates argues that the tyranny of Hipparchus was in fact benign and wise; that he was in fact trying to educate his fellow citizens, leading them to admire his superior wisdom. The long praise of Hipparchus is poisonous: the supposed rehabilitation reinforces the negative impression on the reader, but no one is surprised that Socrates was convicted of corrupting the youth by encouraging disrespect of moral traditions of the city. The text conveys, therefore, the "popular" vision of Socrates, which ultimately leads to his conviction.**

KEYWORDS

***Hipparchus*, Plato, profiteering, tyranny, Socrates.**

Por decisão pessoal, a autora do texto não escreve segundo o projecto do chamado Acordo Ortográfico.

Nation, State, and Economy:

'True Science' as a Foundation for Ideology

Pedro Góis Moreira

Universidade Católica Portuguesa

> "Ideologies (…) map the political and social worlds for us. We simply cannot do without them because we cannot act without making sense of the worlds we inhabit. (…) political facts never speak for themselves. Through our diverse ideologies, we provide competing interpretations of what the facts might mean."[1]

Those words from Michael Freeden remind us of quite a simple truth: ideologies are abstract 'maps' that link facts with each other in order to make sense of the social and political world. They give us worldviews envisioning antagonists and protagonists; describing their intense struggle; pointing to political solutions that are eagerly needed; and sometimes even glimpsing to a utopia where harmony is achieved. These 'political maps' are usually not very technical and precise, which is indeed what distinguishes them from, for instance, physical or financial models. An ideology presents us with a very broad and general narrative that points out what is politically and socially wrong with the present situation, what has to be done in order to solve it, and in what way things might or will actually happen.

Ludwig von Mises (1881-1973) is considered by current day libertarians as one of the 'founding fathers' of free-market libertarianism.[2] Obviously Mises himself was not aware of giving birth to the modern version of this ideology, and such a filiation can only be attributed to him with the benefit of hindsight. Mises, however, seemed aware of the controversial character of his proposals. In his most famous work, *Human Action* (1949), he described how the laws of market are the necessary outcome of self-interested individuals acting in a world with scarce resources. He believed that, through aprioristic reasoning, one could conclude that government intervention in the economy cannot in any way improve what the market brings about. Apart from his uncompromising *laissez-faire*, Mises is also well known for his relentless criticism of ideologies opposed to *laissez-faire* free-market, particularly Marxism:

Biographical Note - Pedro Góis Moreira is a PhD candidate at the Institute for Political Studies of the Catholic University of Portugal and holder of a FCT grant (Portuguese Foundation for Science and Technology). He finished two masters, one in political science through the Catholic University of Portugal and the other on European History within the European program between Leiden, Paris, and Oxford. His master thesis was on Ludwig von Mises' thought at the epoch of the First World War. He published on Thomas More's Utopia in *The Early Moderns* (Vienna, 2014) and on Plato in *Platão Absconditus* (Lisbon, 2014), a book that he also co-edited. Furthermore, he participated in the translation and revision of *Introduction à la pensée de Raymond Aron* (Lisbon-Paris, 2016, forthcoming). He recently published, with José Colen, 'La Fuite en Avant? The Rhetoric of Fear and the European Construction,' in *Diacrítica* (2015). He is interested in political philosophy, political theory and, more particularly, in radicalism and moderation in political thought.

[1] Freeden, 2003, pp. 2-3.

[2] Kelley, 1997, p. 82 and Kukathas, 2001, p. 8802.

'Every step a government takes beyond the fulfillment of its essential functions [the maintenance of courts, police officers, prisons and armed forces] (…) is a step forward on a road that directly leads into the totalitarian system where there is no freedom at all.'[3] Mises' liberalism, that some today call his libertarianism *avant la lettre*, was essentially an ideology of maintaining the market within a smooth and peaceful political environment, without wars, revolutions, and policies that would seek to intervene in the economic process. The government should enforce security, said Mises, and nothing else.

Nonetheless, Mises was not such an 'ideologist' before the First World War, that is (and following Michael Freeden's insight), he was not a creator of a 'political map.' He was rather a 'technician.' This is a distinction we will now try to explain.

Mises' *Theory of Money and Fiduciary Media* (1912) and, more particularly, the several articles he published before the First World War clearly show on both his descriptive and normative work a technical attitude that is less well-known. But as we will try to demonstrate, an important change occurred after the war. It is striking to compare the pre-war Mises with the one of *Nation, State, and Economy* (1919): this is where we see the transformation from what we labelled as a 'technician' to an 'ideologist,' or more precisely someone trying to devise an abstract 'political map' out of his 'economic science.' He changed from someone who was mostly focused on precise and concrete data to a creator of a new political and social map, one that uncompromisingly praises free-trade, criticizes opposing ideologies, and firmly condemns the intervention of the state in the economy.

The purpose of this paper is twofold: on the one hand, to analyze the political thought of Ludwig von Mises and his passage from Mises, the 'technician,' to Mises, the 'ideologist'; and, on the other hand, to situate the role of Mises' 'economic science' in relation to his political narrative.

It is indeed striking to see the qualitative and quantitative difference in the writings of the pre and post War Mises: while the former writings are overwhelmingly more precise and focused on economic data, the later are remarkable for their overarching political claims. The distinction between the two could be drawn in terms of (descriptive) economic science and (normative) political economy, as presented by Lionel Robins.[4] However, there are both many political-economic elements to Mises's pre-war writings (e.g., his defense of the gold standard) and many technical elements of Mises's post-war writings (e.g., his analysis of the causes of the War), and this separation is therefore tenuous. Consequently, it

[3] Mises, 1996, p. 283.
[4] Robins, 1932.

will be more interesting to draw the distinction in terms of Mises' narrativity, that is, the way he tells us a story of political nature instead of simply describing and explaining economic phenomenon. Although these three elements (narration, description, and explanation) cannot, in rigor, be sharply separated (unless in extreme cases of, e.g., statistical compilations), one can see the predominance of economic description and explanation in the pre-war Mises and the predominance of political narration in Mises' post-war writings. While the 'technician' Mises evokes in us the rigor and the precision of the economist, the 'ideological' Mises presents us a world where socialism and liberalism lead a civilizational battle deciding the course of humanity itself.[5]

The order of this paper will consist, first, in a detailed description of Mises, 'the technician,' by looking at some of his pre-First World War articles and *Theory of Money and Fiduciary Media* of 1912. Then, we will cautiously examine the transition to Mises 'the ideologist,' that is, the conceptual and ideological transformation he underwent in his *Nation, State, and Economy* of 1919.

Mises before the First World War

Mises' independent intellectual thinking started when he published, from 1907 to 1910, a series of articles defending the gold standard: "The Political-Economic Motives of the Austrian Currency Reform" (published in 1907), "The Problem of Legal Resumption of Specie Payments in Austria-Hungary" (1909), "The Foreign Exchange Policy of the Austro-Hungarian Bank" (1909). This is where we can see political-economic proposals that, as we will see, are justified in sharp technical terms.

In these essays, Mises was also carrying on his Austrian Economics' heritage. Indeed, Carl Menger, one of the founders of the Austrian School and intellectual master of Mises, deeply believed in the gold standard and he saw it as the medium of exchange par excellence of a modern country.[6] Menger actually was one of the main supporters of the gold standard in 1892, the year where the Austro-Hungarian Empire decided to adhere to the gold standard system.

In his 1907 article "The Political-Economic Motives of the Austrian Currency Reform", Mises meticulously described the whole political process and arguments around the 1892

[5] More on the distinction between narration, explanation, and description, as well as an excellent account on evocative 'storyworlds' in Herman, 2009, pp. 89-104.
[6] Ebeling, 2012, p. xxxiii.

reform and argued decisively in favor of its outcome. Using no less than 16 tables and widely quoting precise numbers and data throughout 27 pages, he concluded that 'No rational person (…) would advocate today against the gold currency.'[7] Politically speaking, it is interesting to see what opponents he criticized the most: on the one hand, the Christian Social Party who saw the gold-backed money as a malevolent instrument in the service of the international commerce; and, on the other hand, Josef Ritter von Neupauer, a 'charlatist,' that is, someone who believes that money is nothing more than what the state declares it to be. In tackling these opponents, Mises was carrying on Menger's Austrian school of economics: on the one hand, because the Austrian economists did defend international commerce and, on the other hand, because Menger strongly opposed the vision that money was a pure creation of the state.[8]

Mises' subsequent articles would, in fact, go even further in that battle in favor of the yellow metal: there, he argued that Austria did not, in fact, achieve its transition to the gold standard and should do so. Yes, Austria apparently made this step in 1892, but Mises pointed out that the Austro-Hungarian central bank did not decreed the legal compulsion to redeem its notes for specie (that is, gold).[9] Therefore, he said, there is a *de jure* situation where Austria is not internationally recognized as a truly gold standard country. In order to be recognized as such and to benefit from an improved international creditworthiness, Mises argued that this status had to be changed and that the central bank should have the obligation to redeem its notes. Once more, the whole argumentation was carried out with a cautious and precise exposition of numbers and tables.

Across those articles on the gold standard, there are other details that are quite interesting. For instance, Mises spoke of government economic policies in a quite instinctive way, even if not much and with a dose of skepticism. This skepticism against the government is present, for instance, in this brief excerpt of his 1909 "The Problem of Legal Resumption of Specie Payments in Austria-Hungary":

> "However, it is far more important that over the last twenty-five years legislation has been passed that, more or less, has brought every type of economic activity under the unrestricted discretion of state oversight. This is not the place to provide more details about this oversight, or to demonstrate how Austria has turned away from political-economic individualism faster and

[7] Ebeling, 2012, p. 30.
[8] Menger, 2007, p. 262.
[9] Ebeling, 2012, p. xxxvii.

more effectively than have other European countries. For anyone desiring to place obstacles in the way of a bank or an industrial enterprise in which a bank is interested, there is no more suitable method than this state oversight, including its desire to export gold."[10]

This is revealing about how Mises thought in 1909, but he did not say more than that throughout those articles. The theme of the turning away from 'economic individualism' (that is, of capitalism) and the dangers of the state intervention were thoroughly developed in *Nation, State, and Economy*.

Apart from this state-skeptic paragraph, the pre-War Mises accommodated quite well with the idea of state policies and state intervention beyond the minimal activities of the infamous 'night watchman.' If in fifteen years he would decry war, at the time Mises made comments such as 'Austria possesses, not including domestic bonds, a barely appreciable amount in investments that have an international market: in times of war, this could hinder fund raising far more than is desirable.'[11] Also, Mises talked somewhat positively about the manipulation of exchange rates by the government through the central bank.[12] Nonetheless, he wrote that 'The goal of a sound economic policy is not maintenance of a low market rate regardless of the circumstances. Rather, its goal is to unleash the use of the country's productive resources.'[13]

What we find here is an Austrian economist like Menger: someone who trusted in the workings of the market process, but who did not oppose all state interferences on principle and did not see them as 'a step forward on a road that directly leads into the totalitarian system where there is no freedom at all' (sic).

For the whole year of 1911, Mises did not write any article in order to finish his first book: *The Theory of Money and Fiduciary Media*, published in 1912. It will not be necessary to analyze it thoroughly because, indeed, this fine piece on Austrian economics has been often reviewed in the literature. Nonetheless, it contains many details that are important to understand Mises' intellectual path.

Briefly, this book is a treatise that unsurprisingly, given the title, speaks about money and fiduciary media. 'Fiduciary media' means money that is not backed by gold. In simple terms, if a bank lends 1100 banknotes to one of its customers while, in fact, only 1000 of

[10] Ebeling, 2012, p. 63.
[11] Ebeling, 2012, p. 82.
[12] Ebeling, 2012, p. 16 and 36 respectively.
[13] Ebeling, 2012, p. 71.

these really have their corresponding value in gold, then the bank is creating 100 banknotes that are fiduciary media. Although *The Theory of Money* was mainly an attempt to include and develop the ideas of money and banking into the Austrian economics framework, one of its most important contributions was actually to show that the steady expansion of the fiduciary media generated economic crises. According to Mises, if the banks that exist within an exchange system continuously give non-backed money, then the entrepreneurs of this same system will create more and more projects when there are not enough real savings to sustain such a productive surge: after a moment of abundance, a crisis would inevitably follow.

Mises' writing style in *The Theory of Money* is, in general, that of a quite technical book on Austrian economics. Nonetheless, and even if he used a rather specialized jargon, here we are not faced with his previous concern with quoting empirical data, as when Mises fights for the gold standard, gathering numerous tables and precise numbers. Theory of Money was technical and abstract, focusing all his attention on theoretical economics, thought experiments, and abstract processes of the market. He was not exclusively centered on Austria anymore, but on the market and the state in more general terms.

This is probably why his skepticism of the government, although still present, was then less toward the Austrian government but more against the state as an abstract concept. He briefly talks in this work about the crucial function that the government has in minting the coins that are used to exchange goods:

> "For just as long as the minting of coins has been a government function, governments have tried to fix the weight and content of the coins as they wished. Philip VI of France expressly claimed the right 'to mint such money and give it such currency and at such rate as we desire and seems good to us' and all medieval rulers thought and did as he in this matter."[14]

It is also interesting to note that Mises started to describe the concept of government as a kind of ancestral problem, not just as a single government (the Austrian one) that had to be looked upon with distrust. He started to extract examples from history in order to make his point. Here is another example from a chapter where he described the role of the state and criticized its disrespect for the rules of the market:

> "Kings and republics have repeatedly refused to recognize this. Diocletian's edict de pretiis rerum venalium, the price regulations of the Middle Ages,

[14] Mises, 1912, pp. 64-65.

> the maximum prices of the French Revolution, are the most well-known examples of the failure of authoritative interference with the market. These attempts at intervention were not frustrated by the fact that they were valid only within the State boundaries and ignored elsewhere. (…) It was the functional, not the geographical, limitations of the government that rendered them abortive. They could have achieved their aim only in a socialistic State with a centralized organization of production and distribution. In a State that leaves production and distribution to individual enterprise, such measures must necessarily fail of their effect."[15]

Here, we not only begin to see Mises' vision of the state as a general and ancestral problem, but there is a third theme: his criticism of socialism and the others 'enemies' of the market. However, Mises' political remarks were brief back then and so were his thoughts on socialism: he just said that a socialist 'centralized organization of production and distribution' is impossible and that 'This vision of the future socialistic system has not been described in detail by its prophets; and, in fact, it is not the same vision which they all see.'[16] He included the socialists in a very important category: the 'enemies' of the market. This is another idea that Mises later developed in Nation, State, and Economy: there are opponents of capitalism that try to abolish it because they think it would cure the inherent evils of human nature. In the Theory of Money, the chapter 'The Enemies of Money' is quite enlightening on that subject:

> "Superficial critics of the capitalistic economic system are in the habit of directing their attacks principally against money. (…) Money is regarded as the cause of theft and murder, of deception and betrayal. (…) It is money against which the moralist declaims when he wishes to oppose excessive materialism. Significantly enough, avarice is called the love of money; and all evil is attributed to it."[17]

Regarding the gold standard, Mises was straightforward: any person that called for a 'credit system' and that was against gold fitted in the category 'enemy of market.'[18]

---

[15] Mises, 1912, pp. 68-69.
[16] Mises, 1912, p. 91.
[17] Mises, 1912, p. 92-93.
[18] Mises, 1912, p. 94.

It is important to point out that those excerpts are not representative of the book as a whole: they are usually short parts where Mises' ideas come to light. The vast majority of this treatise is, indeed, about money and fiduciary media.

Concluding, the pre-First World War Mises was, indeed, akin to a 'technician.' The vast majority of his writings, including his voluminous The Theory of Money, were about money, economic theory, and public policies. If the first articles were even more empirical minded and precise, with Mises widely quoting tables and numbers, the Austrian economist slowly grew more general and abstract, but without abandoning the strictly technical-economic sphere.

In the middle of these dense considerations, it is possible today to have a glimpse of his pre-war political ideas. Above all, and even if it cannot be rigorously said that this Mises was the 'free-market champion' we know, Mises was already quite distrustful of the action of the state in the market. He saw government interventions as an extremely ancient problem, dating from Diocletian and Philipp VI, and that tended to abuse its power. But what he decisively criticized most was the Austro-Hungarian situation: he saw the majority of the population and political parties as being 'infected' by wrong, non-economic ideas. Everywhere, advocates of inflationism, Marxists, Social-Democrats, opponents of the gold standard, and others 'enemies' of the market were attacking its smooth functioning. According to him, Austria was following a 'socialistic' path for decades: everywhere, the imperial administration, the taxes, the subsidies, the labor unions, everything was suffocating the benign process of the market. Nonetheless, and this is where the pre-war Mises sharply differed from the post-war one, he did not see the market as a perfect engine and speaks about government interventions in the economy.

A cautious reading of Mises' economic writings allowed us to retrieve some of his seminal ideas about political theory and try to present a coherent view of them, but we should have in mind they were nowhere presented systematically. Now, we will observe how Mises came to be what we labeled an 'ideologist,' someone that created a general, narrativistic map to explain his social and political situation.

Nation, State, and Economy

In *Nation, State, and Economy*, and for the first time, Mises wrote as someone possessing a map, a 'story' of his political and social situation. This was the moment when his transition from a technical-minded economist to an 'ideologist' occurred. In this work,

published in 1919, Mises begins to frame a coherent and general, 'untechnical' map that helps him to interpret his own social and political situation. The intellectual path that made other recognize him as a champion of free-market started here and, we will show that this also happened as a reaction against the First World War.

Nation, State, and Economy is divided into three parts: the first addresses the question of the nation and how imperialism was born; the second is about the economy during the war; and the third goes deeper into the analysis of socialism. Mises started writing in December of 1917 and finished in July 1919, it is therefore quite possible that he felt the need to write the third part in reaction to the Spartacists' uprising in Germany and the construction of the Soviet Union.

Although coherent, this work can be quite confusing because of its relative lack of argumentative and conceptual organization. The titles of each part of the book do not necessarily reflect what Mises actually addresses in this particular section. For instance, the third part of the book has the title 'Socialism and Imperialism', but is mainly about socialism. Also, the term 'imperialism' is not defined, although it can be understood as a kind of antithesis of everything that Mises saw as 'liberalism': complete lack of freedom and democracy, ruthless bellicism, and the systematic use of the state in economic matters.[19] In terms of content, he also continuously intertwined his ideas with specific historical references that I will in the main not discuss. We will focus on the major political arguments. Although Mises introduced his book by saying that he simply wants to describe the historical causes underlying the First World War and not judge those causes, we will see that his program goes in fact much further than that.

Mises started by strongly insisting on the fact that what makes a nation is language.[20] This was an important point for him and he went through all the questions of bilingualism, multilingual states like Switzerland, and emigration in order to make his case. For him, each individual has, as a rule, one nation linked to one specific language. He then continues in a completely different tone: when the idea of freedom started to emerge and spread in the eighteenth and nineteenth centuries, kings and despots, who throughout history only worried about their own power and land, finally started to see their authority falling apart.[21] Everywhere, said Mises, the peoples of Europe began to spread liberalism, that is, they started to free themselves from political privileges and, once free, there would

[19] Hülsmann, 2007, p. 311.
[20] Mises, 1919,p. 37.
[21] Mises, 1919, pp. 57-58.

be no more reason to have wars.[22] Mises added that economic liberalism, a doctrine proclaiming the harmony of interests between peoples by fully freeing the economy, also went hand-in-hand with those ideas. In Nation, State, and Economy, Mises envisioned a past where, from 1789 onwards, the peoples of Europe united on a sort of struggle against the kings.

> "The idea of freedom is both national and cosmopolitan. It is revolutionary, for it wants to abolish all rule incompatible with its principles, but it is also pacifistic. What basis for war could there still be, once all peoples had been set free? Political liberalism concurs on that point with economic liberalism, which proclaims the solidarity of interests among peoples." [23]

But this trend, lamented Mises, lost steam and eventually made a wrong turn when this 'spirit of freedom' was to face with the 'mixed populations' that is, countries like Germany, Austria, and Russia that mix many language-nations (indeed: nation is language) without clear boundaries. When liberalism brought democracy, that is, self-determination, self-government, self-rule, those mixed populations turned the antidote into a poison: minority nations were represented in the parliament but, because they could never hope to achieve a majority, they became oppressed instead of free.[24] From there, continued Mises, is born the antidemocratic and militarist imperialism.[25] Indeed, Mises thought that, while liberal nationalism was not worried about the quantity of people in its nation and, therefore, did not worry about conquests of new territories either, but this new imperial nationalism always worried about its population's size and started to be afraid to see it diminished. The German Reich implemented protectionist tariffs in 1879, in order to foster 'conditions of production' at home and slow down emigration.[26] According to Mises, this was the beginning of the end: protectionism, he argues, is always a bad policy. Without protectionism, there would not have been a World War at all: people would have been free to emigrate, making the economy more competitive. 'The German people would be richer and happier than it is today; it would have no enemies and no enviers. Hunger and anarchy—that is the result of the protectionist policy.'[27]

---

[22] Mises, 1919, pp. 60-61.
[23] Mises, 1983, p. 60.
[24] Mises, 1919, pp. 72-74 and 77.
[25] Mises, 1919, p- 84.
[26] Mises, 1919, pp. 95-98
[27] Mises, 1919, p. 104.

To fall into imperialism was the fatal mistake for Mises. He said that what should have been done right in the beginning was to apply the principles of liberalism. This paragraph condenses quite well those ideas, scattered throughout the book:

> "The way to eternal peace does not lead through strengthening state and central power (…). The greater the scope the state claims in the life of the individual and the more important politics becomes for him, the more areas of friction are thereby created in territories with mixed population. Limiting state power to a minimum, as liberalism sought, would considerably soften the antagonisms between different nations that live side by side in the same territory. The only true national autonomy is the freedom of the individual against the state and society. The "statification" of life and of the economy leads with necessity to the struggle of nations. Full freedom of movement of persons and goods, the most comprehensive protection of the property and freedom of each individual, removal of all state compulsion in the school system, in short, the most exact and complete application of the ideas of 1789, are the prerequisites of peaceful conditions."[28]

For Mises, liberalism was the only way to achieve 'eternal peace': in the globalized economy, with a roughly equal labour and capital and with democratic nation-states that let emigration flow freely to the most productive places, there would be no more necessity of war. In his words, it would simply be irrational from a 'utility' and economic point of view to have wars: it would be costly, a nation would win wars at the expense of others, and it would not win forever.[29]

For Mises, liberalism, through the growing division of labour, progressively produced more for less costs, but Germany and Austria did exactly the opposite when the war came: they applied 'war economy', something that he called 'war socialism'. Here, we reach the second part of the book: it is not true, said Mises, that economy in times of war works differently. In fact, he continued, what should have been done right at the beginning of the war was to remove all barriers that separated Germany and Austria from free-trade: because of these barriers, they not only entered the war with weapons of lesser quality, but the private sector continued to produce bad equipment throughout the war because of the

[28] Mises, 1919, p. 126.
[29] Mises, 1919, pp. 115-117.

restrictions created by war socialism.[30] If bad political and military assessments were responsible for the suicidal continuing of the war, Mises is clear in saying that the main reason for losing it was this very mentality of war economy, the idea that every and each solution had to go through the intervention of the state:

> "Right at the beginning of the war a catchword turned up whose unfortunate consequences cannot be completely overlooked even today: the verbal fetish "war-economy." With this term all considerations were beaten down that could have led to a conclusion advising against continuing the war. With this one term all economic thought was put aside; ideas carried over from the "peacetime economy" were said not to hold for the "war economy," which obeyed other laws. Armed with this catchword, a few bureaucrats and officers who had gained full power by exceptional decrees substituted "war socialism" for what state socialism and militarism had still left of the free economy. (…) They "organized" and did not notice that what they were doing was organizing defeat."[31]

Jörg Guido Hülsmann, Mises' authoritative biographer, argues that the Austrian economist did not believe in any intervention at all, but such reading of Nation, State, and Economy can be somewhat misleading: Mises is not denying that interventions should have occurred during the war, but rather that they were all wrong. Centralization dropped the quality of weapons and reduced incentives to produce more and better, while inflation transferred wealth from the poorer to the richer and the income from high taxes were used in unproductive projects. Mises, in fact, asserted that, from the 'utility' and rational point of view, some interventions could have been made, but the statist mentality of solving all problems through the state prevented the officials to think in a rational way.[32] Although Mises pushed his laissez-faire ideas to the maximum in Nation, State, and Economy, he still allowed some interventionist measures.

But what was this 'utility', 'economic', and 'rational' point of view that Mises repeated persistently? In the third part of the book, Mises leaves us more intimations that help us understand those concepts: he quoted Jeremy Bentham, the founder of Utilitarianism, and his idea that a policy is supposed to bring the greatest happiness to the

---

[30] Mises, 1919, pp. 171-172.
[31] Mises, 1919, p. 171.
[32] Mises, 1919, pp. 175-178.

greatest number of people. Any person is supposed to rationally evaluate what are the best policies in terms of outcomes ('utility') and get to the conclusion that, rationally speaking, a free-trade economy is the best way to get the greatest amount of happiness.

In the last part of the book, Mises made clear that even socialism and imperialism could be argued in those rational terms, but this is not what was being done: socialism, that is, the transfer of the means of production from the private ownership of individuals into the ownership of society[33] is the consistent prosecutor of imperialism not only in the fact that it accelerates the process of destruction of free-trade by elimination of free competition and growing of bellicism, but also in the fact that it is an irrational 'doctrine of salvation,' close to religious ideas.[34] Not only socialism is imperialist in its destruction of freedom, said Mises, but it argues on the basis of feelings and cannot, therefore, be rationally refuted: there is a religious belief of a paradise on earth that will solve all problems of humanity. Mises went even further and stated that, if socialists spread and destroy the social cooperation brought by liberalism, then it would be an end of civilization equivalent to the fall of the Roman Empire: by destroying free-trade, they are destroying the market's competition that efficiently allocates resources and, by doing so, the socialists are digging their own graves.[35]

Mises concluded by saying that the German-speaking people only have two ways out: either the imperialistic way of waging a war of revenge against the winning countries; or the opposite way of creating full-freedom at home, working to restore the German greatness. If this last way is not followed, modern civilization will fall.[36]

After reading *Nation, State, and Economy*, we could be tempted to see Mises as a disciple of Bentham, David Hume or Adam Smith, but this would be a mistake. Throughout this work, what is remarkable about the Austrian economist is his palpable originality in handling political and historical problems: he did not (not yet) consistently follow the creed of those philosophers that he quoted and he made idiosyncratic historical generalizations. He conflated 'ideas of 1789' and 'utilitarianism.'[37] He also seemed to conflate consequentialism in general and Bentham's utilitarianism[38]: he thoroughly legitimized his position by saying that it brought the best consequences, but avoided to reduce utility to minimize pain and maximized pleasure as Bentham. While reading this book, one cannot

[33] Mises, 1919, p. 205.
[34] Mises, 1919, pp. 211-214 and 242.
[35] Mises, 1919, p. 253.
[36] Mises, 1919, p. 255.
[37] Mises, 1919, p. 250.
[38] To satisfy the conditions of utilitarianism is ipso facto to satisfy the conditions of consequentialism but the reverse is not true. Not all consequentialists are utilitarians.

help feeling that Mises did not know much about those authors that he used superficially. Even Max Weber's influence, which Hülsmann rightly points out,[39]Mises was not consistent either: yes, he tried to be scientific in the Weberian sense by only describing things as they are and not as they should be, but in fact he did say how things should be throughout his book. He inferred norms from facts, conflating descriptive and normative claims. .

Menger's influence can still be felt throughout this work, but at the time he wrote *Nation, State, and Economy*, Mises was not yet decisively influenced by strictly political thinkers. He was, above all, an economist that was trying to sketch an ideological and political map. In *Nation, State, and Economy*, one can clearly feel that Mises was out of his intellectual comfort zone. *Nation, State, and Economy* is an all-encompassing, general, and powerful ideological-narrativistic map that, in a coherent way, makes sense of Mises' political and social experiences. For Mises, liberalism was the great movement that was directing humanity toward a world of wealth, freedom, democracy, and 'eternal peace.' What went wrong was the implementation of those ideas in the mixed-language communities that created imperialism. Then, the great movement was stopped: free-trade was limited and bellicism started to grow. Not only those ideas originated the First World War, but their heir, war socialism, accelerated the inevitable defeat of the mixed populations. State interventions, Mises said, were responsible for the defeat of the German-speaking countries. In his mind, the deviations from the principles of liberalism were, in fact, responsible for all the problems that lead to war and, if the German-speaking countries do not come back to the right path, then civilization will fall.

What we have here is Mises revolting against everything the war brought and he does so, for the first time, in the way he will be more famous for: a staunch advocate of liberalism and an uncompromising defender of laissez-faire. Such is the vibrant political-narrative that Mises draws that makes him so different from his pre-war counterpart.

Criticism of Socialism

Now, more things should be said about this shift. First, Mises heavily criticized socialists, notably in the last part of *Nation, State, and Economy*, but it is quite interesting to see that he was mimicking them by being a reversed mirror of his adversaries.

For instance, Mises criticized the socialists because of their claim to know the 'true science' that will foresee the communist world; but Mises did the same with his 'true

[39] Hülsmann, 2007, p. 307.

science' of economics that will foresee the global economy. He also accused them of doing teleological history, but Mises also did the same when he interpreted every historical event in the light of a global economy that was bound to come. He refuted their accusation that capitalism favours the few at the expense of the many and that socialism brings general welfare, but Mises said the same thing simply by inverting socialism and capitalism. Furthermore, he criticized them of systematically favouring state intervention, but Mises was also quite consistent in his systematic preference for the market.

Finally, it is also interesting to see in detail the way he criticizes the socialists' 'utopia.' He defines 'utopia' as follow:

> "If one calls utopian all those social theories which, in outlining the future social system, start with the view that after introduction of the new social order people will be guided by essentially different motives than in our present conditions, then the socialist ideal of Marxism is also a utopia."[40]

Mises finds utopian the socialists' hope that their new system will eliminate man's self-interest. Now, Mises himself was not entirely immune to the same charge. In fact, three years later, he appears to use the same manner of arguing that he criticized, but in a reversed way. In Socialism, he argues that every man is intrinsically egoistical and, therefore, wants to achieve a free-trade system because it leads to the best outcome.[41] The argumentation has a Machiavellian flavour: it is because men are egoistical that they have to act in an egoistic way. However, and if it can be consistently argued that men are self-interested, as he asserts, since not everyone appears to wish free-trade, a change of hearts seems to be necessary. In order to turn every man into an egoistical man, in Mises' sense, it would be necessary to achieve a change in men's motives as radical as the socialists' proposal and, therefore, we could say, as utopian.[42]

The point we wish to make here is the remarkable way in which Mises reacted against socialism. He did not so much create an entirely different ideological narrative but rather reversed the socialist's ideological program. This is indeed a curious point: both Mises'

---

[40] Mises, 1919, pp. 226-227.

[41] Mises, 1922, p. 402.

[42] We do not claim that the problem with Mises' view is that it assumes that everyone is intrinsically egotist but that everyone wants free-trade. Free-trade is not a motive and thus not have a conceptually necessary connection to people's motives. What we do argue is that Mises holds that there is an important connection between the two, egotism and free-trade, and that, because of that, Mises, by his own lights, winds up with a utopian view.

free-market liberalism and the socialism of his times, on the basis of a 'true science,' used a very similar way of doing politics and representing their own ideologies.

Mises was probably partially conscious of these (a)symmetries. Indeed, Mises' lifelong writings generally cue to this (a)symmetrical relation between liberalism and socialism, individualism and collectivism, rationalism and irrationalism, and so on. Throughout his life, and since Nation, State, and Economy, Mises held that only two political paths were possible to mankind, and that these two alternatives were both largely, if not completely, symmetrically antithetic.

> "In the sixteenth and seventeenth centuries religion was the main issue in European political controversies. In the eighteenth and nineteenth centuries in Europe as well as in America the paramount question was representative government versus royal absolutism. Today it is the market economy versus socialism. This is, of course, a problem the solution of which depends entirely on economic analysis. Recourse to empty slogans or to the mysticism of dialectical materialism is of no avail.
> There is no means by which anyone can evade his personal responsibility. Whoever neglects to examine to the best of his abilities all the problems involved voluntarily surrenders his birth right to a self-appointed elite of supermen. In such vital matters blind reliance upon “experts” and uncritical acceptance of popular catchwords and prejudices is tantamount to the abandonment of self-determination and to yielding to other people's domination. As conditions are today, nothing can be more important to every intelligent man than economics. His own fate and that of his progeny is at stake. Very few are capable of contributing any consequential idea to the body of economic thought. But all reasonable men are called upon to familiarize themselves with the teachings of economics. This is, in our age, the primary civic duty."[43]

It would be too hasty to dismiss Mises' political narrative as being exaggerated. In the end, what Mises' wants to show us is that one should not trust too much in state interventions in the economy, that our good will can lead to unintended consequences, and

[43] Mises, 1949, pp. 878-879.

that the State is composed of men, each endowed with their motives to act for their own self-interest. Both Mises' and the socialists' striking political narratives, in favour or against capitalism, are both healthy reminders of the flaws and benefits of each side of individual and collective action.

Such healthy reminders, however, usually come with a price. Indeed, political narratives of global proportions often advance with strong epistemological claims and, in our specific examples, they come with a 'Marxist science,' on the one hand, and a (a)symmetrical 'economic science,' on the other. Such epistemological claims are problematic because, as Mises would say in *Liberalism in the Classical Tradition* (1927), if a doctor knows perfectly well what should be done in order to heal a body, why should it be different in politics?[44] Inspired by this way of thinking, ideologies based on a 'true science' might tend to hinder pluralism, advocate one unique way of solving political problems, and condemn anyone that do not arrive at the right/same conclusions. Once one sees politics in a strong technocratic fashion, ideologies with strong binary, black-and-white propositions might tend to emerge. While politics usually entails some degree of uncertainty that enables a legitimate pluralism and diversity of solutions, a technocratic-based ideology might tend to hinder these features.

Concluding Remarks

This paper navigated between exegesis on Mises' work and methodological claims about that work. We however intended to provide more than a critical review and raised the question of the relation between technocratic views that used 'true science' as foundations for the existence of wide worldviews or ideologies.

What Mises, the 'technician,' wrote before the First World War offered us what we would expect from a technical economist and statistician. However, it is only when he wrote Nation, State, and Economy that Mises, the 'ideologist,' drew his first full-blow political narrative for which he is most famous for.

Regarding the nature of the relationship between technical economic analysis and political-economic advocacy, there is an extensive literature that we did not even try to summarize here. An unmissable reference, however, is Lionel Robins's "An Essay on the Nature and Significance of Economic Science" (1932) where he famously tried to clarify such a relationship, acknowledging Mises own influence. Robins' work argues that there is a

[44] Mises, 1927, p. 8.

difference between (descriptive) economic science and (normative) political economy. The latter, said Robins, takes the results of the former, adds normative premises, and leads to normative conclusions.

Our essay, notwithstanding, tried to show a shift in Mises' thought according to what his writings evoke and encompassing both (descriptive) economic science and (normative) political economy. That is, we preferred to show that the pre-War Mises gives more emphasis to economic description and explanation, while the post-War Mises gives more emphasis to political narrativity. While the 'technician' Mises evokes in us the rigor and the precision of the economist, the 'ideological' Mises presents us a world where socialism and liberalism lead a civilizational battle deciding the course of humanity itself. He moved from a technical minded view to an enlarged ideological approach.

Ludwig von Mises undoubtedly is considered by modern free-market libertarians as one of their founding fathers and, indeed, one can see a lineage coming from Mises to contemporary libertarians such as Murray Rothbard or Hans Hermann Hoppe.[45] Many modern libertarians were able to ground their political ideas on Mises' works on economics but, above all, it seems that they received from him a different and original worldview. What is unique in Mises' liberalism is its stunning political narrative where a world-changing struggle between individualism and collectivism is taking course. In that sense, the significance of his work is also better highlighted when the label 'libertarian' is applied to him instead of 'classical liberal.' It truly shows how original and innovative he is. Mises was not simply passing on a liberal heritage. Rather, he was fundamentally transforming this heritage in order to face what he perceived was the biggest threat of all: socialism and its attack on the market and private property.

> "In this defensive posture, the program of liberalism—and, for that matter, that of every movement—is dependent on the position that its opponents assume towards it. Where the opposition is strongest, the assault of liberalism must also be strongest; where it is relatively weak or even completely lacking, a few brief words, under the circumstances, are sufficient. And since the opposition that liberalism has had to confront has

[45] Although we cannot safely call him a 'libertarian,' Friedrich Hayek was also decisively influenced by Mises (Caldwell, 2004, pp. 143-149). Robert Nozick, who offers a vigorous defense of libertarian minarchism in *Anarchy, State, and Utopia*, was influenced by Rothbard (Bader, 2010, pp. 2-3).

changed during the course of history, the defensive aspect of the liberal program has also undergone many changes."[46]

We would like to finish with two last points on Mises and his work. On the one hand, it is usually argued that the neoliberal reaction against state centralization started in the 20s and 30s with Hayek and Mises, but we would suggest, rather, that it started with Mises' *Nation, State, and Economy*. It is true that nothing indicates that Nation, State, and Economy had any kind of broad influence, unlike Mises' essays and books on socialism and the calculation problem that he wrote in the 20s, but we think that *Nation, State, and Economy* marked the beginning of the anti-state reaction in 1919, not in the 20s. We hope that a greater focus on this work will help to get a better understanding of the subsequent debate about state centralization in the 20s and 30s.

On the other hand, much of what has been written on Mises was done by enthusiasts of his work. However, it would be regrettable to leave such an interesting figure exclusively in the hands of his admirers. It would be interesting if, through the clash of different and sometimes opposite interpretations, we could reach more interesting conclusions and give Mises the relevance that, we believe, he deserves.

BIBLIOGRAPHY

ALTER, M., 1990, *Carl Menger and the Origins of the Austrian Economics*, Boulder: Westview Pr.

BADER, Ralf M., 2010, *Robert Nozick*, New York: Continuum.

BOYER, J. W., 1981, *Political Radicalism in Late Imperial Vienna*, Chicago and London: University of Chicago Press.

BROOK-SHEPHERD, 1997, G., *The Austrians: A Thousand-Year Odyssey*, London: Basic Books.

CALDWELL, B. J., ed., 1990, *Carl Menger and his Legacy in Economics*, Durham and London: Duke University Press.

CALDWELL, B. J., 2004, *Hayek's Challenge: An Intellectual Biography of F. A. Hayek*, Chicago: University of Chicago Press.

[46] Mises, 1927, p. 137.

EBELING, R. M., 2008, "Austria-Hungary's Economic Policies in the Twilight of the 'Liberal' Era: Ludwig von Mises' Writings on Monetary and Fiscal Policy before the First World War", https://mises.org/journals/scholar/ebeling3.pdf , accessed on 17 May, 2014.

EBELING, R. M., 2012, *Selected Writings of Ludwig Von Mises*, vol. 1, Indianapolis: Liberty Fund Inc.

FREEDEN, M., 2003, *Ideology: A Very Short Introduction*, Oxford: Oxford University Press.

Herman, D., 2009, *Basic Elements of Narrative*, Hoboken: Wiley-Blackwell.

HÜLSMANN, J. G., 2007, *Mises: The Last Knight of Liberalism*, Auburn: Ludwig von Mises Institute.

KELLEY, J. L., 1997, "Bringing the Market Back" In: *The Political Revitalization of Market Liberalism,* Houndmills and London: NYU Press.

KUKATHAS, C., 2001, "Libertarianism". In: *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences,* Amsterdam: Pergamon, 8801-8807.

MENGER, C., 2007, *Principles of Economics*, Auburn: Ludwig von Mises Institute.

MISES, L. v., 1912, *Theorie des Geldes und der Umlaufsmittel*, Munich and Leipzig: Duncker & Humblot (Eng. Trans., 1953, *The Theory of Money and Credit*, by H. E. B., New Haven: Yale University Press).

MISES, L. v., 1919, *Nation, Staat, und Wirstschaft: Beirträge zur Politik und Geschichte der Zeit*, Vienna and Leipzig: Manz'sche Verlags-und Universitätsbuchhandlung (Eng. Trans., 1983, *Nation, State, and Economy: Contributions to the Politics and History of our Time*, by L. B. Y., New York: Liberty Fund).

MISES, L. v., 1922, *Die Gemeinwirtschaft: Untersuchungen uber den Sozialismus*, Jena: Gustav Fischer (Eng. Trans., 1951, *Socialism: An Economic and Social Analysis*, by J. K., New Haven: Yale University Press).

MISES, 1927, *Liberalismus, Jena, Gustav Fischer* (Eng. Trans., 2002, *Liberalism in the Classical Tradition*, by R. R., New York: The Foundation for Economic Education).

MISES, L. v., 1949, *Human Action: A Treatise on Economics*, New Haven: Yale University Press (Reed. 1996).

MISES, L. v., 2009*, Memoirs*, Auburn: Ludwig von Mises Institute.

PLEHWE, D., 2009, "Introduction". In: *The Road From Mont Pèlerin: The Making of Neoliberal Thought Collective*, Cambridge: Harvard University Press.

ROBINS, L., 1932, *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, London: MacMillan.

SCHORSKE, C. E., 1980, *Fin-de-Siècle Vienna*, New York and Toronto: Vintage.

Taylor, A. J. P., 1948, *The Habsburg Monarchy 1809-1918: A History of the Austrian Empire and Austrian-Hungary*, London: H. Hamilton.

VAUGHN, K. I., 1994, *Austrian Economics in America: The Migration of a Tradition*, Cambridge: Cambridge University Press.

ABSTRACT

Thomas Carlyle famously called economy the 'dismal science.' In fact, technocratic views are often used as foundations for the existence of wide worldviews or ideologies. This relationship can be observed in the early writings of Ludwig von Mises around the First World War. Although Mises was, at all times in his career, explaining and describing economic processes, his writings acquire a decisive political-narrative emphasis in *Nation, State, and Econom*y (1919). As we will try to show, his attempts to ground political solutions in epistemology go far beyond economic scientific work. Can 'true science' serve as a foundation for an ideology? By analysing his political thought (1907-1919), it is argued that Mises shifted in this respect as a reaction against the First World War. Socialism, according to Mises, is based on ideological choices devoid of solid scientific foundations. However, we will argue that Mises is, in the end, conceptually mimicking the socialists he criticizes, notably in both ideologies' claim that they represent a 'true science.' Mises himself seemed more or less aware of this fact.

KEYWORDS

Ideology, Economic Science, Political Thought, Ludwig von Mises, Liberalism

RESUMO

Ficou celebre a expressão de Thomas Carlyle de que a economia é a 'ciência funeste.' Na verdade, bases tecnocráticas são frequentemente utilizadas como fundações de ideologias ou vastas mundivisões. Podemos observar um bom exemplo disso nas primeiras obras de Ludwig von Mises, escritos na altura da Primeira Guerra Mundial. Apesar de Mises ter explicado e descrito fenómenos económicos durante toda a sua carreira, as suas obras adquirem uma ênfase decisivamente política e narrativa em *Nation, State, and Economy* (1919). Como tentaremos demonstrar, as suas tentativas para fundamentar soluções políticas na epistemologia vão muito além da ciência económica. Será que uma 'verdadeira ciência' pode servir de fundação para uma ideologia? Através de uma analise do seu pensamento político, argumentaremos que Mises, em reacção à Primeira Guerra Mundial, mudou nesse aspecto. Segundo Mises, o Socialismo baseia-se sobre escolhas ideológicas sem qualquer tipo de fundações científicas. No entanto, conforme argumentamos Mises, no final, está a espelhar conceptualmente os socialistas que ele crítica, nomeadamente quando ambas as ideologias dizem representar uma 'verdadeira ciência.' Mises parecia estar mais ou menos consciente desse facto.

PALAVRAS-CHAVE

Ideologia, Economia, Pensamento Político, Ludwig von Mises, Liberal

I - FACTORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL E CULTURAL DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO A PESSOAS IDOSAS EM PORTUGAL: ESTUDO NUM MUNICÍPIO RURAL

JOÃO GONÇALVES

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

1. Introdução

O apoio social em Portugal aos grupos mais vulneráveis e em situação de necessidade, designadamente as pessoas idosas, é assegurado fundamentalmente pelas instituições de solidariedade social - entidades sem fins lucrativos, designadas IPSS. Estas instituições são de iniciativa privada, mas são apoiadas pelo Estado, o qual valoriza a intervenção das entidades mais próximas dos cidadãos, de forma a assegurar uma maior participação e envolvimento da sociedade[1].

Por outro lado, as situações de insuficiência de recursos económicos, dependência, isolamento e ausência de apoio familiar, vêm sendo agravadas com o aumento dos níveis de envelhecimento, o que evidencia ainda mais a importância das instituições de solidariedade social no campo da sua intervenção.

Para a manutenção desta função de solidariedade social de acordo com o actual modelo de funcionamento do exercício da acção social em Portugal é fundamental garantir a sustentabilidade das instituições, quer ao nível da criação de recursos que suportem os encargos decorrentes da sua acção, quer no que respeita à melhoria da qualidade de vida da população beneficiária do apoio social prestado.

Neste pressuposto, a nossa pergunta de investigação, a desenvolver no âmbito do presente artigo, é a seguinte: quais os factores que condicionam a sustentabilidade social e cultural das instituições de apoio social à população idosa em Portugal?

NOTA BIOGRÁFICA DO AUTOR -João Gonçalves é professor auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, doutorado em Ciências Sociais na especialidade de Política Social pela Universidade de Lisboa. Tem como principais áreas de investigação, o desenvolvimento e coesão social, a adequação e modernização da protecção social, a gestão das políticas sociais, a economia social e o desenvolvimento sustentável. No sector público, tem trabalhado no domínio das políticas de protecção social, fundamentalmente, no desenvolvimento de estudos e análises e. ao nível da concepção, acompanhamento e avaliação de medidas e programas no desempenho de funções técnicas superiores e de coordenação e direcção intermédia e, por inerência, em diferentes comissões e representações de âmbito nacional e internacional. Tem participado ainda, como voluntário, em acções e actividades de desenvolvimento social local de base comunitária. Foi docente no Instituto Superior Politécnico Internacional e membro do Centro de Estudos de Investigação em Segurança Social daquele instituto.

[1] Lei nº4/2007, de 16 de Janeiro – Bases Gerais do Sistema de Segurança Social

2. Metodologia

A pesquisa circunscreveu-se a um concelho do interior do país que, em 2014, apresentava um índice de envelhecimento de 803,9[2], com elevada desertificação humana, em que cerca de 64,2% da população com mais de 15 anos é economicamente dependente do Estado[3]. É um concelho marcadamente rural, embora a indústria se assuma como o principal pilar da economia local[4]. O tecido empresarial, embora se reflicta na dinâmica da economia local, é ainda assim pouco expressivo[5]. As IPSS e os serviços municipais apresentam-se também como dos principais empregadores[6] e, como tal, geram emprego, criam riqueza e promovem o comércio local, dinamizando a economia. Como é do conhecimento, os rendimentos médios (de pensões) da população idosa pensionista são baixos, 5128,20€/ano em 2014[7], principalmente no interior rural, enquanto que a remuneração média dos trabalhadores por conta de outrem se situou em 454€[8] acima da retribuição mínima mensal garantida em 2013 (485€)[9], sendo, no mesmo período, o poder de compra per capita 71,4% no concelho[10] e 291% na capital do país [11].

A pesquisa abrangeu as instituições de solidariedade social do concelho, sendo utilizados dois questionários, um aos utentes e outro aos associados, aplicados na situação de entrevista, tendo participado 138 utentes das respostas sociais em funcionamento (estrutura residencial para pessoas idosas, centro de dia e serviço de apoio domiciliário) e 97 associados das instituições, tendo sido ainda entrevistados os dirigentes das instituições e duas autoridades públicas locais.

3. Principais resultados

Os resultados foram sistematizados com base em 10 critérios teóricos de sustentabilidade, 4 dos quais têm sido referidos na literatura – interacção com a sociedade, orientação estratégica, profissionalização e voluntariado (Júnior, 2010:138; WCED, 1987:57;

---

[2] [3] [4] [5] [7] [8] [9] [10] [11] Informação disponível em PORDATA, em www.pordata.pt – acedido em 28-11-2015

[6] Informação obtida por inquirição directa às respectivas entidades

[7] Corresponde ao valor médio anual em Portugal das pensões de velhice do sistema público de segurança social, representando os pensionistas deste sistema cerca de 86% do total de pensionistas do concelho. PORDATA, em www.pordata.pt – acedido em 28-11-2015

Neto e Froes, 2001:183; Mckinsey & Company, 2001; Coral, 2002:82; Ribas, 2005:13; Crutchfield, 2011; Neto & Froes, 2002; Kisil, 2005), sendo os restantes 6 critérios propostos pelo autor – necessidades de apoio e acesso aos serviços, adequação e qualidade dos serviços, culturalidade, satisfação dos utilizadores, capacitação das instituições e relevância das instituições, acrescentando ainda o Estado no critério da interacção com a sociedade. A sustentação destes novos critérios é apoiada na observação e na participação em acções de desenvolvimento comunitário de base local e na literatura da especialidade com particular enfoque na conceituação de sustentabilidade e nos determinantes da sustentabilidade nos domínios social e cultural (WCED, 1987:57; Goldsmith *et al.*, 1972; Bellen, 2002:20,25; Carmo, 2011:213-214; Baroni, 1992:15-17; Foladori, 2002:104,112; Sachs, 2009:71-72,85-86; Barros, 2008:20; Armani, 2001; Falconer, Andrés (1999).

Necessidades de apoio e acesso aos serviços

Os utentes com 80 e mais anos e com 85 e mais anos, representam, respectivamente, mais de 71% e mais de 45% do total de utentes inquiridos. Portanto, a generalidade dos utentes são pessoas com idade avançada, o que pressupõe um maior estado de necessidade de apoio social.

85,5% dos utentes são viúvos(as), separados/divorciados e solteiros(as), e por consequência, mais vulneráveis às situações de isolamento e de solidão. Também 58% dos utentes afirmou que a família não tinha possibilidade de lhes prestar o apoio social que necessitam. Como afirmou uma autoridade local "quando os idosos começam a não conseguir responder às suas necessidades, as famílias também não têm capacidades para o fazer, pois enfrentam desafios diários para tentar manter a sua vida minimamente estável".

Também 87,8% dos associados inquiridos (ainda não utentes) admitem vir a recorrer à instituição de solidariedade de que são associados no caso de sentirem necessidade de apoio social, afirmando 51,5% que a família não terá possibilidade de lhes prestar o eventual apoio que vierem a necessitar. Portanto, confirma-se a necessidade de apoio social pelas razões atrás apontadas. Por outro lado, apenas 38,2% dos utentes consideram-se completamente autónomos financeiramente, não dependendo de ajuda financeira de outros. No caso vertente, observou-se que 27,4% dos utentes tem pensão com valor até ao montante mínimo estabelecido para o regime geral de segurança social (256,79€)[12] e 69,8%

---

[12] Valor em vigor no ano de 2013 (Portaria nº 432-A/2012, de 31 de Dezembro). O valor da pensão mínima do regime geral de segurança social foi actualizado, fixando-se em 2014 em 259,36€ (Portaria nº 378-B/2013, de 31 de Dezembro) e em 2015 em 261,95€ (Portaria nº 286-A/2014, de 31 de Dezembro).

até 400€ mensais, valores muitos baixos, principalmente para quem não pode contar com o auxílio da família.

Verificou-se ainda que mais de 60% dos utentes em estruturas residenciais paga 100% ou mais do valor da sua pensão, na medida em que o seu valor é muito baixo e que 29,4% dos utentes de todas as respostas sociais diz não ter condições para pagar mais do que o valor que paga actualmente.

Segundo uma autoridade local "a comparticipação dos utentes e/ou famílias pela utilização de serviços e equipamentos sociais deve ser adequada aos critérios de aplicação das normas de comparticipação dos utentes, quer sejam abrangidos por acordos de cooperação ou não. Porém, às instituições é dado um determinado grau de liberdade para fixar os critérios que determinam os montantes das comparticipações familiares, desde que não ultrapassem o custo médio real do utente na resposta que utiliza".

Apesar de todos os constrangimentos e determinantes do acesso aos serviços, as instituições, dentro dos limites que consideram possíveis e salvaguardando a sua sustentabilidade, estabelecem tabelas de comparticipação, cujo montante a suportar pelo utente varia em função dos rendimentos dos utentes, criando assim, mecanismos de equidade e solidariedade entre os seus membros, de forma a poderem facilitar o acesso aos mais pobres, uma vez que as entidades de apoio social da rede lucrativa praticam preços que são naturalmente incomportáveis para a maioria dos utentes.

Por conseguinte, observamos assim que o acesso da população idosa aos serviços de apoio social, sendo fundamental, depende da existência e da manutenção da lógica de funcionamento das instituições de solidariedade sem fins lucrativos.

Segundo outra autoridade local, se o Estado deixar de comparticipar financeiramente o apoio social prestado pelas instituições, o acesso aos serviços ficará limitado às pessoas de extracto social mais elevado e por conseguinte com maior capacidade financeira.

Adequação e qualidade dos serviços

97,1% dos utentes inquiridos considera a adequação positiva dos serviços prestados face às necessidades dos utentes, tendo 43,4% considerado muito adequado. Este sentimento manifestado pelos utentes corresponde com a percepção das instituições ao afirmarem que o apoio social "é adequado na medida dos serviços prestados. Há um acompanhamento muito estreito entre a associação e as famílias. Se a instituição verificar que há necessidade de um utente ir para lar, contactamos a família". "(…) é adequado em função das necessidades da população idosa (…) se não for pontualmente, adaptamo-nos".

A este respeito, o estudo desenvolvido por Okorley e outros, embora num contexto diferente, no Gana, aponta o desenvolvimento de programas direccionados para as necessidades e procura como exemplo de medidas de sustentabilidade a considerar pelas ONGs (Okorley & Nkrumah, 2012:330).

No trabalho que desenvolvemos constatou-se ainda que apesar de mais de 90% dos utentes terem referido, com base numa listagem fornecida, que utiliza menos serviços do que aqueles que consideram mais importantes, estes manifestaram também que não os consideram como mais prioritários, portanto desnecessários no imediato, reconhecendo-se assim suficiência dos serviços disponibilizados. Neste âmbito, segundo as instituições "Há utentes em que a instituição, por exemplo, gostaria de limpar as suas casas, mas os utentes resistem dizendo que não há necessidade. Tentamos dar-lhes o máximo conforto".

Numa avaliação global do funcionamento e da qualidade dos cuidados e serviços prestados, 95,6% dos utentes considerou os resultados positivos, tendo 46,7% dos utentes atribuído um nível de avaliação de muito bom, observando-se ainda que são os utentes mais idosos, com 80 e mais anos que, em termos relativos, têm uma percepção mais positiva do funcionamento e da qualidade dos cuidados e serviços prestados.

Interacção com a sociedade e com o Estado

Observou-se que apenas 38,5% dos utentes eram também associados e destes só 68,8% confirmaram que já eram associados antes de serem utentes, sendo assim pouco expressivo o nível de participação da sociedade civil, antes de ser utente, na promoção e ajuda das instituições sociais.

Por outro lado, 55,7% dos utentes que não são sócios fundadores das associações de solidariedade social locais, manifestaram vontade em participar na criação de uma instituição desta natureza com fins de acção social, embora 15,2% diga que não tem conhecimentos e 10,1% refira que gostava mas dependia das outras pessoas envolvidas, certo é que ressalta daqui um sentido positivo de ajuda aos mais necessitados.

Observou-se também que 70,5% dos associados são-no há mais de 10 anos e que cerca de 50% têm 60 e mais anos. Constatou-se ainda, com base nas entrevistas aplicadas às instituições de solidariedade social do concelho, que, para além dos acordos de cooperação com a Segurança Social no âmbito do regime de cooperação instituído, têm sido desenvolvidas parcerias com a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Centro de Saúde e Centro de Emprego.

As instituições consideram que neste domínio, diversificar a oferta pode chamar novos públicos e em função disso aumentar a procura e geração de novas receitas, mas "há, no entanto, um problema – a concorrência local". Neste contexto as instituições condicionam a sua actividade às respostas instituídas (estrutura residencial para pessoas idosas, centro de dia e serviço de apoio domiciliário), havendo alguma diversificação, mas de âmbito cultural, referindo uma instituição que "em caso de extrema necessidade poderão ser alargadas as refeições às pessoas em geral, não se prejudicando a concorrência porque não há comércio praticamente na aldeia".

Segundo as instituições "As pessoas isolam-se muito, as pessoas afastam-se. Ainda assim conseguimos alguma participação". Mas "estão em geral sensibilizados". "É uma terra solidária e as pessoas aderem".

Em relação ao apoio público, de acordo com a perspectiva das instituições, "(…) não há apoio [às instituições], há fiscalização. Se precisamos de esclarecimentos, respondem. Se considerarmos neste contexto as autarquias, então aí o apoio é total". Para outras instituições "Os serviços apoiam pouco". "Não há nenhum apoio técnico. Fiscalizam mais do que ajudam".

Na entrevista a uma das autoridades locais, confirmámos a disponibilidade e interacção existente entre as instituições e os serviços autárquicos, "há parcerias entre a Câmara Municipal (…) e as instituições de solidariedade social do concelho. A acção social é cada vez mais um elemento importante. Há vocação das pessoas e das instituições e vontade de ajudar o próximo e ao mesmo tempo há uma proximidade com os cidadãos".

Para outra autoridade local a interacção entre as instituições, a sociedade civil e as próprias famílias é essencial, de modo a que estas sintam maior responsabilidade e necessidade de envolvimento na solução dos problemas mais prementes.

Culturalidade

Neste âmbito, construiu-se um indicador que agrega várias perguntas aplicadas aos utentes, dando-nos um resultado global e integrado que permite medir o grau de liberdade sentido pelos utentes num conjunto de práticas ou valores religiosos, hábitos de leitura e estilos de alimentação e de vestuário, que designamos de Garantia do respeito pela diferença cultural. Por conseguinte, verificou-se que a generalidade dos inquiridos exprimiu não ser condicionada ou ser pouco condicionada nas suas práticas ou escolhas. Observou-se também que nenhum inquirido se sentiu privado da sua liberdade nas quatro dimensões em análise e que a grande maioria dos inquiridos (60,9%) afirmou não ter sofrido pressão ou

condicionamento em três das quatro dimensões com que foram confrontados. O sentimento de liberdade total e de plena ausência de pressão foi expresso por 29% dos inquiridos.

Também as instituições na entrevista que concederam manifestaram que reconhecem e respeitam o direito à diferença cultural dos seus utentes "Sim. Temos essa questão em conta, até ao nível da música. [Os utentes] estão à vontade nas suas práticas e costumes, designadamente ao nível da alimentação. Sim. É garantida. Sim. Tentamos juntar os utentes em função das práticas e hábitos de cada um para que se sintam mais à vontade com a sua maneira de estar e agir".

Constatou-se também com base no índice de relevância da diferença cultural que os associados dão importância ao respeito pela liberdade cultural dos utentes nas instituições de solidariedade social, verificando-se ainda que à medida que aumenta o nível de escolaridade dos inquiridos, maior é a importância atribuída à liberdade cultural.

Para Ignacy Sachs (Sachs, 2009:85-86), mudanças no interior da continuidade, pressupondo a existência de equilíbrio entre respeito à tradição e inovação, a necessária capacidade de autonomia para elaboração de um projecto nacional ou local integrado e endógeno (em oposição às práticas subservientes de modelos exteriores) e a autoconfiança combinada com abertura para o mundo, são supostos determinantes da sustentabilidade cultural, ressaltando daqui evidências como o respeito aos diferentes valores entre os povos e incentivo a processos de mudança que acolham as especificidades locais.

"Reconhecer a diversidade faz parte da sustentabilidade no seu aspecto de desenvolvimento humano" (Salvato, 2008, p. 78), assim como a garantia da identidade de pessoas e grupos sociais são supostos da sustentabilidade no domínio cultural (Carmo, 2011, p. 213).

Por conseguinte, os resultados obtidos no estudo confirmam que as práticas seguidas nas instituições locais respeitam os supostos de sustentabilidade atendendo ao sentimento de liberdade e ausência de pressão obtidos nos inquéritos, o que também nos parece confirmado pelos resultados do estudo desenvolvido no Zimbabwe, segundo o qual há necessidade de integrar o capital cultural das comunidades locais na concepção e implementação dos programas de desenvolvimento das ONGs (Mpofu, 2012, p. 89). Também outros autores reforçam que a participação das populações na definição das estratégias de progresso dos seus contextos sociais e territoriais são determinantes para o nível de sustentabilidade cultural a alcançar (Silva, L., 2011, p. 5).

Satisfação dos utilizadores

Relativamente aos utilizadores, consideraram-se os utentes, ou seja, todos os indivíduos que recebem apoio social das instituições de solidariedade social. Neste âmbito foi questionado aos utentes, por comparação com a situação que tinham no período imediatamente antes de serem utentes dos serviços de apoio social das respectivas instituições de solidariedade social, como avaliavam a sua situação actualmente, tendo por base as seguintes dimensões de análise: - saúde e bem-estar, - descanso durante a noite, - qualidade da alimentação, - autonomia, - conhecimento e informação, - higiene, - vontade de participar em actividades diárias e de interagir com outros, e – satisfação geral. Para cada uma das dimensões, os inquiridos tinham como hipóteses de resposta, melhorou, está na mesma e está pior.

Da análise dos resultados constatou-se que apenas no nível de satisfação geral, a maioria dos utentes (50,4%) considerou que melhorou. Nas restantes dimensões, a maioria dos utentes considera que está na mesma, embora ainda assim mais de 1/3 dos inquiridos tenha considerado que a sua situação melhorou. Em todas as dimensões há utentes que consideram que a sua situação está pior, sendo no entanto, estes valores pouco expressivos.

Para termos uma ideia mais precisa do nível de satisfação considerando todas as dimensões questionadas aos utentes, construímos o índice de satisfação global com base na média da soma das questões apresentadas, variando este indicador entre 1 e 3, correspondendo 1 a melhorou, 2 está na mesma e 3 está pior, sendo que, quanto mais perto o resultado obtido estiver do ponto 1 mais a situação dos utentes melhorou.

Desta forma, pudemos assim observar que o nível de satisfação global dos utentes medido pelo índice de satisfação global é positivo, na medida em que o valor obtido (1,6626) é inferior ao ponto médio do intervalo (2,0).

Orientação estratégica

Apurámos que as instituições não elaboram nenhum plano estratégico definidor e orientador da sua acção, preparam apenas o seu Plano de Actividades. Segundo as instituições "Plano estratégico formal não existe". "Existe um Plano de Actividades cujas actividades são definidas e orçamentadas".

De acordo com os membros do órgão de administração, "a gestão é feita com planificação" e assentando também nas actividades correntes, existindo um olhar atento permanente e em particular para as situações mais problemáticas.

Constatou-se também que a gestão destas instituições é guiada com grande preponderância pelo Plano de Actividades anual, e por outras acções pontuais decorrentes

de eventualidades não previstas ou em que o contexto do momento requer intervenção imediata, conforme afirmam os responsáveis das instituições". Para além das actividades previstas no Plano de Actividades, vão sendo desenvolvidas outras por impulsos em função das situações que vão surgindo no ano (…)". Referem também que embora não haja uma norma que estabeleça limites de endividamento, "há bom senso (…)" neste domínio.

Confirmou-se ainda nas entrevistas, que, apesar das instituições não conceberem um instrumento formal de planeamento estratégico, há, no entanto, em função das características de cada uma, o que podemos apelidar de pensamento estratégico que serve de suporte à orientação estratégica das instituições, que, na realidade, está presente na definição e alinhamento das suas acções.

"Será necessário mudar o modelo de funcionamento das instituições. Cada vez mais as pessoas que chegam aos lares, estão mais em situação de dependência – o lar parece mais um hospital de retaguarda – traz-nos problemas de funcionamento e resposta. As instituições devem intensificar as respostas (serviços) para o SAD".

"Temos boas perspectivas. A instituição alargou o âmbito de actuação. Inicialmente estávamos limitados à freguesia, depois alargámos ao concelho e mais recentemente a um âmbito mais vasto, de forma a potenciarmos a procura e a utilização dos serviços".

As instituições com a intenção de redução dos encargos pensam na melhor forma de actuação, seguindo uma orientação com o propósito de potenciar o melhor resultado possível. Por exemplo, entre outros apontamentos, é também referido pelas instituições "Fazemos revisão dos contratos. Pedimos com frequência propostas a 3 entidades".

Observou-se ainda no decorrer das entrevistas às instituições que existe também uma orientação estratégica definida relativamente à actuação das próprias instituições com os principais *stakeholders*, centrada na promoção do desenvolvimento sustentável das instituições e da economia local. "As aquisições são feitas com base no melhor preço". "Compra-se localmente alguma coisa (…). Por exemplo, o fornecedor de medicamentos dá benefícios à instituição, [daí] tentamos colaborar com os recursos locais". "O emprego é direccionado para a comunidade local".

Segundo uma autoridade local há um conjunto de preocupações que de alguma forma são comuns nos territórios do interior do país, apresentando ao mesmo tempo um conjunto de iniciativas "em carteira" e desenvolvimentos dos últimos anos que, em boa verdade, materializavam um "Plano Estratégico" e que espelham a dinâmica local e a

orientação estratégica para o concelho, na salvaguarda da sustentabilidade das instituições locais e da protecção dos mais pobres.

Capacitação das instituições

A formação dos membros da direcção das instituições é muito variada, desde formação superior, ensino secundário, escolaridade obrigatória, cursos técnicos especializados e experiência profissional, mormente na área dos seguros e da banca, administração tributária e autárquica, ensino e actividade política diversificada. Do questionário aplicado e complementado com entrevistas às instituições, observou-se que, na generalidade dos casos, os dirigentes são pessoas motivadas e com vontade de ajudar a comunidade local "pensam em alternativas e melhoramento da vida das pessoas", embora, como se compreende, uns têm uma participação mais activa do que outros em função da sua actividade profissional ou situação na profissão.

Quanto aos recursos humanos, preenchem os requisitos exigidos – normalmente os mais novos são mais qualificados. Alguns dos colaboradores são licenciados e o acesso à formação profissional tem sido na medida das principais necessidades, mas há entendimento para maior investimento neste domínio. "Tem existido formação em função das necessidades". "Vamos avançar com mais formação".

Existe também alguma resistência, principalmente por parte dos colaboradores menos habilitados, para a frequência de acções de formação, como nos é referido pelas instituições "Não há muita aptidão para a formação". "Normalmente os que não querem ou não têm vontade, são os menos habilitados".

Do lado das instituições, há ainda o entendimento que a formação é um instrumento fundamental que, para além de melhorar a prestação do serviço, aumenta a capacitação da instituição para dar resposta aos novos problemas e desafios emergentes, designadamente ao nível das necessidades de intervenção social e simultaneamente com reflexos na redução dos recursos.

As instituições consideram também que relativamente à capacidade de resposta têm tido capacitação. Para uns: "Temos conseguido responder porque temos meios e estruturas, mas começamos a ter alguns problemas devido a dívidas dos utentes em relação à comparticipação que lhes respeita". Segundo outros: "Temos tido capacidade de resposta. Quando não é possível pedimos apoio à Câmara, Junta de Freguesia ou à Misericórdia (estamos em rede com a SCM, por exemplo, se for necessário uma cadeira de rodas para situações de necessidade, temos essa colaboração)".

Nesta linha está o entendimento perfilhado por Neto e outros de que a capacitação é fundamental para a gestão de ideias e a aproximação dos agentes locais e lançamento de novos desafios (Neto *et al.*, 2002). Ideia também observada no trabalho desenvolvido por outros autores, segundo os quais, a capacitação dos membros é um passo fundamental para o reforço da sustentabilidade de serviços locais de poucos recursos (Amunega *et al.,* 2012:1). Também o trabalho desenvolvido por Prugsamatz reitera o entendimento que a construção de confiança e de capacitação das organizações sem fins lucrativos são igualmente importantes para o processo formativo destas organizações e da sua sustentação a longo prazo (Prugsamatz, 2010:263). Por conseguinte, a capacitação é o garante da eficiência e da eficácia dos serviços e da própria sustentabilidade das instituições na medida em que se traduz nas competências técnicas e humanas e nos meios ao dispor nas instituições para responder aos problemas e necessidades atuais e aos desafios emergentes da população e, concomitantemente, para a viabilidade das próprias instituições.

Profissionalização

A profissionalização, se por um lado, é importante para os desafios da sustentabilidade das organizações (Júnior, 2010:75), por outro, quando excessiva, pode minimizar a proximidade das relações (profissionais/utentes), fragilizando esse relacionamento que, em muitas circunstâncias, é o suporte do equilíbrio emocional do utente (Tenório, 1999; Hespanha *et al.*,2000, p. 19). Da aplicação das entrevistas, constatou-se que não existe um sistema de avaliação de desempenho nas instituições, embora haja abertura para se avançar nesse sentido.

Das instituições inquiridas, há uma que tem uma prática de recompensas simbólica, mas de aplicação geral, não em função do mérito - usualmente é oferecido um cabaz pelo Natal a cada funcionário(a) correspondendo a cerca de 30 €. "É simbólico, mas as pessoas ficam agradecidas", alude o entrevistado. "Os funcionários cumpridores têm mais flexibilidade laboral", refere o presidente de outra instituição.

Em relação à formação profissional, como vimos anteriormente, não há uma prática constante neste domínio, já no que concerne ao enquadramento profissional, há instituições que consideram que a contratação de técnicos para uma carreira técnica de âmbito geral teria vantagens, valoriza a polivalência e tem ganhos de eficiência.

As instituições também manifestaram que as funções inerentes a cada colaborador devem ser definidas internamente pelo órgão de administração e não por disposição normativa – "(…) as funções devem ser definidas localmente pelo órgão competente da

instituição, promovendo maior ajustamento às situações em concreto e às necessidades laborais da instituição (…)".

De acordo com uma autoridade local: "Nas instituições o que se tem vindo a constatar é que, efectivamente, existe falta de conhecimentos de gestão, especialmente, ao nível da direcção/corpos gerentes, sendo esta uma consequência (não generalizando) da falta de profissionalização e conhecimento sobre economia social. Esta lacuna ao nível de gestão pode, por vezes, constituir-se como um obstáculo à sustentabilidade das instituições". Neste domínio, adverte Okorley e outros no estudo desenvolvido no Gana que a formação em liderança e a eficácia da gestão são elementos fundamentais para a sustentabilidade das ONGs (Okorley & Nkrumah, 2012:330).

Contudo, pelos elementos recolhidos e observados, podemos afirmar que as iniciativas e a acção desenvolvida pelas instituições locais e que referimos, designadamente no âmbito da orientação estratégica, devem-se fundamentalmente à experiência e preparação dos seus membros, cujos perfis profissionais se apresentaram em linhas gerais a respeito da capacitação das instituições, sendo evidente, neste caso, a propensão e aptidão para a qualidade da gestão e a vocação para a acção.

Voluntariado

Como é do senso comum, o voluntariado está directamente ligado ao exercício de cidadania, em que o indivíduo de forma livre, desinteressada, solidária e responsável, se disponibiliza a ajudar quem necessita na resolução dos problemas mais prementes da sociedade.

De acordo com a resposta das instituições, em geral, todas têm voluntários. "Há voluntários para os trabalhos de apoio, como cortar lenha. Há sócios que nos dias de maior aperto vinham ajudar, se fossem contabilizados para os rácios reduziria as despesas". "Há voluntários, [também] não são considerados para os rácios exigidos". "Sim há. [Os voluntários] Não são contabilizados para os rácios exigidos, o que concordo. Há funções que não podem ser desempenhadas facultativamente, risco que se corre com os voluntários". Das entrevistas constatou-se que há opiniões diferentes quanto ao facto dos voluntários não serem considerados para efeitos do cômputo dos rácios estabelecidos nos normativos que regulam as condições de funcionamento das diferentes respostas sociais. Fica-nos no entanto a dúvida se a concordância manifestada com a norma vigente está relacionada com alguma má experiência vivida a este respeito e, como tal, tenha contribuído para esta posição.

Esta questão está directamente relacionada com o facto do quadro legal que estabelece as normas de funcionamento das respostas sociais, prever o cumprimento de determinados quantitativos de pessoal em cada uma das categorias profissionais em função do número de utentes, permitindo a colaboração de voluntários, mas no entanto impedindo que os mesmos relevem para efeitos dos rácios definidos.[13]

Atendendo à importância do voluntariado e dos efeitos daí decorrentes, as instituições consideram o voluntariado como uma função a promover junto da comunidade local. A este respeito o presidente de uma instituição respondeu que "As pessoas mais disponíveis para o voluntariado não vivem cá. Quando estão na aldeia, elas próprias tomam a iniciativa de se oferecerem para o voluntariado. Convive-se muito e isso é fundamental". Outros representantes de outras instituições afirmam que fazem promoção do voluntariado junto da comunidade local, mas percebeu-se pela resposta que a cooperação não corresponde às expectativas, ficando muito aquém do que seria desejado – "Há promoção. Temo-nos dirigido à comunidade nesse sentido, há pessoas muito comodistas".

Também na mesma linha de entendimento de uma autoridade local, segundo a qual devem as instituições desenvolver mecanismos de angariação de voluntários, estão os resultados de estudos desenvolvidos no Brasil por diferentes autores (Alves e Melo, 2000; Hudson, 1999; Tenório, 1997), considerando que a generalidade das organizações deveria ter voluntários, não sendo fundamental terem experiência profissional, dando-lhes como contrapartida a participação em assuntos de tomada de decisão ou a possibilidade de manifestarem a sua opinião, na medida em que estas acções os estimulam e compensam.

Também segundo outros, a existência de voluntários nas ONGs tem grande influência no nível de doações (Omura & Forster, 2014:255), embora no caso vertente do nosso estudo, atendendo ao contexto territorial, social e económico e aos elementos recolhidos, não nos permite confirmar a relação causa-efeito.

Relevância das instituições

Atendendo à acção prosseguida pelas instituições de solidariedade social – o apoio social à população idosa, pretendeu-se ainda com esta pesquisa saber qual a relevância das instituições neste domínio na perspectiva das autoridades locais, dos utilizadores dos serviços – os utentes, e dos associados, de forma a apurarmos se a relevância das instituições locais é um dos factores de sustentabilidade observados.

[13] A título de exemplo, veja-se o art.º 12º da Portaria nº 67/2012, de 21 de Março.

Constatou-se então que do ponto de vista de uma autoridade local, "As instituições são relevantes na efetivação de direitos sociais e na prevenção e reparação de situações emergentes e na promoção da integração social e comunitária das pessoas, na promoção da economia social e da criação de emprego[14] e consequentemente na geração de rendimentos. As instituições são parceiras da autarquia".

Uma das autoridades locais considera ainda como pontos fortes das instituições "(…) a proximidade das instituições, a qual reforça a capacidade de atenção aos problemas e às situações que carecem de intervenção".

Neste particular, parece caminharmos para um sistema de protecção que neste âmbito de intervenção social, se configura na passagem de mais responsabilidades para a sociedade civil, considerando uma autoridade local que "As IPSS, nesse sentido, desempenham um papel importante no preenchimento das debilidades do Estado na protecção social, através da criação e gestão de uma rede de serviços básicos". "Por outro lado, [as instituições] pela sua natureza têm uma maior proximidade à comunidade, o que permite garantir uma maior disponibilidade e rapidez de resposta, nomeadamente nas situações de emergência, acautelando assim aos cidadãos o acesso a serviços de qualidade, adequados à satisfação das suas necessidades, mais próximos.

Actualmente as IPSS têm um papel extremamente relevante na sociedade pois, de certa forma, são elas que preenchem as lacunas resultantes da actuação do Estado, no que concerne a respostas sociais. As IPSS vieram efectivamente produzir um bem-estar social muito grande, não só junto da população idosa, mas também junto das pessoas portadoras de deficiência, das crianças e jovens em perigo, em creches, no pré-escolar, etc.".

Apurámos também no decorrer da entrevista a uma autoridade local, o seu reconhecimento pela limitação dos serviços do Estado, quer do ponto de vista da sua disseminação territorial, quer no que respeita aos meios e recursos indispensáveis, para poderem exercer activamente uma intervenção social com a celeridade requerida ao nível da prevenção, reparação e integração dos indivíduos, o que a efectivar-se ficaria muito mais dispendioso para o Estado, "O Estado por si só não conseguiria actuar activamente junto de todos quantos precisam e esta descentralização que foi feita junto das IPSS, através da Cooperação foi fundamental até para a prática de políticas de inclusão social. O Estado gastaria muito mais dinheiro e seguramente não conseguiria chegar a muitas situações".

---

[14] Segundo as instituições entrevistadas, estas a par da autarquia promovem o emprego local e são o principal empregador local.

Com efeito, tendo em conta, tal como em parte já aludimos atrás no âmbito das necessidades de apoio, que 58% dos utentes inquiridos referiram que não têm hipótese da família lhes prestar o apoio social que necessitam e que caso lhes seja aplicado, por exemplo, o pagamento de mais 100€ mensais, 29,6% diz desistir de utente e que 87,8% dos associados inquiridos considera vir a recorrer aos serviços das instituições locais, afirmando 51,5% que a família não terá condições de lhes dar apoio quando vierem a necessitar, tendo ainda presente o entendimento das autoridades locais a este respeito, anteriormente referido, vemos reforçada a relevância das instituições no concelho, pela importância do apoio social que asseguram e ao mesmo tempo pelo emprego que criam e pelos reflexos da sua acção na promoção da economia local, sendo naturalmente um factor de sustentabilidade.

4. Conclusões

De acordo com a pesquisa e análise desenvolvida identificámos um grande número de factores de sustentabilidade, muitos deles transversais a diferentes domínios de sustentabilidade, apresentando-se no entanto os que consideramos mais relevantes.

No domínio social

- **Necessidade de apoio social;**
- **Adequação das mensalidades aplicadas à capacidade financeira dos idosos;**
- **Procura dos serviços das instituições;**
- **Participação da sociedade civil;**
- **Longevidade e interesse dos associados;**
- **Adequação dos serviços às necessidades;**
- **Satisfação geral dos utentes ao nível da saúde e bem-estar, descanso durante a noite, alimentação, autonomia, conhecimento e informação, higiene e vontade de participar em actividades diárias e de interagir com outros;**
- **Satisfação dos utentes quanto à qualidade e funcionamento dos serviços;**
- **Privacidade dos utentes;**
- **Humanização;**
- **Criação de emprego local;**
- **Geração de recursos;**
- **Pensamento e desenvolvimento estratégico;**
- **Capacitação das instituições;**

- **Estrutura organizacional e modelo de funcionamento adequados à dimensão das instituições determinados em função das singularidades de cada instituição;**
- **Relevância das instituições.**

No domínio cultural

- **Respeito pelos interesses e desejos pessoais dos utentes;**
- **Respeito pela liberdade religiosa dos utentes;**
- **Respeito pelos valores individuais e hábitos de leitura dos utentes;**
- **Respeito pela maneira de comer e vestir dos utentes;**
- **Garantia da sobrevivência da memória e do património dos utentes;**
- **Pensamento e desenvolvimento estratégico.**

Os factores de sustentabilidade na dimensão cultural que identificámos, pelo sentimento positivo que gerem, apresentam-se como um corolário (Sachs, 2009:71) do nível de sustentabilidade social atingido pela actuação das instituições locais, daí que o facto das instituições desenvolverem a sua acção com a preocupação permanente de disponibilizarem serviços e respostas adequados às necessidades da população idosa, mas numa linha de "(…) equilíbrio entre respeito à tradição e inovação"(Sachs, 2009:85) e respeitando os indivíduos e demais entidades locais (Carmo, 2011:214), é um sinal do impacto social da sua acção.

Por conseguinte, a investigação permitiu conhecer que entre os factores sociais, a necessidade de apoio, a adequação das mensalidades aplicadas à capacidade financeira dos idosos, a procura dos serviços das instituições, a participação da sociedade civil, a adequação dos serviços às necessidades, a criação de emprego local, a geração de recursos, o pensamento e desenvolvimento estratégico e a capacitação das instituições têm maior preponderância, devido à interligação e dependência existente entre si, espelhando os elementos fundamentais para a recuperação da cidadania da pessoa humana e garantia do bem-estar da população idosa, dando mostras também de estarem relacionados com outros factores do domínio económico e financeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, B. & Melo, E. (2000). "Atenção para o terceiro: a necessidade de se formar administradores com conhecimento sobre o terceiro setor (CD-ROM)", *in Encontro nacional de avaliação de cursos de graduação em administração*. Salvador. Anais. Bahia. Angrad

AMUNEGA, Anisa; Osanmor, Sandra & Kurfi, Abubakar (2012). "Board governance development for civil society organizations: A strategy for systems strengthening and sustainability. PLAN - Health project, Management Sciences for Health, Abuja, Nigeria". *The Business & Management Review,* Vol.2, Number 2, July 2012

ARMANI, D. (2001). "O desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das ONG no Brasil." *In* Câmara, C. (org.). *Aids e sustentabilidade: sobre as ações das organizações da sociedade civil.* Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em www.aids.gov.br – acedido em 04-08-2014

BARONI, Margaret (1992). "Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável". *Revista de Administração de Empresas*. S. Paulo, 32 (2): 14-24, Abril/Junho

BARROS, José (org.) *et al.* (2008). *Diversidade Cultural - da Proteção à Promoção*. Belo Horizonte: Autêntica editora

BELLEN, Hans Michael Van (2002). "Indicadores de sustentabilidade - uma análise comparativa. Brasil: Universidade Federal de Santa Catarina". Tese para obtenção do título de doutor em Engenharia de Produção

CARMO, Hermano (2011). *Teoria da Política Social (Um Olhar da Ciência Política).* Lisboa: ISCSP

CORAL, Eliza (2002). "Modelo de Planejamento Estratégico para a Sustentabilidade Empresarial". Tese de Doutoramento em Engenharia de Produção. Brasil: Universidade Federal de Stª Catarina

CRUTCHFIELD, Leslie, R. & Grant, H.M. ([1]2011). *Forces for Good. The Six Practices of High-Impact Nonprofits*, Jossey-Bass

FALCONER, Andrés (1999). A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. Programa de pós-graduação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de S. Paulo. S. Paulo

FOLADORI, Guillermo (2002). "Avanços e limites da sustentabilidade social." *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 102, Janeiro/Junho, 103-113. Curitiba

GOLDSMITH, E.; Allen, R. *et al.* (1972). *Blueprint for Survival*. Boston: Penguin, Harmondsworth & Houghton Mifflin

HESPANHA, P., Monteiro, Alcina, *et al.* (2000). *Entre o Estado e o Mercado. As Fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal.* Coimbra: Quarteto editora

HUDSON, Mike (1999). *Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrarsem receita*. S. Paulo: Makron Books

JÚNIOR, Maiso (2010). *Sustentabilidade das organizações sem fins lucrativos*. Fortaleza: Premius editora

KISIL, Marcos (2005). *Considerações sobre a eficiência, eficácia e sustentabilidade das organizações da sociedade civil*. S. Paulo: Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

MCKINSEY & Company (2001). *Empreendimentos sociais sustentáveis – como elaborar planos de negócios para organizações sociais*. S. Paulo: Petropolis

MPOFU, Phillip (2012). "Cultural Capital and the Sustainability of NGOs' Development. Programs in Zimbabwe: An Integrative Approach." *Journal of Sustainable Development.* Vol. 5, N. 10. Canadian Center of Science and Education

NETO, Francisco, Melo & FROES, César (2001). *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro – da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social*. Rio de Janeiro: Qualitymark

NETO, Francisco, Melo & FROES, César (2002). *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável.* Rio de Janeiro: Qualitymark

OKORLEY, Ernest & Nkrumah (2012). "Organisational factors influencing sustainability of local non-governmental organizations - lessons from a Ghanaian context." *International Journal of Social Economics*. Vol. 39. N.5. Emerald Group Publishing Limited

OMURA, Teruyo & Forster, John (2014). "Competition for donations and the sustainability of not-for-profit organizations". *Humanomics*. Vol. 30, N. 3, Emerald Group Publishing Limited

PRUGSAMATZ, Raphaella (2010). "Factors that influence organization learning sustainability in non-profit organizations. Human Resources and Social Development Program." *The Learning Organization*. Vol. 17, N. 3, Emerald Group Publishing Limited

RIBAS, Fábio (2005). "Terceiro setor, responsabilidade social e voluntariado. Entrevista Cairo, Nanci e Mendes Karia". *Revista Psicologia Argumento*. Vol. 23, Brasil: Curitiba

SACHS, Ignacy (2009). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: editora Garamond

SILVA, Liliana (2011). Sustentabilidade na cultura: da diversidade cultural à sustentação financeira. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em www.casaruibarbosa.gov.br.

TENÓRIO, F. (1997). *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas

TENÓRIO, F. (1999). "Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado". *Revista da Administração Pública*. Rio de Janeiro. Vol. 33, nº 5. Pp. 85-102

WCED – World Commission on Environment and Development (1987). *Our Common Future.* Oxford and New York: Oxford University Press

RESUMO

Este artigo tem por base uma pesquisa, cujo objectivo era conhecer e sistematizar os factores que condicionam a sustentabilidade social e cultural das instituições de apoio a pessoas idosas e a perspectiva dos seus dirigentes e entidades locais. Foi usada uma metodologia mista, tendo sido aplicados dois questionários, um a 97 associados de instituições para pessoas idosas; outro a 138 utentes dessas instituições e entrevistados os seus dirigentes e autoridades locais. A pesquisa demonstrou que existe um conjunto alargado de factores de sustentabilidade nos domínios social e cultural, sendo os principais os seguintes: necessidades de apoio social; adequação dos serviços às necessidades; participação da sociedade civil; capacitação das instituições; satisfação geral dos utentes; relevância das instituições; garantia do respeito pela diferença cultural.

PALAVRAS-CHAVE

Instituições; Apoio a idosos; Factores de sustentabilidade.

ABSTRACT

This article is based on a research whose aim is to discover and systematize the factors that condition the social and cultural sustainability factors of support institutions for elderly people and the perspective of the institutions' managers and local bodies. This is a mixed method of research, which used two questionnaires, one for 97 members of institutions for elderly people and another for 138 users of those institutions, and interviews with the institutions' managers and local authorities. The research demonstrated that there is a wide range of sustainability factors in the social and cultural domain, the most relevant of which are as follows: social support needs; adaptation of services to needs; participation by civil society; empowerment of institutions; overall user satisfaction; prominence of the institutions; guarantee of respect for cultural differences.

KEYWORDS

Support institutions; elderly people; sustainability factors

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o projecto do chamado Acordo Ortográfico.

FACTORES DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO A PESSOAS IDOSAS EM PORTUGAL:

ESTUDO NUM MUNICÍPIO RURAL

JOÃO GONÇALVES

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

1. Introdução

Sendo reconhecido pela sociedade e pelo Estado[1] a importância e o papel fundamental que desempenham as instituições de solidariedade social, designadas IPSS, no apoio às pessoas em maior estado de necessidade, designadamente à população idosa, considera-se fundamental, para além da sustentabilidade da acção desenvolvida pelas instituições na melhoria da qualidade de vida das pessoas, a geração de recursos por parte destas entidades de forma continuada e a utilização adequada dos mesmos sem comprometer as gerações futuras na satisfação das suas próprias necessidades.

Ao mesmo tempo, o crescimento do nível de envelhecimento da população, as situações de baixos recursos, os estados de dependência, o isolamento e a insuficiência e inexistência de apoio familiar, despertam para a relevância da sustentabilidade das instituições de apoio social no exercício da sua acção.

Na tentativa de alargarmos o espectro do conhecimento no domínio dos factores de sustentabilidade das instituições de solidariedade social, a nossa pergunta de investigação no âmbito deste artigo é a seguinte: quais os factores que condicionam a

---

NOTA BIOGRÁFICA DO AUTOR - João Gonçalves é professor auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Doutorado em Ciências Sociais na especialidade de Política Social pela Universidade de Lisboa. Tem como principais áreas de investigação, o desenvolvimento e coesão social, a adequação e modernização da protecção social, a gestão das políticas sociais, a economia social e o desenvolvimento sustentável. No sector público tem trabalhado no domínio das políticas de protecção social, fundamentalmente no desenvolvimento de estudos e análises e ao nível da concepção, acompanhamento e avaliação de medidas e programas no desempenho de funções técnicas superiores e de coordenação e direcção intermédia e, por inerência, em diferentes comissões e representações de âmbito nacional e internacional. Tem participado ainda, como voluntário, em acções e actividades de desenvolvimento social local de base comunitária. Foi docente no Instituto Superior Politécnico Internacional e membro do Centro de Estudos de Investigação em Segurança Social daquele instituto.

[1] Lei nº4/2007, de 16 de Janeiro – Bases Gerais do Sistema de Segurança Social

sustentabilidade económica e financeira das instituições de apoio social à população idosa em Portugal?

2. Metodologia

A pesquisa foi delimitada a um concelho do interior do país, com um nível de envelhecimento muito elevado, sendo a indústria o principal sector de actividade económica, embora a agricultura ainda tenha um peso significativo na vida dos residentes[2]. O tecido empresarial é ainda pouco expressivo[3], sentindo, naturalmente, os efeitos da crise económica nacional. As instituições de solidariedade social e os serviços autárquicos apresentam-se ao mesmo tempo como um dos principais empregadores[4], criam emprego, geram rendimentos, dinamizam o comércio e valorizam a economia local. Os rendimentos médios da maioria da população são baixos, principalmente da população idosa pensionista[5].

A pesquisa abrangeu as instituições de solidariedade social do concelho e assentou na aplicação de dois questionários, um aos utentes e outro aos associados, aplicados na situação de entrevista. Participaram 138 utentes das respostas sociais em funcionamento (estrutura residencial para pessoas idosas, centro de dia e serviço de apoio domiciliário) e 97 associados das instituições. Foram ainda entrevistados os dirigentes das instituições do concelho e duas autoridades públicas locais.

3. Principais resultados

A apresentação dos resultados foi estruturada com base em 3 critérios teóricos de sustentabilidade e nos fundamentos para a sua formulação referidos na literatura – captação de recursos, transparência e estrutura organizacional (Júnior, 2010, p. 138; WCED, 1987, p. 57; Mello, 1999; Sachs, 2009, p. 71; Falconer, 1999, pp. 16-18; Landim, 2002; Armani, 2001; Freitas, 2004, p. 79; Coral, 2002:82; Bezerra & Araújo, 2004:806; Yoffe, 2004; Salamon, 2005), acrescentando o autor o funcionamento na estrutura organizacional.

---

[2] Informação disponível em PORDATA, em www.pordata.pt – acedido em 28-11-2015

[4] Informação obtida por inquirição directa às respectivas entidades

Observando-se outros critérios teóricos de sustentabilidade, muitos deles interligados ou transversais aos domínios social, cultural e económico e financeiro, consideramo-los com maior enquadramento e preponderância ao nível dos domínios social e cultural da sustentabilidade (GONÇALVES, 2016).

Captação de recursos

Sendo a captação de recursos fundamental para a sustentabilidade das instituições, quer do ponto de vista da qualidade e da adequação dos serviços prestados, quer em termos do progresso e viabilidade das próprias instituições, constatámos que cerca de 50% dos utentes, no conjunto de todas as respostas, já paga na ordem dos 90% do valor da sua pensão, o que à partida inviabiliza qualquer reforço dos recursos financeiros proveniente dos utentes. Por outro lado, os associados ainda não utilizadores dos serviços (utentes), boa parte em idade activa, parecem indiciar ter melhores condições financeiras para, no futuro, poderem suportar um maior esforço financeiro que lhes venha a ser exigido. No entanto, de acordo com as respostas dos associados às questões apresentadas sobre o valor que consideram justo para a frequência das respostas sociais, o valor modal incide nos escalões 400 a 499€ e 500 a 599€ para a frequência de lar de idosos, recaindo aquele valor no escalão 200 a 249€ para a resposta centro de dia e no escalão até 200€ para a utilização do serviço de apoio domiciliário.

Estes resultados mostram a impossibilidade de autofinanciamento a partir dos próprios utentes.

As próprias instituições consideram que não é possível exigir mais às famílias, reconhecendo-se a necessidade de regeneração das fontes de financiamento, captando novos recursos, e actuando na comercialização de outros bens, mas, no contexto local "Não há grandes hipóteses… corria-se o risco de entrarmos em concorrência com o comércio local" e por cá "Tenta-se evitar a concorrência". Contudo, segundo o estudo desenvolvido por outros autores, no Gana, o desenvolvimento de *lobbying* no sentido de angariar fundos provenientes de entidades locais constitui-se como uma entre outras medidas de sustentabilidade (Okorley & Nkrumah, 2012, p. 330), mas como se observou na nossa investigação, no caso vertente, devido a um conjunto de aspectos particulares do contexto onde estão inseridas as instituições, parece-nos não ser promissor tal desafio.

Segundo uma autoridade local as instituições locais devem "alargar o âmbito dos serviços de apoio domiciliário com mais serviços a disponibilizar e, no que respeita aos lares, abrir o acesso a utentes de outras regiões do país e promover a oferta a outra

população com maior capacidade financeira (…)", como medida para potenciar a obtenção de recursos financeiros. No entanto, como se constatou da aplicação dos inquéritos, os utentes consideram os serviços prestados suficientes, embora tenham referido outros como interessantes, não os consideram prioritários, daí não ser linear que o aumento da diversificação da oferta de serviços seja acompanhado por um crescimento do nível de procura que sustente o investimento. Mesmo a abertura do acesso às estruturas residenciais a pessoas de outras regiões do país, parecendo uma boa prática, não se afigura no imediato geradora de resultados a este nível, uma vez que, como observámos na nossa investigação, as taxas de utilização destes equipamentos ao nível nacional têm baixado significativamente pelo efeito combinado do aumento da oferta e da crise económica com que se têm confrontado as famílias. Isto significa que em boa parte do país existem lugares disponíveis em estruturas residenciais para pessoas idosas, sendo natural, até por questões culturais e de interesse familiar, que os eventuais interessados em caso de necessidade de apoio social optem por serviços localizados na sua área de residência, razões que, em boa verdade, podem condicionar os resultados esperados da iniciativa da abertura do acesso a utentes de outras regiões, embora à partida consideremos uma boa iniciativa a tentar explorar.

Transparência

É nosso entendimento que a transparência credibiliza as instituições e os seus orgãos, estimula a participação e o envolvimento de todos, potencia os resultados e promove a captação de apoios, pressupondo a acessibilidade a toda a informação referente à vida das organizações, desde a prestação de contas à forma como são utilizados os recursos e o conhecimento da própria estratégia de desenvolvimento, por parte dos interessados – os *stakeholders.*

Neste entendimento perfilham-se vários autores - segundo Freitas, a promoção de acções que fomentem a transparência e a prestação de contas[6], o que reforça a credibilidade das instituições criando melhor aceitação e participação de todos (Freitas, 2004, p. 79); outros consideram a transparência como uma das principais necessidades de desenvolvimento na gestão das organizações sem fins lucrativos (Falconer, 1999, pp. 16-

---

[6] Prestação de contas "significa que as organizações do terceiro sector devem demonstrar regularmente a forma como usam os recursos e que, simultaneamente, quem as governa não usa privilégios especiais para prosseguir fins contrários à sua missão organizacional" (Azevedo, 2013, p. 25).

18), sendo um "Veículo de criação de confiança e de valor para todos os *stakeholders*" (Azevedo, 2013, p. 60).

Também no âmbito de um estudo desenvolvido no Gana, concluiu-se que as ONGs devem adoptar práticas de transparência e responsabilização das suas acções e programas como impulso para a sustentabilidade das entidades locais (Okorley & Nkrumah, 2012, p. 330).

Neste domínio, na nossa investigação, os responsáveis das instituições transmitiram-nos que têm consciência da importância destes supostos e que as instituições satisfazem e cumprem todas as normas e procedimentos instituidos. "Há transparência. Não há segredos. Há até um boletim informativo". "Há essa preocupação. As contas são apresentadas e entregues".

Também no entendimento das instituições "A credibilidade está assegurada. Temos uma boa imagem". "A instituição tem excelente imagem. Nunca houve problemas". "Sim, há essa percepção".

De qualquer modo as instituições estão obrigadas estatutariamente à apresentação anual do Orçamento, do Plano de Acção e da Conta de Gerência de cada exercício, em assembleia geral de associados, sendo competência deste órgão, entre outros, a discussão e aprovação daqueles instrumentos, sendo posteriormente disponibilizados e submetidos aos serviços públicos competentes.

Mais recentemente foram introduzidas alterações no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social[7] que reflectem a preocupação pública na definição de novos procedimentos que apontam para uma maior divulgação daqueles instrumentos de gestão das instituições.[8]

Estrutura organizacional e funcionamento

A estrutura organizacional e o modelo de funcionamento das instituições estão directamente ligados com a assunção e desenvolvimento da profissionalização e da existência de orientação estratégica, na medida em que estes dois últimos elementos constituem-se como pedras basilares do ciclo de gestão das organizações e, como tal, influenciam, determinam e orientam a estrutura e o seu funcionamento.

---

[7] Alterações introduzidas à luz do princípio da transparência previsto na Lei de Bases da Economia Social – Lei nº. 30/2013, de 8 de Maio

[8] Decreto-Lei nº. 172-A/2014, de 14 de Novembro

Observou-se que a estrutura organizacional e o modelo de funcionamento são diferentes nas instituições do concelho tendo em conta as singularidades de cada uma. A primeira explicação que encontramos está no facto de se tratar de instituições de dimensão muito diferente umas das outras – por exemplo, do total de utentes nas instituições do concelho, 72,7% é utente de uma só instituição, 18,1% de outra e apenas 9,2% de uma outra instituição. Outra razão prender-se-á com os recursos envolvidos e pela maior ou menor disponibilidade e participação dos membros da direcção estatutária. Daí que a estrutura organizacional e o modelo de funcionamento que observámos, sejam nuns casos mais autocentrados na direcção estatutária do que em outros, em função das necessidades, resultando daqui ganhos de eficiência pela adequação da estrutura funcional à dimensão e meios da instituição, celeridade na tomada de decisão e menor dispêndio de recursos financeiros com a contratação de dirigentes intermédios ou executivos remunerados.

Por conseguinte, parece-nos aceitável que a estrutura organizacional de qualquer organização sem fins lucrativos[9] e o seu modelo de funcionamento se ajuste à dimensão das respectivas organizações, quer pelos recursos que envolve, quer pela maior ou menor disponibilidade e participação dos seus membros.

Também as disposições normativas com a definição de competências próprias para as estruturas técnicas, particularmente a direcção técnica, podem gerar algum *desconforto* entre aqueles colaboradores e a direcção estatutária, uma vez que nas instituições de menor dimensão e/ou com maior disponibilidade e capacitação dos membros da direcção estatutária, estes tendem a exercer directamente as funções de comando operacional. Em nosso entender, esta observação poderá explicar a posição dos responsáveis das instituições quanto à discordância da definição de funções prevista em alguns normativos (Gonçalves, 2016). Por conseguinte, esta desconformidade pode reflectir-se no clima organizacional. Na verdade, as equipas técnicas e/ou os técnicos que compõem as direcções técnicas são trabalhadores subordinados, em regime de trabalho por conta de outrem que dependem normalmente (hierarquicamente) da direcção estatutária.

---

[9] Nos termos do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, compete às instituições definirem a sua organização interna respeitando a legislação aplicável – Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro – artº. 3º, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de Novembro.

Ainda, numa apreciação mais lata da adequação das normas de funcionamento, as instituições também consideram que "Há exigências que são irrealizáveis e são exageradas". O "Exagero de normativos e rigidez das normas, criam dificuldades para as instituições cumprirem e por consequência aumenta os custos às famílias".

Também uma autoridade local considerou que "O Estado (…) [possui] um papel exigente na actuação das IPSS, no seu desempenho, na sua organização e no cumprimento dos normativos legais", o que em boa parte valida a opinião das instituições neste domínio.

Também ao nível da gestão, segundo as instituições, "há bom senso (…)" na tomada de decisão quanto a endividamento "e os resultados são positivos".

De qualquer modo, atendendo ao nosso propósito no âmbito desta pesquisa, pelas práticas transmitidas, a estrutura organizacional e o modelo de funcionamento destas instituições parecem-nos ajustados aos requisitos da gestão e aos desafios da sustentabilidade.

4. Conclusões

De acordo com a pesquisa e análise desenvolvida identificámos um grande número de factores de sustentabilidade, muitos deles transversais a diferentes domínios de sustentabilidade, apresentando-se, no entanto, os que consideramos mais relevantes.

No domínio económico e financeiro

- **Comparticipação financeira do Estado – regime de cooperação;**
- **Apoio da autarquia;**
- **Comparticipação financeira dos utentes;**
- **Quotizações dos associados;**
- **Abertura a outros públicos com maior capacidade financeira;**
- **Pensamento e desenvolvimento estratégico;**
- **Estrutura organizacional e modelo de funcionamento ajustado à dimensão das instituições;**
- **Transparência;**
- **Prudência no endividamento.**

Da conjugação das evidências demonstradas na análise que aqui desenvolvemos com observações obtidas na análise desencadeada à luz de outros critérios de

sustentabilidade do domínio social – interacção com a sociedade e com o Estado, orientação estratégica, profissionalização e capacitação das instituições (Gonçalves, 2016) identificaram-se ainda factores de carácter organizacional, que importa relevar, e que enquanto uns representam um impulso à sustentabilidade das instituições e à sua acção, outros, parecem indiciar um obstáculo a esse nível, os quais agrupamos em dois tipos – vantagens e ameaças.

Vantagens

- **Estrutura organizacional e modelo de funcionamento ajustado à dimensão das instituições e à capacitação da direcção estatutária;**
- **Estrutura organizacional reflecte o pensamento, a orientação estratégica e o nível de profissionalização prosseguido pelas instituições;**
- **Profissionalização ajustada às necessidades;**

Ameaças

- **Excessivo volume de normas, procedimentos e exigências de funcionamento**
- **Algumas disposições legais exageradas e irrealizáveis, com eficácia e razoabilidade discutíveis e inertes à sustentabilidade;**
- **Rigidez das normas, escassez de apoio técnico e sobrecarga de exigências e fiscalização;**
- **Carreiras profissionais/categorias profissionais e descrição de funções previstas nos normativos geradoras de entropias à gestão das instituições.**

Por conseguinte, no âmbito do trabalho já referido sobre factores de sustentabilidade social e cultural das instituições de apoio a pessoas idosas, concluiu-se que entre os factores sociais identificados, há uns que têm maior preponderância em função da interligação e dependência entre si, dando sinais também de estarem relacionados com outros factores do domínio económico e financeiro (Gonçalves, 2016) – designadamente a comparticipação financeira do Estado, apoio da autarquia, comparticipação financeira dos utentes, quotização dos associados, pensamento e

desenvolvimento estratégico, a transparência e a prudência no endividamento. Ora, estes factores de cariz económico e financeiro são considerados basilares para o nível de impacto da sustentabilidade social da população idosa mais carenciada, supondo-se ainda que o sentimento positivo criado pelos aspectos de índole cultural também podem influenciar, nomeadamente a comparticipação financeira dos utentes e dos associados, apresentando-se o pensamento e desenvolvimento estratégico, apesar das suas particularidades, um factor de natureza transversal aos domínios da sustentabilidade e aos aspectos de carácter organizacional das instituições de apoio a idosos consideradas nesta pesquisa, que marca indubitavelmente a sua linha de actuação e consequentemente a sustentabilidade da sua acção.

Ainda assim, apesar do número alargado de factores de sustentabilidade identificados, ficamos com a percepção que pode estar em risco a sustentabilidade das instituições e da sua acção caso seja reduzido o nível da comparticipação pública aplicável no domínio do regime de cooperação, principalmente no tocante a instituições inseridas em territórios envelhecidos e economicamente debilitados devido aos baixos rendimentos dos utentes e suas famílias, à impossibilidade de regeneração de outras fontes de financiamento, ao contexto territorial de implantação das instituições, à economia local, e aos custos técnicos das respostas sociais, sendo no entanto importante que as instituições no prosseguimento da sua acção tenham em conta o reforço da formação profissional, a promoção do voluntariado, a preservação ambiental, a dinamização de parcerias, a exploração de outras fontes de financiamento, o alargamento do número de lugares com acordo, a necessidade de condicionamento da capacidade (número de novos lugares) das respostas sociais às necessidades e dinâmica da procura, sugerindo-se que numa eventual alteração da lógica de financiamento (comparticipação financeira pública por utente), sejam consideradas as especificidades locais, assentando a definição e atribuição da comparticipação pública em critérios de responsabilidade, equidade, diferenciação positiva e justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMANI, D. (2001). "O desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das ONG no Brasil." *In* Câmara, C. (org.). *Aids e sustentabilidade: sobre as ações das organizações da sociedade civil*. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em www.aids.gov.br – acedido em 04-08-2014

AZEVEDO, Carlos (2013). *Manual de Governo – o Desafio da liderança nas organizações do terceiro setor em Portugal*. Porto: Positivagenda - edições periódicas e multimédia, Ldª.

BEZERRA, Jacyra e Araújo, Maria (2004). "Planejamento estratégico em ONGs e sustentabilidade económico-financeira: o caso da Casa de Passagem". *Revista da Administração Pública*. Rio de Janeiro. Setembro/Outubro. pp. 799-816.

CORAL, Eliza (2002). *Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial*. Tese de doutoramento em engenharia de produção. Brasil: Universidade Federal de Stª Catarina.

FALCONER, Andrés (1999). *A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. Programa de pós-graduação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de S. Paulo. S. Paulo.

FREITAS, Karen (2004). "A captação de recursos orientada para a sustentabilidade financeira das ONG/Aids". *In Sustentabilidade: aids e sociedade civil em debate*. Brasília: Ministério da Saúde.

GONÇALVES, J. (2016). "Factores de sustentabilidade social e cultural das instituições de apoio a pessoas idosas em Portugal: Estudo num município rural". *In Gaudium Sciendi*, nº 11, Janeiro 2017.

JÚNIOR, Maiso (2010). *Sustentabilidade das organizações sem fins lucrativos*. Fortaleza: Premius Editora

LANDIM, L. (2002). "É o momento de pensar na desconstrução do nome ONG." In Rede de Informações para o Terceiro Setor – RITS. *Revista do Terceiro Setor*.

Disponível em: http://www.rits.org.br

MELLO, Reynaldo (1999). *Em busca da sustentabilidade da organização antroposocial através da reciclagem e do conceito de auto-eco-organização*. Dissertação. Curitiba: UFPR

OKORLEY, Ernest et Nkrumah (2012). "Organisational Factors influencing Sustainability of Local non-governmental Organizations - Lessons from a Ghanaian Context." *International Journal of Social Economics.* Vol. 39. N.5. Emerald Group Publishing Limited

SACHS, Ignacy (2009). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável.* Rio de Janeiro: Editora Garamond

SALAMON, Lester (2005). "Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor". In *Terceiro setor: Desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

WCED – (1987) "World Commission on Environment and Development". *Our commom future.* Oxford and New York: Oxford University Press

YOFFE, Daniel (2004). "Captação de Recursos no Campo Social". *In* Voltolini, R. (Org.), *Terceiro Setor: planejamento e gestão*. S. Paulo: Senac

RESUMO

Pretende-se com este artigo conhecer e sistematizar os factores que condicionam a sustentabilidade económica e financeira das instituições de apoio a pessoas idosas e o ponto de vista dos seus dirigentes e entidades locais. A metodologia utilizada assentou na aplicação de dois questionários, um a 97 associados de instituições para pessoas idosas, outro a 138 utentes dessas instituições e entrevistados os seus dirigentes e autoridades locais. No trabalho desenvolvido constatou-se que existe um conjunto alargado de factores de sustentabilidade no domínio económico e financeiro, ressaltando os seguintes: 1) comparticipação financeira do Estado; 2) comparticipação financeira dos utentes; 3) quotização dos associados; 4) abertura a outros públicos com maior capacidade financeira; 5) organização e gestão das instituições; 6) prudência no endividamento.

Palavras-Chave

Instituições apoio idosos; Factores sustentabilidade

ABSTRACT

This article aims to discover and systematise the factors that condition the economic and financial sustainability factors of support institutions for elderly people and the point of view of the institutions' managers and local bodies. This method used was based on two questionnaires, one for 97 members of institutions for elderly people and another for 138 users of those institutions, and interviews with the institutions' managers and local authorities. The work carried out revealed that there is a wide range of sustainability factors in the economic and financial domain, with emphasis on the following: 1) the state's financial contribution; 2) the users' financial contribution; 3) members' payments; 4) openness to other groups with greater financial capacity; 5) organisation and management of institutions; 6) caution regarding indebtedness.

Keywords

Support institutions for elderly people; Sustainability factors.

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o projecto do chamado Acordo Ortográfico.

HITLER'S ACTION AS ANTICIPATED BY CHURCHILL

AMÉRICO PEREIRA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

When one opens the book *Mein Kampf*, published by the Zentralverlag of the NSDAP, München, in the year 1935, one discovers that the publishing rights date from 1925, the first volume, and from 1927, the second volume. This 1935 edition reaches the expressive number of 2.050.000 copies issued. Hitler's ideas expressed in this work were public since 1925, and, ten years later, they were immensely publicised. Great part of the German people had bought the book and had read it. Many other persons all over the world had done the same. No one believes that foreign Governments, mainly Foreign Affairs Ministries and foreign Intelligence Services did not do the same.

At the end of the thirties, all those who had the obligation to know what the political thoughts of the rising dictator were, did indeed have all the instruments adequate to possessing such knowledge. Short of the utmost political stupidity or negligent incompetence, all the world Chancelleries knew what the German *Führer* had written and what he had affirmed he was going to do. No one of the fore mentioned could honestly claim surprise when Hitler decided to put his show on the road and started to make real the actions he had devised as necessary to obtain the triumph of his cause, the cause of the New Reich, the "Thousand Years Reich", master of the world, ruler of its destiny, the godlike new cosmic power to which all had to be submitted.

Immediately after reaching power in the form of Germany´s new Chancellor, at the end of January 1933, Hitler started to remodel, to literally re-form not only the German

---

NOTA BIOGRÁFICA DO AUTOR - Américo José Pinheira Pereira obteve o grau de Mestre em Filosofia e o grau de Doutor em Filosofia, pela Universidade Católica Portuguesa, com a classificação de *Magna cum Laude*. Tem várias dezenas de publicações científicas em Ontologia, Ética, Pensamento Português, Epistemologia, Filosofia da Religião, Filosofia Antiga e Filosofia Política, tendo leccionado nas mesmas áreas. É investigador do CEFi, Centro de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), responsável científico por linha de investigação e por projecto de investigação e membro da Direcção do mesmo Centro, sendo também Coordenador da Área Científica de Filosofia da Faculdade de Ciências Humanas.

world but the world as a whole. The program designed as the fundamental axis for that reform was the one conceived at the time of Hitler's imprisonment at Landsberg, a program that constitutes the political juice of the work.

Available for the world to read, few did read it, at least with the political attention it deserved. Among these, and fortunately for humankind, one finds the ever attentive and ever politically rogue Winston Leonard Spencer Churchill. Within the period of his life when nothing of political relevance seemed to have gone his way, generally forgotten and drowned in controversial matters, such as the possible independence of India and the succession of sovereignty due to the personal problems and options of the British Monarch, the old and battered cavalry officer never stopped attentively watching the activities of the "German Corporal" now at the head of the German State.

It was based on this attentive observation that Churchill began to alert both people in high office and the general public in relation to the ominous peril Hitler and his ideas, and ever increasing action, represented. With the help of very well informed friends with access to classified trustworthy data – mainly Ralph Wigram[2] – on which his speeches to the House of Commons were built, slowly forming a foothold on which to begin changing the general attitude of indifference and compromise towards the dictator.

Churchill perceived that in *Mein Kampf* resided the manual for Hitler's future actions, that the then want-to-be dictator meant everything that he had written in the book, that, therefore, what it contained was to be taken seriously: Hitler was no jester, he was a well-determined political leader, with new and very dangerous political ideas, that were of a fanatical kind, of a kind that mixed *twisted* psychology, strong political ideology and commitment, and a perverse anthropological and religious-theological stance. Churchill understood that Hitler's future action was going to be "by the book".

If well understood, this avalanche of actual thought and promised action announced a forthcoming new general war. The event was nearly certain, only the date was subject for conjecture. From this consciousness sprang Churchill's crusade for the rapid preparation of the British Empire and the Western Powers, mainly France and her satellites. When he was finally heard with the attention he deserved, it was already too late. When Hitler advanced for the final onslaught, the West was, but for Great Britain where Churchill's voice had finally promoted some minimal actions, swiftly and humiliatingly crushed.

---

[2] At the end of a brief but very important reference in his WWII memoirs, Churchill affirms regarding Ralph Wigram: "His untimely death in December 1936 was an irreparable loss to the Foreign Office, and played its part in the miserable decline of our fortunes." (Winston Spencer Churchill, *The Second World War. Volume I. The Gathering Storm*, New York: Houghton Mifflin Company, 1985, p. 178).

Churchill was a man who believed in Providence, especially in his relation to Providence and the destiny that the latter reserved for him. Ironically or providentially, on the day of Hitler's attack on Western Europe, May 10th 1940, Churchill received from King George the nomination as the new Prime Minister of England. This ironical or providential coincidence was the birth of Hitler's Nemesis.[3]

How did, Churchill then understand Hitler's thought and his intentions?

In his history of World War II, he very precisely summarizes what he calls "the granite pillars" of the Nazi Chancellor policy, of his action:

> **"The main thesis of *Mein Kampf* is simple. Man is a fighting animal; therefore the nation, being a community of fighters, is a fighting unit. Any living organism, which ceases to fight for its existence is doomed to extinction. A country or race, which ceases to fight is equally doomed. The fighting capacity of a race depends on its purity. Hence the need for ridding it of foreign defilements. The Jewish race, owing to its universality, is of necessity pacifist and internationalist. Pacifism is the deadliest sin, for it means the surrender of the race in the fight for existence. The first duty of every country is therefore to nationalise the masses. Intelligence in the case of the individual is not of first importance; will and determination are the prime qualities. The individual who is born to command is more valuable than the countless thousands of subordinate natures. Only brute force can ensure the survival of the race; hence the necessity for military forms. The race must fight; a race that rests must rust and perish. Had the German race been united in good time it would have been already master of the globe. The new Reich must gather within its fold all the scattered German elements in Europe. A race, which has suffered defeat, can be rescued by restoring its self-confidence. Above all things the Army must be taught to believe in its own invincibility. To**

---

[3] Nothing can express better the situation and what the now British Prime Minister felt than his own words: "Thus, then, on the night of the 10th of May, at the outset of this mighty battle, I acquired the chief power in the State, which henceforth I wielded in ever-growing measure for five years and three months of world war, at the end of which time, all our enemies having surrendered unconditionally or being about to do so, I was immediately dismissed by the British electorate from all further conduct of their affairs. During these last crowded days of the political crisis my pulse had not quickened at any moment. I took it all as it came. But I cannot conceal from the reader of this truthful account that as I went to bed at about 3 a. m. I was conscious of a profound sense of relief. At last I had the authority to give directions over the whole scene. I felt as if I were walking with destiny, and that all my past life had been but a preparation for this our and for this trial. Ten years in the political wilderness had freed me from ordinary party antagonisms. My warnings over the last six years had been so numerous, so detailed, and were now so terribly vindicated, that no one could gainsay me. I could not be reproached either for making the war or with want of preparation for it. I thought I knew a good deal about it all, and I was sure I should not fail. Therefore, although impatient for the morning, I slept soundly and had no need for cheering dreams. Facts are better than dreams." (Winston Spencer Churchill, *The Second World War. Volume I. The Gathering Storm*, New York: Houghton Mifflin Company, 1985, p. 601)

> **restore the German nation the people must be convinced that the recovery of freedom by force of arms is possible. The aristocratic principle is fundamentally sound. Intellectualism is undesirable. The ultimate aim of education is to produce a German who can be converted with the minimum training into a soldier. The greatest upheavals in history would have been unthinkable had it not been for the driving force of fanatical and hysterical passions. Nothing could have been effected by the bourgeois virtues of peace and order. The world is now moving towards such an upheaval, and the new German State must see to it that the race is ready for the last and greatest decisions on this earth. Foreign policy may be unscrupulous. It is not the task of diplomacy to allow a nation to founder heroically, but rather to see that it can prosper and survive. England and Italy are the only two possible allies for Germany. No country will enter into an alliance with a cowardly pacifist State run by democrats and Marxists. So long as Germany does not fend for herself, nobody will fend for her. Her lost provinces cannot be regained by solemn appeals to Heaven or by pious hopes in the League of Nations, but only by force of arms. Germany must not repeat the mistake of fighting all her enemies at once. She must single out the most dangerous and attack him with all her forces. The world will only cease to be anti-German when Germany recovers equality of rights and resumes her place in the sun. There must be no sentimentality about Germany's foreign policy. To attack France for purely sentimental reasons would be foolish. What Germany needs is increase of territory in Europe. Germany's pre-war colonial policy was a mistake and should be abandoned. Germany must look for expansion to Russia, and especially to the Baltic States. No alliance with Russia can be tolerated. To wage war together with Russia against the West would be criminal, for the aim of the Soviets is the triumph of international Judaism. Such were the "granite pillars" of his policy".[4]**

This synthesis deserves a close, acute analysis of some of its points. Churchill understands that the main force of Hitler's thought and will resides in its simplicity: it is no sophisticated philosophical system, rather a unification of all possible human action through the application of one all binding idea, rather a postulate: the ontological condition of human beings as fighting animals. Having understood this, Churchill immediately knows that the leader of such an ensemble of beings will sooner or later put their ontological capacity, which is a matter or potency or power – the item at stake –, to work, will put it into action.

---

[4] Winston Spencer Churchill, *The Second World War*. Volume I. *The Gathering Storm*, New York: Houghton Mifflin Company, 1985, pp. 50-51.

Fighting animals are not destined to spend their time and lives in peace. Peace represents the demise of human fighting animals. Therefore, war would be inevitable should Hitler rise to power. As soon as the old Corporal rose to power, Churchill knew theoretically that Hitler would provoke a war. Only the concrete details that would fulfil all the crannies of History remained unknown. Thus, theoretically, Churchill was right as History itself proved.

Churchill also perceived that what Hitler had in mind was not an iteration of an old conception of mankind, but a new conception of nation, nationality and of the latter as an ontological natural fact. Thus, "the nation, being a community of fighters, is a fighting unit", a warlike and war bound thing, derived from the innate fighting ontological condition of human beings, always in need of corresponding in act to that condition, under pain of annihilation. Nations are born of war, forged in war, thrive only at and through war, excel by war, and consequently perish without war. All fighters who are intimately at heart warriors fade away when deprived of this natural fighting matrix.

Under a Darwinian like mode, Hitler thinks he knows that all individuals who do not fight are doomed and deserve to be doomed. The same applies to nations: "Any living organism which ceases to fight for its existence is doomed to extinction. A country or race which ceases to fight is equally doomed".

But what is a "nation", how is it defined, and what by is it defined? What imposes the limits that distinguish what is conform to the essence and substance of the nation? And what is the relation between this ontological definition and the ability to fight, both individually and collectively? Hitler's immensely consequential answer is: the purity of the "race" is that which constitutes the ontological core of the nation and, therefore, the purity of each of its individuals.

These pure individuals, racially pure individuals, are the Nazi version of what a person ought to be, of what a person really is. Outside the set of characteristics established by this ontological definition, there are no persons: it is this ontological theoretical thesis that which condemned to annihilation and enslavement many millions of what we consider persons, but Hitler considered no-persons or under-persons.

The consequences of Hitler's ontological redefinition of personhood did not have impact just on Jewish persons, but on all who were de-classified as *Untermenschen*: Jews, Gypsies, homosexual, non-Nazi Socialists, Communists, all kinds of people with disabilities.

All these beings, non-human, are no more than – Churchill understands perfectly what the substantial matter is – "foreign defilements". All that is not racially pure is "foreign" not in a political or geopolitical sense, but in an ontological sense: they are "foreign" in relation to the human species. The human species coincides now with the Arian race. There is no proper humanity outside it.

Thus, whenever these defiled foreign elements present themselves among the true human beings, one must get rid of them. The contact with such aliens ontologically soils the pure ones – hence the need for something as the "Nuremberg Laws", apex of human legal perversity, public for all the world to see, but having received no adequate response. The adequate response would have been the international overrun of the ones who dared to produce such an outrageous anti-human document. The lack of action in defence of the minimum human and humane decency at the beginning of the radicalization of the Nazi Regime ultimately provoked the world conflict: if it is a fighting unit – as a nation – that which advances such an initiative, one must expect that this move is a step climbed in the preparation of that for which a fighting unit is for. Churchill understood it and acted accordingly, first through the use of the word, then through the use of other adequate means.

Who did the anointed race elect as its main enemy, in accordance with the premises beforehand affirmed? "The Jewish race, owing to its universality, is of necessity pacifist and internationalist", therefore they embody all that denies the idea of a nation. Having lived in the form of a diaspora, the Jews, though claiming to be a nation, are everything but, for they represent the mixture of different origins and provenances that Hitler loathes. The way Churchill envisages the relationship between Hitler and the Jewish people does not base itself on psychological grounds, but on a very objective political soil: they are the paragon of what the mortal danger for the nation is as the little Corporal conceives it. Therefore, they must be destroyed. It is no psychology; it is the perverse rational thinking of a cold and ruthless warlord and "folklord": the supreme lord of the *Herrenfolk*, the lord of the people of lords.

The "international", whoever they are, are by definition, the ones outside the nation, therefore its enemies. All enemies must be either killed or reduced to slavery in the benefit of the world lords. The supreme benefit will occur when, no longer needed, the slaves have all perished.

Hitler's actions and the actions he obtained using the German People and other Peoples as his tools were all derived from the strategic guide lines so well understood by Churchill. Even when, as in the case of the most surprising alliance with the Soviet Union that opened the way for the Nazi overrun of Poland without the pending menace of a double battle front, West and East, the aim of the Reich Chancellor was to use the manifest weakness of the Soviet Union at his advantage, during the brief period necessary to stabilize overall military operations, knowing that the Pact with "Soviet Russia" was to be cast away as soon as it was no longer necessary because "Russia" was part of the new domains to be acquired and its inhabitants were part of the ones to be either destroyed or enslaved.

The theoretical doctrine that guided Hitler's actions was the same that guided Churchill's attentive scrutiny of the Chancellor's to be actions. It was all plain to see within a book many bought, many read, but seemingly not many understood. This lack of understanding came at a very high price. As always the price for stupidity is.

What is it that we read nowadays?

ABSTRACT

Having read Hitler's *Mein Kampf*, Churchill understood what he calls "the granite pillars" of the Nazi Leader's policy, thus knowing, step by step, what the Dictator wanted to do, was going to do. This allowed Churchill to start counter acting successfully Hitler's actions even before being the Prime Minister of Great Britain. Thus *Mein Kampf* became both Hitler's and Churchill's guide, leading them in quite opposite directions.

KEY WORDS

Churchill, Hitler, *Mein Kampf*

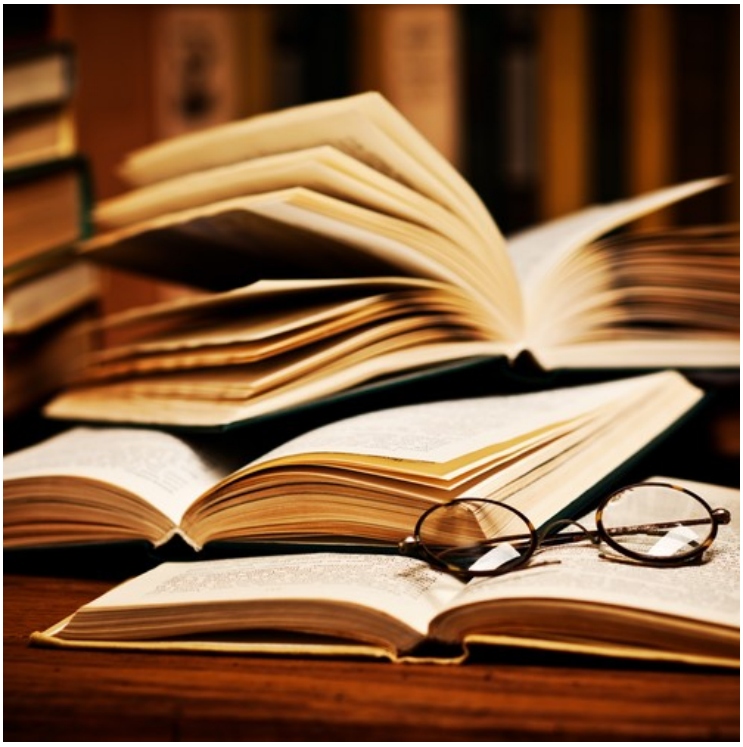
RESUMO

Ao ler a obra de Hitler intitulada *Mein Kampf,* Churchill compreendeu aquilo que designou como "os pilares de granito" da política do dirigente nazi, ficando a saber, passo a passo, aquilo que o Ditador ia fazer. Isto permitiu a Churchill começar a contra atacar com sucesso as acções de Hitler mesmo antes de ser Primeiro Ministro da Grã Bretanha. Deste modo, *Mein Kampf* tornou-se tanto o guia de Hitler como de Churchill, levando-os, contudo, em direcções opostas.

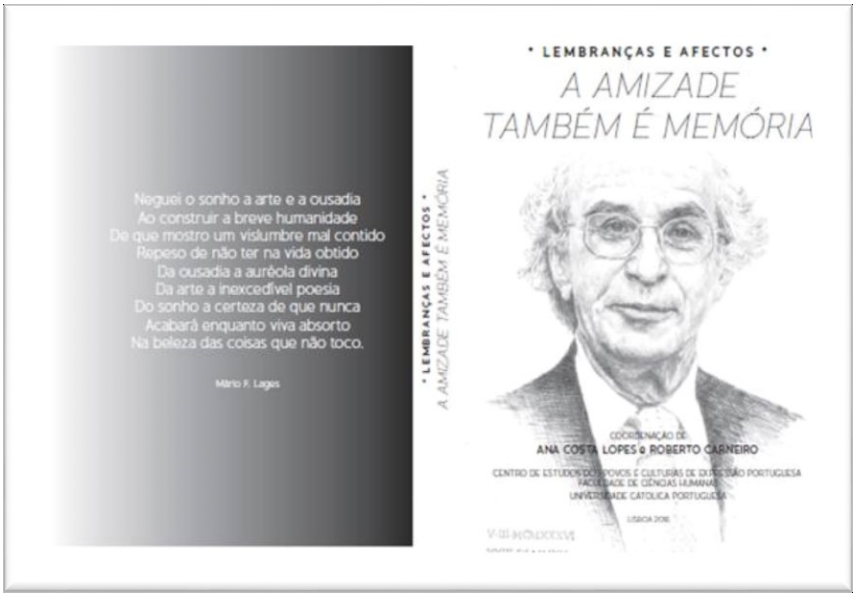
PALAVRAS-CHAVE

Churchill, Hitler, *Mein Kampf*

SUGESTÕES DE OBRAS PARA RECENSÃO CRÍTICA



Afim de motivar os nossos leitores a colaborarem na Gaudium Sciendi, incluímos de novo, neste número, algumas sugestões de obras que, devido ao seu excepcional conteúdo, nos pareceram susceptíveis de os interessar. Tal, porém, não significa que não continuemos a ter muito gosto em aceitar recensões críticas de publicações escolhidas pelos nossos colaboradores, como já sucedeu anteriormente.



Retrato a Carvão da Artista Plástica Maria Teresa Carneiro

Em Outubro de 2016, o CEPCEP e a FCH da Universidade Católica Portuguesa, deram à estampa um livro de Homenagem ao Professor Mário Lages, Lembranças e Afectos, A Amizade também é Memória, por sinal, a segunda realizada nesta instituição. Faz jus a um dos mais importantes Professores da Universidade Católica, a um dos que mais contribuiu para o nascimento e crescimento desta casa desde os seus primórdios até à sua jubilação.

A obra em questão contou com a participação de muitos colegas do meio académico, antigos alunos, confrades religiosos, Familiares e muitos outros Amigos e Amigas que o acompanharam pela vida fora, no Touro, em Lamego, em Roma, Paris e Lisboa, em Fátima…. Quiseram aqui deixar a sua homenagem.

Abre o livro com fotografias de obras artísticas de Amigos: dois quadros a óleo das pintoras Emília Matos Silva e Enid Simões Abreu; um desenho a carvão da artista plástica Teresa Carneiro, base de uma edição digital que é a capa deste livro e que pode ser vista na imagem acima; e ainda uma partitura do colega e Amigo Alfredo Teixeira.

Uma breve "Apresentação" dá conta deste projecto realçando os atributos intelectuais, académicos e humanos do homenageado à qual se acrescentou uma resumida "Nota Biográfica". Um texto do irmão retrata facetas invulgares do Professor, um homem do Renascimento – escultor, pintor, fotógrafo, músico, poeta - para além do brilhante escritor e ensaísta que todos conhecemos. Aspectos, aliás, amplamente documentados por outras pessoas ao longo das 328 páginas.

Da 3.ª à 6.ª partes podem ser lidos uma série de textos dos Amigos do Patriarcado, da Reitoria, da FCH e do CEPCEP: do Magno Chanceler da Universidade Católica, dos Reitores cessantes, do Presidente do CEPCEP, de outros membros de várias Direcções do CEPCEP e do Director da FCH da altura.

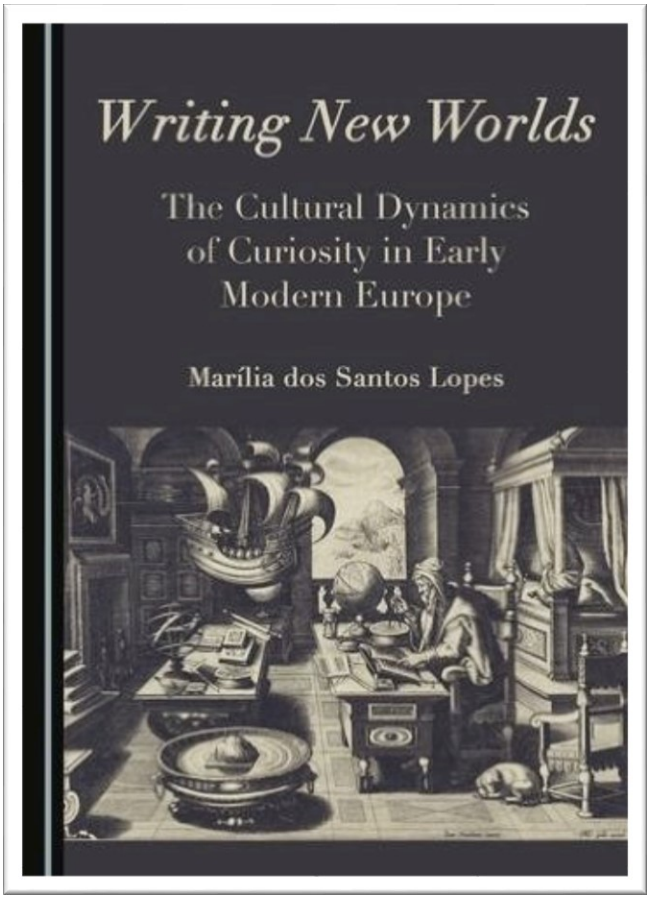
Seguem-se os testemunhos de muitos outros Amigos que, de maneira diferente, o quiseram tornar presente, recordando tantas interessantes histórias intercaladas com fotografias pertences ao Grupo da Sorbonne.

O Capítulo 6 contém dois excelentes artigos científicos da responsabilidade, um de Brian Juan O'Neill e um outro de Cândida Soares, José A. Sousa Fialho e Fernando Chau. O primeiro autor faz um estudo dos casamentos em Malaca, no século XVII, convocando alguns estudos de Mário Lages sobre esta matéria, nomeadamente "O Casamento Exolocal numa aldeia da Beira Alta"; os segundos articulistas tratam de um tema muitíssimo actual "Os NEETs e a Inserção de jovens na vida activa" ligado aos problemas de empregabilidade e empreendorismo, matérias também muito caras ao Professor Mário Lages, por ele também desenvolvidas em muitos estudos.

A partitura musical de Alfredo Teixeira finaliza o livro com o Capítulo 7.

INFORMAÇÕES SOBRE A OBRA:

Título: Lembranças e Afectos – "A Amizade Também É Memória"
Coordenação: Ana Costa Lopes e Roberto Carneiro
Editora: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa
Apresentação: Ana Costa Lopes; Artur Teodoro de Matos; Nelson Ribeiro e Roberto Carneiro
Data de publicação: 2016
Língua: Português



Writing New Worlds **é um livro que intenta analisar de que modo a literatura de viagens foi um pilar fundamental na produção do saber da Época Moderna. Sabendo que os relatos de viagens constituem importantes testemunhos na descoberta do individuo e do mundo que o rodeia, e onde se reflectem temas por diferentes razões e interesses em profícua e diversificada proliferação como o demonstra o intenso número de edições traduzidas e impressas em diferentes localidades europeias, poder-se-á reconhecer nestes escritos uma decisiva e essencial fonte para o conhecimento das dinâmicas e praticas associadas à descodificação e entendimento da prosa do mundo. Acompanhados, muitas vezes, por ilustrações, estes relatos oferecem uma ampla e alargada panóplia de linguagens, gramáticas e modos de ver e traduzir o que se apresenta e oferece de relevante significado e importância. A partir de escritos e testemunhos que logram descrever novas regiões, novas terras e povos desconhecidos, o conjunto de estudos apresentados em** ***Writing New Worlds*** **intenta indagar como os autores dos séculos XV a XVII responderam ao desafio da modernidade e assim ter uma noção mais precisa e concreta sobre dinâmicas e estratégias culturais desenvolvidas na apreensão e entendimento da novidade. A partir de uma análise de casos concretos, procura-se**

explorar e demonstrar o lugar e o papel de uma característica essencial e crucial do homem moderno: a curiosidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A OBRA:

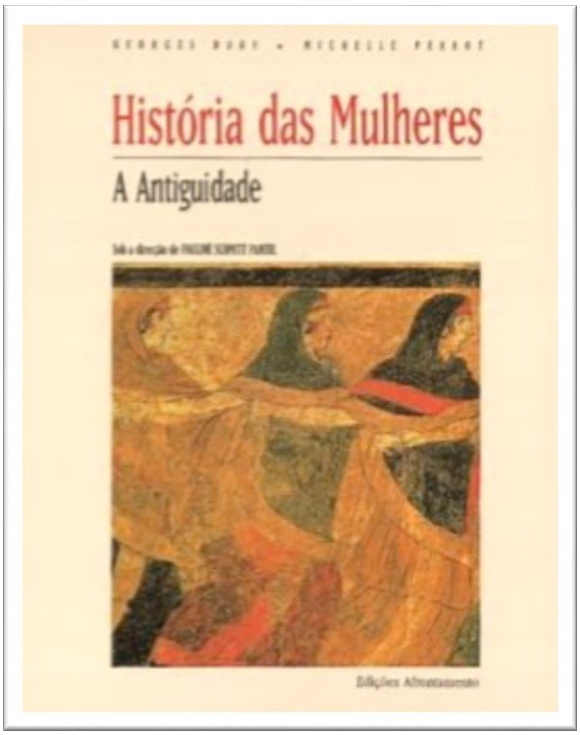
Título: ***Writing New Worlds - The Cultural Dynamics of Curiosity in Early Modern Europe***

Autora: **Marília dos Santos Lopes**

Editora: **Cambridge Scholars Publishing**

Data de publicação: **2016**

Língua: **Inglês**



História das Mulheres-A Antiguidade **é a tradução para Português do primeiro dos cinco volumes que constituem a obra de Georges Duby e Michelle Perrot, intitulada Histoire des Femmes en Occident, na qual estudam a história das mulheres ao longo de vinte séculos. Neste tomo, os autores debruçam-se sobre o mundo antigo greco-romano e percorrem um espaço que vai das margens do Mediterrâneo às do Mar do Norte, das colunas de Hércules às bordas do Indo. Analisam documentos tão diversos como os túmulos de uma necrópole, a estrela inscrita nas paredes de um santuário, um rolo de papiro ou a cena pintada num vaso. Referem-se também à literatura que, embora falando das mulheres, não lhes deu a palavra senão no nosso tempo. Esta obra integra-se de pleno direito na enorme produção que neste domínio existe. Com a sua leitura, tomamos conhecimento das múltiplas questões que contribuem para termos noção do lugar das mulheres na Antiguidade e para compreendermos os fundamentos de hábitos mentais, medidas jurídicas e instituições sociais que perduraram durante séculos no Ocidente.**

INFORMAÇÕES SOBRE A OBRA:

Título: ***História das Mulheres – A Antiguidade***
Autores: **George Duby e Michele Perrot**
Editora: **Afrontamento**
Data de publicação: **2016**
Língua: **Português**

CALL FOR PAPERS/CONVITE À COLABORAÇÃO

Com o objectivo de incentivar a colaboração dos articulistas, funcionando assim como um Call for papers, tal como já tem sido feito anteriormente, indicam-se seguidamente alguns dos assuntos que poderão ser tratados nos próximos números, quer venham a ser de tema livre - como foram os números 1 (Março 2012), 2 (Julho 2012) e 5 (Dezembro 2013) - quer temáticos, como o nº 3 (Janeiro 2013), cujo assunto central foi "A Transversalidade Linguístico-Cultural da Bíblia", o nº 4 (Julho 2013), que foi dedicado exclusivamente a matérias relacionadas com o "Direito" ou o 6º número (Junho 2014), em que todos os artigos versaram o tópico de "O Conceito de Alma: do Antigo Egipto ao Mundo de Matrix".

Entre outras temáticas que poderão ser centrais nos próximos números, destaco "Construir uma Cultura do Encontro", a fim de harmonizar a Gaudium Sciendi com o lema escolhido pela Reitora da Universidade Católica para o ano de 2017 e de levar os nossos leitores a reflectirem, à luz da exortação apostólica Evangelii Gaudium do Papa Francisco[1], sobre os modos como podemos sair da auto-referencialidade que caracteriza a nossa cultura actual.

Outro número temático poderá focar questões centrais relacionadas com o tópico do "Genocídio", tanto em relação ao Holocausto na Europa, como aos Africano-Americanos e aos Índios nos Estados Unidos.

A nossa escolha poderá também recair sobre argumentos mais polémicos como, por exemplo, Publicidade, Feminismo, Migrações, Terrorismo e, devido ao facto a nossa revista ser electrónica, a Internet e as consequências da sua crescente utilização por crianças e jovens.

[1] *Vidé* Papa Francisco. *Evangelii Gaudium* : Exortação Apostólica do Sumo Pontífice. São Paulo: Loyola & Paulus, 2013 e *Comunicação a Serviço de uma Autêntica Cultura do Encontro*. São Paulo: Paulinas & Paulus, 2014. (48º. Dia Mundial das Comunicações Sociais).

Call for Papers

Since we started the publication of Gaudium Sciendi, some of our numbers - like Nº 1 (March 2012), Nº 2 (July 2012) and Nº 5 (December 2013) – were not related to a specific theme and others were thematic, like Nº 3 (January 2013), whose central topic was "The Linguistic and Cultural Transversality of the Bible", Nº 4 (July 2013), which was exclusively dedicated to matters related to "Law" or Nº 6 (June 2014) in which all the articles focused the topic of "The Concept of Soul: From Ancient Egypt to the World of Matrix".

Among other themes, which might be central for the next numbers, we select "Creating a Culture of Encounter", with the objective of putting Gaudium Sciendi in harmony with the motto chosen by the President of Universidade Católica for the year of 2017 and to exhort our readers to reflect, inspired by the apostolic entreaty Evangelii Gaudium by Pope Francis[2], about the different ways in which we may come out of the self-referentiality, which characterizes our culture.

Another thematic number may focus on the central questions related to the topic of "Genocide", as much in relation to the Holocaust in Europe, as to the genocide of African-Americans and Native-Americans in the United States.

Our choice may also go to more polemic arguments such as, for instance, Publicity, Feminism, Migrations and Terrorism, and due to the fact that our magazine is on-line, the Internet and the polemic consequences of its increasing use by children and young people.

---

[2] Apostolic Exhortation *Evangelii Gaudium* of the Holy Father Francis to the Bishops, Clergy, Consecrated Persons and the Lay Faithful on the Proclamation of the Gospel in Today's World. *The Joy of the Gospel: Evangelii Gaudium* (Publication-United States Conference of Catholic Bishops) – December 13, 2013.

Informações

INFORMAÇÕES SOBRE *GAUDIUM SCIENDI*

DIRECTORA: Maria Laura Bettencourt Pires

CONTACTOS:

Revista *Gaudium Sciendi*, Sociedade Científica, Palma de Cima 1649-023 Lisboa, Portugal

Telefone: +351 217 214 136; *e-mail*: gaudiumsciendi@fch.lisboa.ucp.pt

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER: ISSN 2182-7605

INFORMAÇÕES SOBRE A REVISTA

***Gaudium Sciendi* é uma revista electrónica da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa publicada desde 2012 com periodicidade semestral e acesso gratuito. Foi concebida para ser vista em formato digital num computador, num *tablet* ou outro dispositivo móvel. A publicação da *Gaudium Sciendi* através da Internet permite chegar a leitores em todo o mundo. Cria também novas oportunidades que incluem poder ser lida a qualquer hora e local, tanto em bibliotecas nacionais como estrangeiras.**

Poderá, obviamente, também – se o leitor assim preferir - ser impressa e encadernada e lida como um livro.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

A Revista oferece acesso livre e imediato ao seu conteúdo. Segue, assim, o princípio de que disponibilizar gratuitamente a informação científica ao público-leitor lhe proporciona a "alegria do saber" que está, aliás, implícita no seu título *Gaudium Sciendi* e contribui para uma maior democratização do conhecimento. Apesar disso, segue a directiva de privacidade em relação aos endereços e contactos dos autores.

OBJECTIVOS DA *GAUDIUM SCIENDI*

A actividade editorial da revista rege-se por princípios que visam assegurar a liberdade de iniciativa e de cooperação e, por isso, a *Gaudium Sciendi* aceita e incentiva a colaboração de todos os Associados da Sociedade Científica assim como a de académicos da UCP e de outras instituições nacionais e estrangeiras vocacionadas para a investigação,

para o ensino e para a cultura, desde que pretendam servir os mesmos objectivos e valores que a norteiam, procurando assim motivar o intercâmbio interinstitucional.

A *Gaudium Sciendi* pretende ser um instrumento de divulgação dos objectivos e dos valores da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (SCUCP). Segue uma política editorial que tem também como um dos seus objectivos actuar como um constante vector de promoção do encontro entre investigadores, autores, estudantes e leitores, nos diversos momentos da sua vida científica e de formação académica. Outro dos seus propósitos é promover oportunidades para uma reflexão crítica e um diálogo sobre os temas apresentados e proporcionar ocasiões de debate intelectual e de cooperação académica, numa perspectiva interdisciplinar, que contribuam para desenvolver a formação e o interesse pela investigação científica dos seus leitores, sobretudo dos mais jovens. Para atingir essa meta, gostaria de contar com contribuições regulares dos associados das diferentes "Secções" da SCUCP, que incluem áreas tão variadas como: Ciências das Artes, Filosofia, Direito, História, Economia, Ciências do Ambiente, Literatura e Linguística, Educação, Teologia, Ciências Exactas e Naturais, Ciências Aplicadas e Engenharia, Ciências e Tecnologia da Saúde, Ciências Sociais e Políticas e Ciências da Comunicação e Informação. A revista aceita igualmente - e acolhe com muito gosto - colaborações de académicos de outras instituições, desde que sigam as políticas directivas da *Gaudium Sciendi* e as normas de submissão de artigos.

Outra das missões da *Gaudium Sciendi* é contribuir para manter os seus leitores - quer sejam associados da SCUCP, professores, actuais ou antigos estudantes ou investigadores da Universidade Católica - ligados à sua *alma mater.* Essa ligação pode fazer-se não apenas através da leitura regular mas também enviando artigos para a revista ou, de forma mais intervencionista, textos mais breves para as Secções "Debate", "Cartas à Directora" e "Entrevistas".

A revista pretende ainda, dentro das suas possibilidades, contribuir para demonstrar publicamente – através das colaborações que recebe - que todos os que estão associados tanto à Sociedade Científica como à Universidade Católica têm orgulho de pertencer a estas instituições. Ao manter os leitores informados sobre resultados de investigações científicas em curso ou sobre o sucesso profissional de antigos alunos ou investigadores assim como com a publicação de textos relacionados com eventos organizados pela Sociedade Científica e pela Universidade Católica, a *Gaudium Sciendi* pretende também contribuir para demonstrar como ambas as instituições têm influência na academia tanto em Portugal como no estrangeiro.

NÚMEROS TEMÁTICOS

Embora a revista esteja direccionada para a divulgação de trabalhos académicos, sendo portanto, regra geral, os temas livres, têm havido também alguns números temáticos que focam um tópico central, como "A Transversalidade Linguístico-Cultural da Bíblia" (Janeiro 2013), "Direito"(Julho 2013) e "O Conceito de Alma – Do Antigo Egipto ao Mundo de *Matrix*" (Junho 2014).

SECÇÕES

No âmbito da *Gaudium Sciendi* há várias secções, tais como Editorial, Artigos, Debates, Poesia, Recensões críticas e Entrevista.

INFORMAÇÕES AOS LEITORES

Convidamos os nossos leitores a enviarem-nos comentários sobre a revista em geral ou sobre algum dos artigos publicados. Poderão também inscreverem-se no serviço de notificação de publicação da revista, bastando para tal que nos enviem um *e-mail* nesse sentido. Essa inscrição permitirá ao leitor receber via *e-mail* um aviso da publicação de um novo número da *Gaudium Sciendi* assim como o sumário de cada nova edição. De acordo com a Política de Privacidade, a revista assegura aos leitores que os seus nomes e endereços informáticos não serão utilizados para outros fins.

INFORMAÇÕES PARA OS COLABORADORES

- **Áreas - A revista aceita propostas de artigos para publicação sobre um amplo leque de tópicos em diversas áreas científicas.**
- **Norma Ortográfica - A Direcção respeita a decisão pessoal dos autores relativamente à regra ortográfica que seguem nos seus textos.**
- **Ilustrações - Todas as imagens incluídas nos artigos da *Gaudium Sciendi* são da responsabilidade da Direcção a menos que os autores as tenham escolhido, sendo, nesse caso, indicado em nota.**

INFORMAÇÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS

Convidamos as bibliotecas a incluir a *Gaudium Sciendi,* assim como outras revistas

de acesso livre, nos seus catálogos de revistas electrónicas. Este sistema de publicação é desenvolvido também para ser operado por bibliotecas universitárias, como a Biblioteca Universitária João Paulo II da Universidade Católica, dando assim apoio ao trabalho de publicação das revistas do seu corpo académico.

NORMAS DE SUBMISSÃO DE ARTIGOS

- **Os artigos devem ser submetidos à *Gaudium Sciendi*, Revista *on-line* da Sociedade Científica, em formato electrónico, para o seguinte endereço: gaudiumsciendi@fch.lisboa.ucp.pt**
- **Os textos devem incluir, em nota de rodapé, um C.V. do autor com aproximadamente 1.720 caracteres incluído os espaços.**
- **Os artigos podem ser submetidos em Português, Inglês, Francês e Espanhol.**
- **As publicações devem conter, obrigatoriamente, um resumo em português e em língua estrangeira com cerca de 2.620 caracteres com espaço, seguido de palavras-chave, no máximo de cinco.**
- **Os ensaios não deverão exceder 52.360 caracteres com espaço (c. 20 pp. A4), incluindo os resumos, palavras-chave e bibliografia.**
- **As recensões críticas não deverão ter mais de 7.854 caracteres com espaço (c. 3 pp. A4).**

Os colaboradores devem conservar em seu poder um duplicado de todo o material enviado para a *Gaudium Sciendi*.

FORMATAÇÃO

- **Formatação: Word ou RTF, letra Calibri 11, alinhamento justificado, espaçamento entre linhas 1,5. Citações com mais de 3 linhas–espaçamento entre linhas 1.**
- **Título: Além do título do artigo, deve incluir o nome e a universidade do autor.**
- **Epígrafe ou citação inicial (se houver): alinhada à direita, seguida de uma linha em branco.**
- **Parágrafo normal: justificado, indentação: esquerda: 0 cm, direita: 0 cm, primeira linha: 0,7cm.**
- **Citações com mais de três linhas: separadas do texto por uma linha em branco, indentação: esquerda e direita 1 cm.**
- **Aspas e parênteses: Devem ser sempre usadas aspas rectas "" e não curvas como «» e “” e parênteses curvos (...) em vez de rectos [...], excepto na indicação da data da 1ª edição nas bibliografias.**
- **Notas: Devem ser usadas notas de rodapé e não notas no fim do artigo.**
- **Vírgulas e pontos finais nas citações: Devem ser incluídos depois das aspas. Dois pontos e ponto e virgule também devem ser colocados depois das aspas.**
- **Número sobre elevado (*superscript*) indicativo das notas: deve ser colocado depois**

do ponto final ou vírgula, dois pontos ou ponto e vírgula.

- **<u>Uso de maiúsculas nos títulos</u>: Devem ser seguidas as normas internacionais, incluindo o uso de maiúscula na primeira palavra do subtítulo depois dos dois pontos. Exemplo: *As Humanidades e as Ciências: Dois Modos de Ver o Mundo.***
- **<u>Referências bibliográficas</u>: Tanto no texto, como nas notas de rodapé assim como nas referências bibliográficas no final dos artigos, devem ser seguidas as normas internacionais de *The Chicago Manual Style.***
- **<u>Imagens</u>: Se os autores incluírem nos seus textos ilustrações, tabelas ou longas citações que tenham sido previamente publicadas noutro local são responsáveis pela obtenção dos respectivos direitos de autor, devendo comprová-lo à Direcção.**

CONSELHO EDITORIAL

Os Conselhos Editoriais são uma antiga tradição em todos os jornais. Actualmente, embora não detenham o poder decisório de outros tempos, têm ainda um papel importante nas análises críticas que fazem de todos os materiais, sendo de sua responsabilidade zelar pelo conteúdo científico e pela imagem das publicações.

O Conselho Editorial da *Gaudium Sciendi* é o sector responsável pela edição e publicação da Revista, que tem por objectivo ser um veículo de difusão científica semestral e interdisciplinar de artigos de autores da Sociedade Científica da Universidade Católica e de outras instituições académicas que queiram ter seus trabalhos publicados e difundidos no país e no estrangeiro. Tem também como objectivo contribuir para o conhecimento e desenvolvimento do pensamento crítico e da pesquisa. Uma das competências do Conselho é estabelecer a política editorial da publicação relativamente às suas diferentes Secções de Artigos, Recensões Críticas, Poesia e Cartas à Directora, colaborando, assim, directamente, com a Directora, que, por sua vez, articula com a Presidência da Sociedade, sendo a sua voz na revista.

O recém-criado Conselho Editorial da *Gaudium Sciendi* é composto por três membros da Sociedade Científica, que são professoras da Universidade Católica e especialistas em diferentes áreas científicas. Na sua constituição, procurou-se a diversidade tanto nas áreas de ensino como nos níveis de senioridade.

Composição

O Conselho Editorial é constituído por professores doutorados que representam várias áreas do conhecimento e, actualmente, é composto pelos seguintes membros:

- **Prof. Doutora Maria Laura Bettencourt Pires, Directora da *Gaudium Sciendi* e Investigadora Sénior do CECC.**
- **Prof. Doutora Ana Costa Lopes, Docente e Investigadora Sénior do CEPCEP e do CECC.**
- **Prof. Doutora Marília Lopes dos Santos, Investigadora Sénior de CECC.**

Competências

O Conselho Editorial tem por finalidade principal viabilizar a publicação da revista electrónica *Gaudium Sciendi,* onde serão difundidos textos originais resultantes de actividades de investigação e ensino - produzidos prioritariamente por membros da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa - e cujo valor técnico, científico, artístico e literário tenha sido assegurado pelo Conselho de Avaliação (*Blind Peer Review*) da revista. Além de promover e divulgar a produção científica multidisciplinar da comunidade universitária em que se integra, a revista edita também artigos de autores nacionais e estrangeiros de outras instituições, desde que se articulem com a sua política editorial. O Conselho deve igualmente ter o propósito de difundir novas ideias e, através do cuidado com o conteúdo e a técnica, apostar no desenvolvimento de um projecto editorial e de um *design* gráfico diferenciados, seguindo a tendência do actual mercado editorial universitário.

FUNCIONAMENTO

O Conselho Editorial reunirá, ordinariamente, de três em três meses, e extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente da Sociedade Científica, pela Directora da revista ou pela maioria de seus membros.

CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo da *Gaudium Sciendi* é uma comissão externa permanente de aconselhamento científico que actua como órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de actuação da Directora da revista.

<u>Constituição</u> - O Conselho Consultivo é composto por académicos, investigadores e personalidades de reconhecido mérito e gabarito científico, tanto portugueses como estrangeiros, convidados pela Directora por serem especialistas nas matérias publicadas pela revista.

<u>Decisões</u> - As decisões do Conselho Consultivo são tomadas por maioria simples e não são vinculativas.

<u>Candidaturas</u> - Os candidatos a membros do Conselho Consultivo são propostos pela Directora da *Gaudium Sciendi* ao Presidente da Direcção da Sociedade Científica, a quem cabe aceitar ou recusar a candidatura.

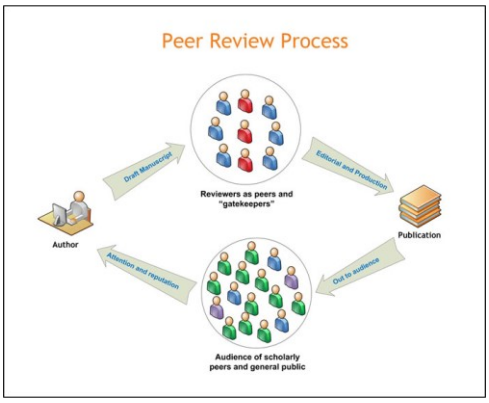
É uma honra e um aval científico para a *Gaudium Sciendi* que o seu Conselho Consultivo inclua nomes de académicos de tão grande prestígio internacional como os de:

- **Luísa Leal de Faria (Universidade Católica Portuguesa), Portugal**
- **Molefi Asante (Temple University), EUA**
- **Pedro Louzada da Fonseca (Universidade Federal de Goiás), Brasil**
- **Ian Campbell (University of Edinburgh), U K**
- **Dália Guerreiro (Universidade de Évora), Portugal**
- **Ana Maria Monteiro Ferreira (Eastern Michigan University), EUA**
- **Leonídio Ferreira (Direcção Diário de Notícias) Portugal**

- **Georges Rousseau (Oxford University), UK**
- **Ana Paula Machado (Universidade Aberta), Portugal**
- **Catarina Burnay (Universidade Católica Portuguesa), Portugal**
- **Gerald Bär (Universidade Aberta), PortugaL**

CONSELHO DE AVALIAÇÃO

O êxito editorial da publicação depende da qualidade dos artigos publicados, que é, obviamente, assegurada pelos autores mas também pelo Conselho de Avaliação. Pertencendo, contudo, à Directora a última palavra no que se refere à edição pois é da sua responsabilidade assegurar a qualidade, a correcção e a variedade do conteúdo científico, que deverá, tanto quanto possível, ser interactivo.



Os textos enviados para a *Gaudium Sciendi,* desde que sejam adequados à linha editorial previamente estabelecida e não tenham sido publicados antes, serão avaliados pela Directora e revistos segundo o sistema de *Blind Peer Review* e submetidos, em regime de anonimato, ao parecer de especialistas da respectiva área científica, sendo o autor notificado da decisão do Conselho de Avaliação. O artigo não deverá conter qualquer indicação de autoria ou vínculo institucional, para que o material seja analisado de maneira absolutamente impessoal. Nesse processo, os nomes dos avaliadores permanecem em sigilo, sendo também junto deles mantido o anonimato dos articulistas. Os dados relacionados à titulação, afiliação institucional e profissional devem ser inseridos apenas num dos exemplares enviados. Caso sejam necessárias informações adicionais que vinculem o texto ao autor, as mesmas serão mencionadas na versão final para publicação. Dos pareceres emitidos, podem constar sugestões de alterações, acréscimos ou adaptações necessárias ao aprimoramento do texto examinado, a serem efectuadas com a concordância do autor. Após a aprovação dos textos, os autores são informados e feitos os necessários ajustes dos trabalhos de acordo com as normas de submissão de artigos da *Gaudium Sciendi*. Ao contrário do que sucede em algumas revistas universitárias, trata-se de um método de revisão que deve funcionar como um estímulo e não como um ataque e cujo objectivo principal é assegurar a qualidade e o mérito científico da publicação para benefício tantos dos leitores como dos autores.

About us

ABOUT US

CONTACTS:

EDITOR: Maria Laura Bettencourt Pires

ADDRESS: *Gaudium Sciendi*, Universidade Católica, Palma de Cima, 1649-023, Lisboa Portugal e-mail: gaudiumsciendi@fch.lisboa.ucp.pt

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER: ISSN 2182-7605

***Gaudium Sciendi* is a bi-annual, open and free access online magazine published since 2012 by the Scientific Society of the Portuguese Catholic University. It has been conceived to be read online on a computer, a tablet or any other mobile devise. The publication of *Gaudium Sciendi* on the Net reaches readers all over the world and creates new opportunities that include being accessible at any time and place, in Portuguese as well as in foreign libraries. It can also, if the reader prefers, be printed and read as a book.**

OPEN ACCESS POLICY:

The magazine offers freely to its readers the type of scientific information that gives them "the joy of knowing", as implicit in its title *Gaudium Sciendi* thus contributing to a better democratization of knowledge. Although following a policy of open access, the contacts of the authors will be kept private.

OBJECTIVES OF GAUDIUM SCIENDI

The editorial activity of the magazine follows principles aimed at assuring the freedom of initiative and cooperation and, therefore, *Gaudium Sciendi* accepts and encourages the collaboration of all the members of Sociedade Científica as well as of academics of UCP and other Portuguese and foreign institutions who are interested in research, tuition and culture, if they want to attain the same objectives and values, thus trying to motivate inter-institutional interchange.

***Gaudium Sciendi* follows an editorial policy that also aims at establishing contacts and providing occasions for meetings and debates of researchers, authors, students and readers, in the different moments of their scientific career and academic education. Another of its purposes is to promote opportunities for a critical reflection and for a dialogue about the themes presented in the magazine and to provide occasions for an intellectual debate and for academic cooperation, in an interdisciplinary perspective, that contribute to develop the formation and the interest for scientific research among its readers, primarily the younger ones. To attain this goal, it would be good to have regular contributions of the associates of all the different "Sections" of SCUCP. The magazine also gladly accepts collaborations of academics of other institutions, if they follow the**

directives of *Gaudium Sciendi* and the rules for the submission of articles. *Gaudium Sciendi* also wants to contribute to keep its readers – whether they are SCUCP associates or professors, actual or former students or researchers at Universidade Católica – connected to their *alma mater*. That connection can be made not only by regularly reading the magazine but also by sending articles or, in more intervening way, by writing more short texts to the Sections "Debate", "Letters to the Editor" and "Interviews".

The magazine also wants, within the scope of its possibilities, to contribute to publicly demonstrate, through all the collaborations that it gets, that all those who are connected either to the Sociedade Científica or to Universidade Católica are proud to belong to those institutions. By keeping our readers informed about the results of undergoing scientific research or about the professional success of former students or researchers as well as with the publication of texts, which are related with events organized by Sociedade Científica and by Universidade Católica, *Gaudium Sciendi* also aims at contributing to demonstrate how both institutions are important in Portugal and abroad.

THEMATIC NUMBERS

Although one of the aims of *Gaudium Sciendi* is to publish of academic articles, whose themes are free, there are also some thematic numbers that focus a central topic, such as " The Linguistic-Cultural Transversability of the Bible" (January 2013), "The Law" (July 2013) and "The Concept of Soul – From Ancient Egypt to the World of Matrix" (June 2014).

INFORMATION FOR THE AUTHORS:

We welcome contributions about a wide range of subjects from different research and scientific areas. The Editor is responsible for all the images included in the articles unless the authors have chosen the illustrations themselves and, in that case, it will be mentioned in a note.

BLIND PEER REVIEW:

The articles will be anonymously submitted to blind peer-review by recognized scholarly experts on the theme.

SECTIONS:

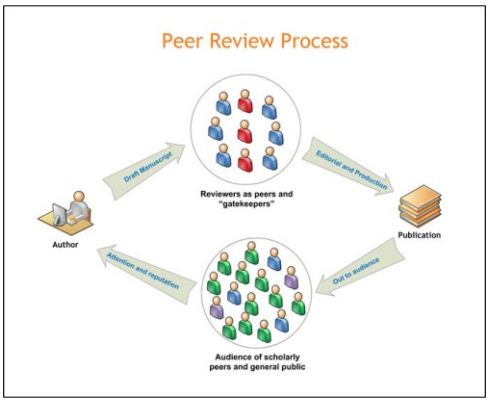
There are several sections in the magazine, such as the Editorial, Articles, Debates, Critical Reviews, Poetry, Interviews and Letters to the Editor.

RULES FOR PUBLICATION

1. **The articles for publication, which should not have been printed previously, should be submitted to *Gaudium Sciendi*, the *on-line magazine* of Sociedade Científica, by e-mail to the following address: gaudiumsciendi@fch.lisboa.ucp.pt**
2. **The texts should include a footnote with a C. V. of the author of around 1720 characters including spaces.**
3. **The articles can be written either in Portuguese, English, French or Spanish.**
4. **The essays must include an abstract in Portuguese and in a foreign language with c. 2620 characters with spaces, followed by no more than five key-words.**
5. **The texts should not have more than 52.360 characters with spaces (20 pp. A4), including the abstracts, key-words and bibliography.**
6. **Book reviews should not have more than 7854 characters with spaces (3 pp. A4).**
7. **Format: Word or RTF, Size A4, font Calibri 12, Bold, justified, space between lines 1,5.**
8. **The authors should keep a duplicate of all the materials sent to *Gaudium Sciendi*.**
9. **Footnotes, bibliographical citations as well as bibliographical references at the end of the articles, should follow the international rules of *The Chicago Manual Style*.**

BLIND PEER REVIEW

The editorial success of the magazine depends on the scientific quality of the articles, which is, obviously assured by the authors but it also depends on the Blind Peer Review Process of evaluation. The Editor, being responsible for the quality, the correction and the variety of the scientific material published in the magazine, has, however, the last word.



The texts sent to *Gaudium Sciendi,* which should not have been published previously, will be evaluated by the Editor and then reviewed according to the *Blind Peer Review* Process. The names of the members of the Blind Peer Review Board as well as those of the authors whose texts they evaluate are kept secret. The writers will be informed of the evaluation of their texts and also of any required correction.

ADVISORY BOARD

The Advisory Board of Gaudium Sciendi is an external permanent committee that gives scientific advice and support to the Director and participates in the definition of general editorial directives. It is constituted by Portuguese and international academics, researchers and other personalities, who, being well known for their merit and scientific level, are considered experts on the topics published by *Gaudium Sciendi*. The members are invited by the Director, who proposes their names to the President of the Society. The decisions of the Advisory Board are not mandatory.

The Advisory Board of *Gaudium Sciendi* is currently constituted by:

- **Luísa Leal de Faria (Universidade Católica Portuguesa), Portugal**
- **Molefi Asante (Temple University), USA**
- **Pedro Louzada da Fonseca (Universidade Federal de Goiás), Brasil**
- **Ian Campbell (University of Edinburgh), UK**
- **Dália Guerreiro (Universidade de Évora), Portugal**
- **Ana Maria Monteiro Ferreira (Eastern Michigan University), USA**
- **Leonídio Ferreira (Direcção Diário de Notícias) Portugal**
- **Georges Rousseau (Oxford University), UK**
- **Ana Paula Machado (Universidade Aberta), Portugal**
- **Catarina Burnay (Universidade Católica Portuguesa), Portugal**
- **Gerald Bär (Universidade Aberta), Portugal**

EDITORIAL BOARD

Editorial Boards are a longstanding tradition in every newspaper. Nowadays, although they no longer have the deciding power they used to have, they still have an important role in the critical analysis they make of every material presented for publication, and it is their responsibility to watch over the scientific content and the public image of the publications.

The Editorial Board of *Gaudium Sciendi* is responsible for the edition and the publication of the magazine, which is published twice a year and whose objective is to be a means of transmission of scientific interdisciplinary articles written by members of Sociedade Científica of Universidade Católica and of other academic institutions who want to have their work published and acknowledged at home and abroad. It also has the objective of contributing to the knowledge and the disclosure of critical reflections and research. One of the capacities of the Board is the establishment of the editorial policy of the magazine regarding its different Sections such as Articles, Book Reviews, Poetry, and Interviews and, thus directly collaborating with the Director, who, on the other hand, is the link with the President of the Society and represents him in the publication.

The recently created Editorial Board of *Gaudium Sciendi* is composed by three members of Sociedade Científica, who are Professors at Universidade Católica Portuguesa and reknown scholars in different research areas. Both the diversity in the tuition fields and the levels of seniority were taken into account for the constitution of the Board.

Organization

The Editorial Board is constituted by PhD Professors who represent several fields

of knowledge and, nowadays, its members are:

- **Professor Maria Laura Bettencourt Pires, Chief Editor of *Gaudium Sciendi* and Senior Researcher of the Research Center for Communication and Culture.**
- **Professor Ana Costa Lopes, Senior Researcher of the Research Center for Portuguese Culture and of the Research Center for Communication and Culture.**
- **Professor Marília dos Santos Lopes, Senior Researcher of the Research Center for Communication and Culture.**

Duties and obligations

The main objective of the Editorial Board is to assure the publication of the on-line magazine *Gaudium Sciendi,* thus making known original texts that result both from teaching and research activities and are mainly produced by members of Sociedade Científica of Universidade Católica Portuguesa – once their technical, scientific, artistic and literary value have been assured by the *Blind Peer Review*. Besides promoting and publicizing the multidisciplinary scientific production of the academic community in which it is integrated, the magazine also publishes articles written by Portuguese and foreign authors from other institutions, if they follow the editorial policy. The Board must also aim at diffusing new ideas and - due to its care for the content and technological aspects – contributing to the development of an editorial project and search for a graphical *design* that is distinct from others, thus following the tendencies of our days academic editorial market.

MEETINGS

The Editorial Board will meet, as a rule, every three months and extraordinarily, whenever convoked by the President of Sociedade Científica, by the Director of the magazine or by the majority of its members.